



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FABRÍCIO SILVA LIMA

**NÓDULOS DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA:  
UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM E AS CARACTERÍSTICAS  
DO VIZINHO SOLIDÁRIO EM LONDRINA**

---

Londrina  
2019

FABRÍCIO SILVA LIMA

**NÓDULOS DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA:  
UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM E AS CARACTERÍSTICAS  
DO VIZINHO SOLIDÁRIO EM LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia.  
Orientador: Prof. Dr. Cléber da Silva Lopes

Londrina  
2019

FABRÍCIO SILVA LIMA

**NÓDULOS DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA:  
UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM E AS CARACTERÍSTICAS DO  
VIZINHO SOLIDÁRIO EM LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Cléber da Silva Lopes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Ronaldo Baltar  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Eduardo Paes Machado  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Londrina, 11 de Dezembro de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Cléber da Silva Lopes pela paciência e os ensinamentos valiosos durante o mestrado e na orientação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Fernando Kulaitis, Dr. Ronaldo Baltar e ao Prof. Dr. Eduardo Paes Machado por me avaliarem e contribuírem com sugestões e ideias sempre pertinentes e construtivas.

Aos companheiros e amigos do LEGS e da UEL, que me auxiliaram de inúmeras formas nessa jornada de estudo e conhecimento: Anderson Alexandre, Caio Cardoso, Carla Avanzi, Franceline Gusmão, Gabriel Patriarca, Grazielle Pestana, Herbert Bachett, Luan Nalin e Luiz Ferreira.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Ramirez Célia Ramirez Galvez pelas aulas no Programa de Mestrado e pela ajuda nas entrevistas finais desta dissertação.

À Melissa Campus pelo auxílio e direcionamento no entendimento de questões essenciais acerca da dinâmica de segurança comunitária na região do Shangri-Lá.

À Associação de Moradores do Parque Residencial Santa Mônica pela abertura e auxílio no contato com os moradores do Bairro.

Às lideranças e moradores do Jd. Shangri-Lá e do Santa Mônica pela doação de tempo e paciência para responder os questionamentos e esclarecer as dúvidas desta pesquisa.

À Polícia Militar de Londrina pela receptividade e ajuda nas questões deste trabalho.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina pelas aulas e ensinamentos.

À Lina Penati e Lucas Freitas pela parceria e auxílio nas revisões e sugestões de texto.

Aos meus pais, Vera e Pedro, e aos meus irmãos, Iakyma e Maxwell, pelo apoio e suporte incondicional.

LIMA, Fabrício Silva. **Nódulos de segurança comunitária**: um estudo sobre a origem e as características do Vizinho Solidário em Londrina. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

Os *Neighborhood Watches* são programas de vigilância comunitária implementados nos EUA, na década de 70, e na Inglaterra, na década de 80. Nesses locais, os programas foram concebidos como projetos de iniciativa governamental que tinham como finalidade a redução dos índices de criminalidade. No Brasil essas experiências de vigilância funcionam há algum tempo, mas pouco sabemos sobre elas. Em Londrina-PR o programa funciona há mais de nove anos com o nome de Vizinho Solidário (VS). Este trabalho tem como objetivo analisar a origem do programa VS e o modo como a segurança é governada – a natureza da ordem que o programa visa promover, o seu foco, agentes, processos, recursos e tecnologias mobilizadas. As principais perguntas a serem respondidas são: (i) qual a origem do VS? (2) Como se caracteriza a governança da segurança realizada pelo Programa? Através do aporte teórico da governança nodal da segurança, foram estudadas duas experiências londrinense de VS, uma localizada na Região Central (Jd. Shangri-Lá) e outra na Região Norte (Santa Mônica) da cidade. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, participação em reuniões com moradores dos locais selecionados, um protesto e exame de material escrito produzido pelos Programas (ofício/ atas de reunião), sendo posteriormente analisados com auxílio do software Atlas.ti. Constatou-se que essas experiências de vigilância comunitária foram constituídas por iniciativa dos próprios moradores e como resposta a demandas por segurança e ordem incapazes de serem processados a contento pelo Estado. Descobriu-se também que os nódulos de governança comunitária estudados se apoiam em diversas instituições - notadamente Igreja, Polícia Militar e, principalmente, associações de moradores – e adotam uma mentalidade de gestão de risco para governar um tipo de ordem local que transcende a noção de ordem pública estatal. Essa governança é feita por meio de tecnologias variadas e que mudaram ao longo do tempo, sendo hoje compostas prioritariamente por câmeras para monitorar as ruas, placas de identificação do VS nas residências e dispositivos de alarmes que são usados para dar vida a práticas de governança não coercitivas, porém constrangedoras, que chamamos de exposição seletiva

**Palavras-chave:** Palavra 1. *Neighborhood Watch* 2. Vizinho Solidário 3. Segurança Comunitária 4. Governança Nodal 5. Exposição Seletiva

LIMA, Fabrício Silva. **Community security nodes: a study of the origin and characteristics of Neighborhood Watch in Londrina.** 2019. 146 f. Dissertation (Master in Sociology) - Humanities Center, State University of Londrina, Londrina, 2019.

## **ABSTRACT**

Abstract: Neighborhood Watches are community surveillance programs implemented in the US in the 1970s and England in the 1980s. In these locations, the programs were conceived as government initiative projects aimed at reducing crime rates. These programs are working in Brazil for a while, but a little is known about them. In Londrina, state of Paraná, the program has been operating for over nine years under the name of “Vizinho Solidário” (VS). This academic work aims to promote a study on the dimensions and characteristics of nodal governance applied to the VS in Londrina seeking to reveal the rules, focus, agents, processes, resources and technologies involved in this Program. So the main question answered here is: what is the origin and what are the characteristics of the Program VS in Londrina? Through the theoretical support of nodal security governance, two experiences of neighborhood watch were studied in Londrina, one located in the Central Region (Jd. Shangri-Lá), and another in the Northern Region (Santa Mônica) of the city. Data were collected through semi-structured interviews, participation in meetings with residents of the selected locations, a protest, and through the examination of written material produced by the Programs (official letters / meeting minutes), and later analyzed with the assistance of Atlas.ti software. It was found that these experiences of community surveillance were constituted at the initiative of the residents themselves and in response to demands for security and order unable to be successfully handled by the state. The nodes of community governance of this study are supported by a number of institutions - notably the Church, the Military Police, and especially neighborhood associations - and adopt a risk reduction mentality to govern a type of local order that transcends the notion of state public order. This governance is done through a variety of technologies that have changed over time and are now primarily comprised of cameras to monitor the streets, signs with the name VS in homes, and alarm devices that are used to reveal non-coercive, but uncomfortable governance practices, which we call selective exposure.

**Keywords:** 1. Neighborhood Watch 2. Vizinho Solidário 3. Community surveillance 4. Nodal Governance 5. Selective Exposure.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Hotspots com Roubos Residenciais em Londrina, 2017 .....	31
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Taxa de Roubos e Furtos em Ambiente Residencial, por 1000 habitantes, em Londrina.....	52
---	----

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Tecnologias – Placa VS, Sirene e Cerca Elétrica, em 27/07/2019 .....	65
<b>Foto 2</b> – Práticas / Tecnologias - Apito .....	65
<b>Foto 3</b> – Tecnologia – Placa do VS, em 21/07/2019.....	70
<b>Foto 4</b> – Tecnologias – Placa e Apito do VS, em 29/09/2019.....	71
<b>Foto 5</b> – Tecnologias – Plaquinha VS, Cerca Elétrica, Arame Farpado, Câmeras no Shangri-Lá, em 14/07/2019 .....	84
<b>Foto 6</b> – Tecnologias – Placa e Câmera Voltada para rua, no Santa Mônica, em 21/07/2019 .....	85
<b>Foto 7</b> – Tecnologias - Câmeras e Sirene, Santa Mônica, em 31/07/2019.....	90
<b>Foto 8</b> – Tecnologias - Placa de Local Monitorado, Placa Apagada Antiga Gestão do VS e Cerca Elétrica, Santa Mônica, em 31/07/2019 .....	90

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Resumo teórico das características e dimensões da governança nodal e os procedimentos metodológicos/fontes empregadas no estudo de campo .....	29
<b>Quadro 2</b> – Relação de Entrevistas .....	33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPE	Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico
CBN	Central Brasileira de Notícias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NW	<i>Neighbourhood Watch</i>
PM	Polícia Militar
RPC	Rede Paranaense de Telecomunicação (filiada a Rede Globo)
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
VS	Vizinho Solidário

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>17</b>
<b>1.1 Abordagem teórica</b> .....	<b>17</b>
1.1.1 Governança nodal .....	18
1.1.2 Dimensões dos projetos/programas de segurança .....	22
1.1.3 As dimensões e características da governança e o VS em Londrina .....	26
<b>1.2 Procedimentos Metodológicos</b> .....	<b>30</b>
<b>2 O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO COMBATE AO CRIME</b> .....	<b>36</b>
<b>2.1 O debate no mundo anglo-saxão</b> .....	<b>36</b>
2.1.1 Os programas de vigilância comunitária no mundo anglo-saxão.....	42
<b>2.2 O debate na realidade brasileira</b> .....	<b>45</b>
2.2.1 Grupos ocupacionais: taxistas e motoboys .....	46
<b>3 VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA EM LONDRINA (PR)</b> .....	<b>51</b>
<b>3.1 Um breve relato sobre o Jd. Shangri-Lá e o Santa Mônica</b> .....	<b>51</b>
<b>3.2 O início das experiências de vigilância comunitária na realidade norte-americana e inglesa e a realidade norte paranaense</b> .....	<b>53</b>
3.2.1 O VS no Jd. Shangri-Lá.....	58
3.2.2 O VS no Santa Mônica.....	68
<b>3.3 Nódulo de segurança do VS e a rede de relacionamentos</b> .....	<b>72</b>
<b>4 CAPÍTULO IV. NOVAS PRÁTICAS, A NOÇÃO DE ORDEM, E A MENTALIDADE DOS NÓDULO DE SEGURANÇA DO VS SHANGRI-LÁ E SANTA MÔNICA</b> .....	<b>84</b>
<b>4.1 O VS com outras Práticas e Tecnologias</b> .....	<b>84</b>
<b>4.2 Práticas, tecnologias e noção de ordem</b> .....	<b>94</b>
<b>4.3 A mentalidade e Perspectivas futuras do VS Shangri-Lá/Santa Mônica</b> .....	<b>111</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>121</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>125</b>
<b>ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>126</b>
<b>ANEXO B – FOTOS SHANGRI-LÁ</b> .....	<b>129</b>
<b>ANEXO C – FOTOS SANTA MÔNICA</b> .....	<b>137</b>
<b>ANEXO D – DOCUMENTOS</b> .....	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

Os programas de *Neighbourhood Watch* (NW), também conhecidos como vigilância comunitária ou vigilância de bairro/quarteirão, foram concebidos nos EUA, na década de 70 (BENNETT, 1988). Tais programas funcionam como uma rede de membros de uma determinada comunidade que observam o que está ocorrendo em sua própria vizinhança e alertam as autoridades policiais quando percebem alguma atividade suspeita (BENNETT, 1988). Essas experiências de vigilância se utilizam de um variado sistema de comunicação, sinalização e ocupação, buscando mostrar aos criminosos em potencial que os riscos de detenção e de apreensão, nessas áreas, são maiores (ROSENBAUM, 1987). Buscando unir e estimular a atuação da população no combate ao crime, os programas de vigilância comunitária ingleses e norte-americanos dos anos 70 e 80 contaram com o estímulo e o suporte das polícias locais para iniciar suas atividades. Atualmente, esses programas se multiplicaram no mundo anglo-saxão<sup>1</sup> (e em outros lugares do globo) possuindo articulação nacional nos Estados Unidos,<sup>2</sup> na Inglaterra e no País de Gales,<sup>3</sup> na Austrália, na Nova Zelândia, na Nova Guiné e em algumas ilhas da Indonésia.<sup>4</sup>

Paralelamente à propagação dos grupos de vigilância, vários estudos sobre a estrutura, as características e a efetividade desses programas na redução da criminalidade foram realizados a partir do final da década de 80, principalmente no contexto norte-americano e na realidade inglesa (BENNETT, 1988; GAROFALO; McLEOD, 1989; BENNETT; HOLLOWAY; FARRINGTON, 2006). Já no Brasil, apesar de em diversas regiões do país a vigilância de bairro já ter sido experienciada, praticamente não há estudos acadêmicos sobre o tema. A participação de atores não estatais na governança da segurança (KEMPA; STENNING; WOOD, 2004) tem sido largamente negligenciada pelas ciências sociais brasileira, que tem se dedicado quase que integralmente ao estudo da atuação das polícias e das demais instituições que compõem o sistema de justiça criminal (para exceções ver Durão e Menezes 2019; Lopes 2013, 2015, 2018a, 2018b; Paes-Machado e Riccio-Oliveira, 2009; Paes-

---

<sup>1</sup> O termo anglo-saxão se refere a uma pessoa cujos ancestrais são ingleses, DICIONÁRIO OXFORD (2004), sendo que neste trabalho o termo está sendo usado para se referir especificamente aos Estados Unidos e Inglaterra.

<sup>2</sup> Para maiores informações, acessar [www.nnw.org](http://www.nnw.org)

<sup>3</sup> Para maiores informações, acessar [www.ourwatch.org.uk](http://www.ourwatch.org.uk)

<sup>4</sup> Para maiores informações, acessar <https://nhwa.com.au>

Machado e Nascimento, 2014; Zanetic, 2012). O único trabalho brasileiro sobre vigilância de bairro que se tem notícia é o artigo de Lopes e Batella (2010), que traz uma análise pouco aprofundada sobre o tema se baseando em relatos e entrevistas que descrevem de maneira apologética a atuação da Rede de Vizinhos em Belo Horizonte, Minas Gerais. A título de exemplo, pode ser mencionada a iniciativa normativa institutiva do Programa de Vizinhança Solidária na Constituição do Estado de São Paulo (Lei 16.771/18), que, em seu artigo 3º, determina a implementação da experiência pela Polícia Militar de São Paulo, em conjunto com representante dos moradores. No entanto, ainda que se trate de uma iniciativa estatal, reconhecendo a vigilância comunitária como um ator e, de certa forma, como um parceiro na prevenção da criminalidade e na manutenção da segurança, é precipitada qualquer conclusão a respeito da referida experiência.

Diante da carência de estudos sobre a atuação de atores não estatais na governança da segurança de áreas residenciais em cidades brasileiras, o objetivo deste trabalho é entender o modo como moradores da cidade de Londrina<sup>5</sup>, Paraná, se organizam para governar a sua própria segurança em um programa conhecido como Vizinho Solidário (VS). Em sua concepção, esse Programa traz a ideia de os moradores observarem melhor o que ocorre em sua vizinhança, trocar informações e se ajudarem, sendo que, diante de alguma violência/criminalidade, acionam a Polícia. Qual a origem do VS? Quais as características da governança da segurança realizada pelo programa, isto é, qual a natureza da ordem que o Programa visa promover, qual o seu foco, quem são os agentes que participam dele, quais mentalidades guiam esses agentes, e quais recursos e tecnologias são mobilizadas por eles para a promoção da segurança em suas comunidades?

Para responder às questões acima, foram estudadas duas experiências de vigilância comunitária na cidade de Londrina. Nomeadamente, pesquisou-se a experiência pioneira no município, existente há mais de nove anos no bairro Jd. Shangri-Lá, localizado na Região Central; e uma experiência mais recente, estabelecida no Santa Mônica<sup>6</sup>, área residencial da Zona Norte da cidade, que

---

<sup>5</sup> Londrina foi elevada à categoria de município pelo Decreto Estadual nº 2.519/1934. A cidade está localizada no norte do estado do Paraná contando com uma população estimada de 506.701 pessoas (censo 2010), sendo a segunda cidade mais populosa do estado, e a 38ª do Brasil. Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>>. Acesso em: 05 out. 2019.

<sup>6</sup> O Santa Mônica não é um bairro oficial, apesar de seus moradores o denominarem desta forma, mas sim uma área residencial que integra o Jardim (Jd.) Alpes juntamente com aproximadamente 11 outras

concentra uma quantidade relativamente grande de ocorrências de roubo e de furto em ambiente residencial.<sup>7</sup> Dados sobre essas duas experiências foram coletados por meio de entrevistas e observação de campo, sendo posteriormente analisados a partir da teoria da governança nodal. Essa teoria foi originalmente proposta por Clifford Shearing e colegas (JOHNSTON; SHEARING, 2003; BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005) para analisar a crescente participação de atores não estatais nas atividades de policiamento e controle social das sociedades contemporâneas. A ideia de “governança da segurança” busca ampliar análises centradas no estado (estadocêntricas) para redes diversificadas de segurança e de justiça, encontrando pontos de convergência e referenciais nas teorias da ciência política, sociologia, filosofia, antropologia, ética e história (JOHNSTON; SHEARING, 2003). Um dos objetivos da teoria é caracterizar projetos de segurança que envolvem atores estatais e/ou não estatais que formam “nós” de governança da segurança, os quais podem ser analisados a partir de quatro dimensões: as “mentalidades” que guiam os nós; as “tecnologias” usadas para influenciar o curso de eventos que afetam a segurança; os “recursos” que apoiam a operação dos nós e o exercício da influência; e as “instituições”, isto é, as estruturas organizacionais que permitem a mobilização de recursos, mentalidades e tecnologias ao longo do tempo. Neste trabalho a teoria da governança nodal é mobilizada para analisar os programas de vigilância comunitária como nódulos de segurança complexos que promovem um tipo de governança distinto do realizado por instituições estatais como a polícia.

O trabalho está organizado em três capítulos. Visando direcionar a pesquisa empírica para o projeto VS em Londrina, o primeiro capítulo apresenta o referencial teórico, sendo também descrita as fontes, os métodos e as técnicas de pesquisa. No centro da análise desenvolvida nesse capítulo estão teorias que consideram que o Estado não é mais o único ator ativo na promoção da segurança. Tais teorias propõem pensar a segurança como resultado da ação de múltiplos atores estatais e não estatais que formam redes e agem intencionalmente para reduzir ameaças reais à integridade física e patrimonial de indivíduos e grupos sociais, assim como para dissipar o medo de tais ameaças. Particularmente importante para este capítulo é a obra *Governing Security – Explorations in policing and justice*, de Johnston

---

áreas: Parque Residencial Liberdade, Vila AB Vicentini, Paraíso, Carnascialli, Novo Horizonte, Jd. Alpes I e II, Jd. Itália, Paulista, Jd. Fortaleza, e Abc.

<sup>7</sup> Ver mapa de hot spots BOU, da SESPPR\_2017, na página 43 deste trabalho.

e Shearing, publicada em 2003, que foi usada para operacionalizar a pesquisa sobre o VS em termos da definição de ordem e da natureza das normas adotadas<sup>8</sup>, foco, agentes, processos, mentalidades, tecnologias, recursos e instituições.

No segundo foi abordado o envolvimento da comunidade no combate ao crime a partir da bibliografia acadêmica. Discorre-se sobre o contexto anglo-saxão, onde, entre os anos 1960 e 1970, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos se depararam com um crescimento nas taxas de criminalidade, bem como com a ineficiência da política penal, que já não conseguia fornecer a segurança adequada. Levando em consideração esse cenário, nesta pesquisa, discutiu-se como atores não estatais, mais especificamente, moradores de áreas residenciais, passaram a ajudar no combate à criminalidade com estratégias de antecipação do crime, representando, com isso, uma forma de “aliviar a responsabilidade do Estado como o principal provedor da segurança” (GARLAND, 2008). Na sequência, discutiu-se o envolvimento de atores não estatais na promoção da segurança dentro da realidade do Brasil. O foco da revisão bibliográfica, aqui, foi a análise de fenômenos comunitários de reação ao crime. Buscou-se, então, mostrar que, em um contexto de ineficiência estatal na manutenção da segurança, outros atores passaram a atuar de forma efetiva nas suas comunidades.

O terceiro capítulo trouxe os resultados da pesquisa sobre as experiências de Vigilância Comunitária de Londrina escolhidas para estudo, isto é, uma análise dos projetos de segurança VS existentes no Jd. Shangri-Lá e no Santa Mônica. A partir do referencial teórico e das fontes, métodos e técnicas de pesquisa descritos anteriormente, buscou-se responder às perguntas inicialmente propostas para o desenvolvimento desta dissertação. Assim, por meio da análise das dimensões e características da governança nodal aplicada ao programa de vigilância comunitária buscou-se entender origem e as características da governança realizado pelo programa londrinense de vigilância comunitária, designado por VS.

Por fim, as informações obtidas através das entrevistas, da participação às reuniões, protestos, e informações documentais foram analisadas com o auxílio do *software* Atlas.ti., e as conclusões e os resultados encontrados foram

---

<sup>8</sup> Quem define as normas formais ou informais com as prescrições sobre quais atividades e comportamentos serão permitidos, e quais comportamentos/ações serão proscritos dentro do VS, e sobre a natureza dessa ordem – quais grupos sociais são favorecidos, quais são prejudicados, quem é incluído, quem é excluído (Johnston e Shearing, 2003).

sumarizados e discutidos à luz da literatura existente. Nesse ponto, foram destacadas as limitações do estudo e uma agenda de pesquisa para a realização de investigações futuras sobre policiamento moral, descrédito do nome VS, bem como estudos sobre a eficácia e a efetividade de programas de segurança do tipo *Neighbourhood Watch* na realidade brasileira.

# 1 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

## 1.1 Abordagem teórica

Este capítulo apresenta o referencial teórico de como foi analisado os grupos de vigilância comunitária, valendo-se de teorias que apontam mudanças na maneira como a segurança é pensada dentro das comunidades. Além dessa base teórica, a presente seção tem como intuito lançar questionamentos e direcionar o estudo de campo para a análise das características do programa VS na cidade de Londrina.

Inicialmente, cabe caracterizar a realidade atual brasileira, na qual a provisão de segurança e o monopólio do uso da força não é uma exclusividade do Estado conforme previa o ideário weberiano<sup>9</sup>, uma vez que há também, em atuação, empresas de segurança privada, justiceiros, grupos de vigilância de bairro, dentre outros (STENNING, 2000; ADORNO, 2002; LOPES, 2013; DA SILVA, 2004; JOHNSTON; SHEARING, 2003; GARLAND, 2008). Diante desse contexto, é preciso refletir sobre as novas formas de se pensar e de se prover a segurança. Os programas de vigilância comunitária, enquanto parte da paisagem plural da segurança, têm como objetivo integrar as vizinhanças, possibilitar a troca de informações e buscar, de alguma maneira, contribuir para a diminuição da criminalidade nos locais em que se encontram instalados.

Para que se possa analisar a dinâmica de atuação e as particularidades das experiências de vigilância de bairro do tipo VS, recorrer-se-á à teoria da governança nodal proposta por Shearing e colaboradores (Johnston, Wood, Burris e Drahos), a fim de que se possa levantar as características desse tipo de projeto de provisão de segurança e entender o modo como as comunidades têm se engajado na promoção de sua própria segurança. Além de desvincular o debate da segurança de seu espaço comum, onde é tida como realizada unicamente pela polícia, tal perspectiva teórica tem o mérito de levar as reflexões sobre violência/criminalidade para o âmbito acadêmico, que auxilia a entender o papel e atuação dos programas do tipo VS em Londrina.

---

<sup>9</sup> Segundo Weber, ECONOMIA E SOCIEDADE (1999) o Estado moderno suplantou as antigas associações (clãs por exemplo) no monopólio do uso da força, sendo o único ente legítimo, ou que poderia legitimar que outro fizesse o uso dessa força de coação e dominação.

### 1.1.1 Governança nodal

Nesse novo contexto, no qual a segurança não se encontra exclusivamente nas mãos do Estado, existe uma variedade de agentes em atuação, o que resulta em um universo de vários provedores cujas características e relacionamentos são bastante complexos. Em se tratando das diversas formas de fornecimento de serviços relacionados à prevenção/proteção à violência, há o desafio de se entender como esses atores se conectam/interagem na sociedade.

O conceito de governança da segurança foi formulado para captar essa pluralidade de atores que agem para a promoção da segurança. O conceito diz respeito à “(...) tentativa consciente de moldar e influenciar a conduta dos indivíduos, grupos e populações a favor de um objetivo particular, neste caso, ‘segurança’ (...)” (WOOD; DUPONT, 2006, p. 2). Ainda que exercida por outros atores, que não o Estado, existe uma série de procedimentos, de táticas, de tecnologias, de instituições e de recursos para a consecução da paz ou para o controle da violência em locais variados, como empresas, comércio, parques, bairros, comunidades, países etc.

Diante da atuação dos novos agentes, as fronteiras entre o público e o privado passam a não ser tão bem definidas, de modo que a governança estatal fica comprometida e as fronteiras indeterminadas (JOHNSTON; SHEARING, 2003). O fato é que, para que se possa entender essa dinâmica entre os atores estatais e não estatais que se estabelece, às vezes, na segurança, é necessário abandonar o tradicional modelo de governança regido pelo Estado e adotar a concepção de governança darede, ou de governança nodal. No lugar de uma noção estatal centralizada, a ideia de nós de governança fornece mais opções para a análise das ligações e das contribuições dos diversos agentes que operam no mundo da segurança de forma equânime e interligada (JOHNSTON; SHEARING, 2003), e de maneira, por vezes, mais eficiente e capilarizada do que a segurança pública. O termo governança tem aparecido assim associado a uma suposta troca de mentalidades e de práticas e a uma transformação do estado em diversos trabalhos acadêmicos que desafiam concepções estadocentricas no que diz respeito à forma como o poder de governar é exercido no mundo contemporâneo (JONES, 2012).

Organizações individuais e não governamentais se configuram como participantes ativos em seu próprio governo, e o crescimento da governança envolve

o remodelamento das instituições, enquanto uma forma de encorajar os indivíduos a se regularem (BRAITHWAITE, 2000).

Dentro desse complexo sistema de governança, em que, eventualmente, ocorrem conflitos e também se produz ordem, os inúmeros atores operam em uma estrutura de "governança nodal", cujas bases se encontram na teoria contemporânea das redes (BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005). Para Burris, Drahon e Shearing (2005), a governança em tais sistemas é constituída, substancialmente, por nós, sendo que um nó, em um sistema, possui diversas formas, indo de congressistas à agências de governo; de associações de vizinhos a organizações não governamentais; empresas e até gangues. Esses nós não precisam ser formalmente constituídos ou legalmente reconhecidos, mas eles têm a característica de serem mais “densos e compactos do que as redes” (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014, p. 405), além de possuírem estabilidade suficiente e uma estrutura que os habilita para a mobilização de recursos, de mentalidades e de tecnologias ao longo do tempo.

Independentemente de se tratar de núcleos de governança formalmente reconhecidas pelo Estado, ou não, de alguma maneira esses agentes possuem uma certa organização. Assim, seja a polícia, as associações de comércio local/nacional/internacional, as empresas de segurança e os atores em um contexto de ilegalidade/informalidade<sup>10</sup> (vigilantes praticando justificação, milícia nas favelas cariocas ou grupos criminosos, por exemplo), fazem a gestão de recursos/informações e dispõem de expertise que os permitem atuar (demandando ou sendo demandados) em uma rede de conectividade com o intuito de promover a segurança de seus membros.

Esses nós são concebidos como sítios de interações/resultados sociais em que o conhecimento, a capacidade e os recursos são mobilizados para o exercício da governança da segurança, exibindo quatro diferentes características: 1) forma de pensar (mentalidades) sobre assuntos para os quais foram criados para governar; 2) um conjunto de métodos (tecnologias) para exercer influência sobre o curso de eventos; 3) recursos para custear a operação do nó e sua capacidade de

---

<sup>10</sup> Existe a definição de “Nós Informais de Segurança (ISN)”, que se refere a “(...) um nó de governança que usa o capital da força ilícita para impor e manter o controle sobre o espaço” (MARTIN, 2013, p. 155). Nessa conceituação enquadra-se a atuação de grupos de crime organizado, milícias, gangues e associações de vigilantismo que se valem da força ilícita com propósitos variados como a distribuição de drogas, controle territorial, manutenção de normas e regramentos patriarcais (MARTIN, 2013).

exercer influência e articular com outros nós/redes; e 4) estruturas que viabilizam a mobilização direta de recursos, mentalidade e tecnologias ao longo do tempo (instituições) (BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005).

Assim, um nó pode ser primariamente parte de uma rede integrada, como um departamento em uma empresa, mas ele também pode estar ligado a outros nós em redes múltiplas (sem filiação com uma rede primária), ou ainda pode ser um nó superestrutural, que junta diferentes organizações nodais para concentrar os membros, recursos e tecnologias com vistas a um propósito comum (BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005). Na avaliação desse modelo de governança nodal, não existe uma maior valorização de um nó específico, sendo que a contribuição de cada um na realização da segurança é verificada na prática, sofrendo variações no tempo e no espaço (JOHNSTON; SHEARING, 2003). Ou seja, antigos modelos de cooperação entre nós de governança da segurança praticados pela polícia e a segurança privada comercial podem, em certos contextos, ocorrer de maneira harmoniosa e produtiva, mas também funcionar como fontes de conflitos e de desconfiança, no que se refere às atividades desenvolvidas e à influência exercida perante a sociedade.

A título de referência, vale mencionar que as ideias e a terminologia referente à sociedade de redes são largamente usadas na teoria da governança nodal (JONES, 2012). Diante do uso da metáfora das redes integradas por diversos atores estatais e não estatais, verifica-se uma participação cada vez mais limitada das instituições estatais no que tange à feitura de leis/ordenamentos, à execução de políticas e à gestão de processos, sem falar da criação e da utilização de tecnologias relacionadas à governança da segurança (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Dessa forma, existe uma lógica de organização e de atuação dessas redes, que se conectam e interagem à medida que buscam atingir seus objetivos e interesses, os quais, a princípio, dizem respeito a atores zelando, dentro da legalidade, pelo seu território, seus bens e/ou patrimônio, seja uma residência, uma empresa, um conjunto de residências de uma rua, uma comunidade ou uma embarcação, entre outras coisas, enquadrando-se na definição de rede de segurança colocada por Dupont (2006, p. 709):

[...] podemos definir rede de segurança como todo conjunto de atores institucionais, organizacionais, comunitários ou individuais, conectados direta ou indiretamente que autorizam e/ou provem segurança em benefício de interesses coletivos (a população) ou particulares (um cliente).

No entanto, o próprio Dupont (2006) fala sobre a dificuldade que há na análise de redes, tendo em vista os tipos de atores a serem estudados, a sua diversidade, a sua heterogeneidade e as desigualdade estruturais existente. Esses atores podem, por exemplo, ser Estados, corporações, organizações de comércio mundial, instituições da sociedade civil, criminal, gangues e até terroristas que atuam por meio de mecanismos de força, de persuasão, de pressão econômica e de criação de normas (BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005), em complexas ligações e dinâmicas de reciprocidade informal, contratual ou regulamentar (DUPONT, 2006).

Dupont (2006) faz uso de um parâmetro geográfico para dividir as redes em tipos ideais. Assim, para captar as redes de segurança, ele propõe as seguintes categorias: locais; nacionais; internacionais; e informacionais. Em âmbito local, os atores se posicionam e passam a atuar em redes de segurança formadas pela polícia, envolvendo, localmente, os magistrados, os serviços sociais, as comunidades de moradores, as comunidades de interesse (associações de comerciantes, minorias visíveis etc.), os representantes eleitos, os fornecedores de segurança privada etc. Essas redes atuam como plataformas para o intercâmbio de informações acerca dos problemas de criminalidade local e dos recursos que podem ser mobilizados para solucioná-los (DUPONT, 2006).

A título de referência se faz importante identificar 4 (quatro) tipos de nódulos que podem dar indícios de vínculos legais, ou de algum tipo de apoio/suporte entre os programas de vigilância comunitária em Londrina. Existe o setor estatal, o setor corporativo/negocial, o setor não governamental, e o setor informal/voluntário (JOHNSTON; SHEARING, 2003), sendo importante analisar as condições em que são criados e se apoiam/vinculam cada um desses nódulos. Se se trata unicamente de vínculos entre Estado/VS, ou se existe vinculações entre os programas de vigilância em Londrina com nódulos de governança privados ou de outra natureza.

Para que se possa ir mais a fundo nessa discussão, na sequência, serão elencadas as dimensões da governança da segurança e discutido como elas podem orientar a análise dos grupos de vigilância do Jd. Shangri-Lá e do Santa Mônica, objetos de estudo deste trabalho.

### 1.1.2 Dimensões dos projetos/programas de segurança

Essa nova maneira de se pensar, legitimar, planejar e executar procedimentos que garantam a segurança em uma determinada área vai muito além das ações defensivas e reativas do policiamento estatal. Nesse sentido, a ideia de “governança da segurança” tem a intenção de ampliar análises de segurança com a noção de redes diversificadas de segurança e justiça, encontrando pontos em comum e referenciais nas teorias da ciência política, sociologia, filosofia, antropologia, ética e história (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Assumindo essa perspectiva teórica, entende-se que é pertinente questionar as dimensões que envolvem a governança da segurança. Primeiramente, quem tem a capacidade e autoridade para fazer as regras (formais ou informais) que serão tratadas como as normas de governança em um espaço societal determinado? Ainda que o Estado tenha o monopólio da definição de ordem em uma dada sociedade, antropólogos, pluralistas jurídicos e internacionalistas há muito questionam essa visão (JOHNSTON; SHEARING, 2003). A depender do contexto social e econômico de uma determinada localidade, as regras e os códigos de conduta estipulados por diversos atores não estatais, tal como a milícia faz no Rio de Janeiro, por exemplo (ZALULAR; CONCEIÇÃO, 2007), ou como os justiceiros operam em São Paulo (MANSO, 2012), superam o nível de autoridade e de efetividade dos regramentos promulgados pelo Estado. Assim, em qualquer projeto de governança da segurança é preciso compreender quem define a ordem que irá vigorar em determinado tempo e espaço.

Uma outra dimensão a ser refletida e que pode exercer influência sobre a obediência a uma determinada ordem é a natureza das regras. Teoricamente, o conjunto de leis e ordenamentos criados pelo Estado visam regular situações e realidades de uma sociedade, atendendo aos interesses públicos gerais. Em contraste, regras de autoridades corporativas privadas, por exemplo, são direcionadas a grupos específicos (trabalhadores, clientes etc.) e são projetadas como resposta a preocupações e a objetivos privados da autoridade corporativa (JOHNSTON; SHEARING, 2003). O mesmo pode ser dito em relação às regras informais de redes de provisão de segurança que atuam localmente. Todavia, a respeito desse assunto, é importante ponderar que leis oficiais votadas e sancionadas em um “estado democrático de direito”, muitas vezes, podem, ao contrário de reger e de representar

o “interesse público”, possuir efeitos altamente discriminatórios e favorecer preocupações e objetivos particulares. O sentido da frase “o que é bom para a General Motors é bom para a América” (JOHNSTON; SHEARING, 2003, p. 23), por exemplo, evidencia como interesses momentâneos podem buscar a adesão de normas e de políticas demagógicas que não necessariamente perseguem interesses públicos gerais, mas que respondem às vontades de um grupo empresarial que representa uma parte ínfima da sociedade.

Ao contrário das normas governamentais, que além de poderem ter caráter discriminatório ou de favorecimento, também possuem um moroso rito de votação e de aprovação, as normas não estatais de governança permitem uma maior liberdade e eficácia na sua execução, podendo incentivar comportamentos e atitudes proativas e antecipatórias da criminalidade. Assim, descobrir quem define a ordem e qual a natureza dessa ordem é uma dimensão fundamental para se compreender as características da governança da segurança em um determinado nódulo.

O foco da governança é uma outra dimensão dos projetos de segurança. Essa dimensão revela se as leis, os direcionamentos e as ações demonstram uma antecipação ou uma reação a situações de insegurança. A governança praticada pelas autoridades privadas é comumente focada no futuro, sendo elaboradas e implementadas enquanto formas de se alcançar e de se manter metas e objetivos estipulados. Entretanto, isso também envolve a resposta à problemas já surgidos, focalizando, assim, eventos passados e como reagir a eles (JOHNSTON; SHEARING, 2003). A governança da segurança pelo Estado, por sua vez, tende a ser dominada por estratégias que se concentram na reação a eventos passados, considerando essas respostas como o principal método de liquidação de preocupações futuras (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Identificar quem são os responsáveis pela criação, pela implementação e pela execução das políticas de segurança é outra dimensão que revela aspectos importantes da governança da segurança. Isso porque, diante de uma ideia de ordem e de atitudes direcionadas à prevenção/antecipação de comportamentos de risco, a governança da segurança fica cada vez menos concentrada nas mãos de funcionários públicos especialistas e de profissionais empregados pelo estado. Nota-se que cada vez mais responsabilidades executivas estão sendo confiadas/assumidas por agentes não estatais, como membros de comunidades e grupos de vigilância de bairro (JOHNSTON; SHEARING, 2003). À

medida que cresce a participação de organizações privadas e de seus funcionários na implementação de medidas de segurança, fica obsoleta a separação entre quem idealiza e quem executa as políticas de segurança. No passado, o modo como a segurança era concebida implicava a divisão de funções entre criação de políticas, realizada pelo Estado e por seus representantes, e execução/cumprimento dessas políticas, delegada ou não a atores não estatais. Hoje é cada vez mais comum a incorporação da segurança a funções típicas do setor privado. Recepcionistas de escritório, caixas de varejo, caixas de instituições bancárias (JOHNSTON; SHEARING, 2003)<sup>11</sup> e até os funcionários de parques temáticos da Disney (SHEARING; STENNING, 1985), além de realizarem as suas atividades principais, também observam comportamentos e práticas suspeitas que indiquem ações perigosas/delituosas.

Outra dimensão importante da governança da segurança é a maneira como se dão os processos dessa governança. Nesse sentido, a governança pode ser obtida por consentimento ou por coerção. Quando ocorre por meio do consentimento, geralmente, é mais barata, mais agradável, menos perturbadora e menos perigosa (JOHNSTON; SHEARING, 2003). Na iniciativa privada, primeiro, busca-se a governança por meio de processos de negociação, respaldados pela possibilidade de processos mais coercitivos, em último caso (JOHNSTON; SHEARING, 2003). Por outro lado, em muitos contextos, a governança da segurança é baseada, predominantemente, em processos coercitivos. Em locais como o Brasil, esse tipo de processo é largamente apoiado pela população brasileira, o que tem resultado em políticas duras de controle do crime, que primam mais pela imposição de normas pela coerção do que pela busca do consentimento. Mesmo em nódulos governados pela segurança privada há evidências que sugerem que boa parte dos processos de governança ocorrem em bases coercitivas, especialmente em locais como bares e casas noturnas e terminais de transporte coletivo (LOPES, 2015).

Atuando no intuito de se conseguir a governança da segurança, os agentes se valem de tecnologias, que são métodos e técnicas específicas que compõem um “kit” de ferramentas legais, físicas, pessoais e simbólicas. Caracterizada por Johnston e Shearing (2003) como uma outra dimensão da governança da

---

<sup>11</sup> Johnston e Shearing (2003) explicam que o caixa e o segurança de um comércio possuem o mesmo objetivo, visam que o cliente saia da loja depois de ter feito sua compra e pago por ela. Assim sendo, essas duas funções podem ser realizadas pelo mesmo empregado.

segurança, esse kit pode ser composto por: poderes legais garantidos por lei (poder de efetuar revistas, de apreender coisas/pessoas, de adentrar uma residência para cumprir um mandado judicial); ferramentas físicas (algemas, bastões, armas, computadores, carros, sirenes); ferramentas pessoais (porte físico, força, linguagem, carisma pessoal); e ferramentas simbólicas (status do cargo exercido, uniforme, respeito público) (STENNING, 2000). Algumas dessas ferramentas são exclusivas do contingente policial público, que tende a mobilizar mais instrumentos coercitivos. Por outro lado, provedores não estatais, geralmente, não se valem da coação de forma tão evidente, não deixando, por conta disso de serem eficazes na governança da segurança (STENNING, 2000). O maior ou o menor uso dessas ferramentas e o modo como elas são combinadas no trabalho de policiamento, segundo Stenning (2000), varia de acordo com fatores pessoais, tais como idade, anos de trabalho, experiência e sexo. Em regra, modos e processos diferentes de governança da segurança exigem ferramentas distintas, demandando uma combinação específica de ferramentas para a sua efetiva realização (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Por fim, dentre as mais importantes dimensões da governança da segurança está a das mentalidades, que podem ser punitivas, de administração de risco, ou de redução de danos, e de medidas restaurativas. As mentalidades são modelos que direcionam a forma de se pensar o mundo e de se reagir a situações em circunstâncias determinadas (JOHNSTON; SHEARING, 2003). Uma mentalidade de punição tende a se concentrar em eventos passados, enfatizando a coerção física, patrocinadas coletivamente, sendo um processo imposto por meio de regras aplicáveis, destinadas à promoção de alguns interesses da sociedade. Por outro lado, a governança baseada em gestão de risco envolve modelos embutidos de governança à distância, direcionados para o futuro, atingidos por meio de uma negociação específica e mediante o emprego de expedientes de governança menos coercitivos, sendo um tipo de procedimento, muitas vezes, liderado por não especialistas em segurança (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

As dimensões que compõem os projetos de segurança identificados pela teoria da governança nodal descritas acima são importantes para que se possa entender melhor as transformações em curso no campo da governança da segurança. O modo como a segurança é promovida nas sociedades contemporâneas mudou rapidamente a partir da segurança metade do século XX, justificando a necessidade de desenvolvimentos teóricos e instrumentos analíticos capazes de dar conta dessas

mudanças. A próxima seção discute de maneira mais específica como o aporte teórico da governança nodal e as dimensões dos projetos de segurança descritos acima serão instrumentalizadas na pesquisa sobre o VS erigido em Londrina.

### 1.1.3 As dimensões e características da governança e o VS em Londrina

Dentro dessa nova forma de olhar para a segurança, entende-se pertinente inquirir sobre os tipos e a natureza dos ordenamentos seguidos ou estipulados pelo VS na cidade norte paranaense. Por meio de entrevista com lideranças, observação de material escrito (jornais, ofícios ao poder público, etc), pretende-se analisar se existe alguma norma informal, código de conduta, ou adaptação de leis constitucionais/penais/civis que regem os procedimentos das vigilâncias de bairro em Londrina. O objetivo é entender até que ponto as leis formalmente promulgadas são utilizadas, e/ou tipos diversos de normas, ou práticas, tem um maior poder de ordenar/organizar/ ou de certa forma impor condutas morais e discriminatórias nesses programas (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Na sequência, pretende-se verificar qual o foco dessa governança da segurança. Ou seja, por meio da observação de possíveis materiais impressos, entrevistas e até equipamentos tecnológicos instalados na vizinhança estudada espera-se verificar se existem estratégias de manutenção da segurança baseadas em eventos passados ou uma ideia mais proativa de prevenção ao crime. Visa-se analisar se no caso do VS há um modelo próximo do policiamento estatal de reação à criminalidade, ou se seguindo uma tendência de empresas privadas, pensa-se em prevenção de criminalidade em termos de eventos futuros (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Além disso, tem-se a intenção de verificar as características dos agentes responsáveis pela governança da segurança nos programas de VS em Londrina. Questiona-se se se tratam de agentes de segurança pública moradores do bairro/área residencial (membros das Polícias Militares, Civil, Federal ou Guarda Municipal), se são pessoas com conhecimento especializado em segurança da iniciativa privada, ou se são leigos que têm interesse em atuar na manutenção da segurança local. Por meio da participação em reuniões, e através das informações conseguidas nas entrevistas, pretende-se também analisar se os programas de vigilância comunitária da cidade londrinense foram iniciados pela polícia e seguem a

racionalidade política presente nos Estados Unidos e Inglaterra de delegar/dividir funções de segurança com membros da comunidade, ou se são iniciativas dos moradores da própria vizinhança.

Pretende-se também analisar os processos de se atingir a governança da segurança: se ocorrem por consenso, de forma coercitiva ou se há uma mescla entre consenso e coerção. Geralmente, processos de governança da segurança que envolvem forças policiais são exercidos por meio de coação, enquanto aquelas realizadas por atores não estatais que não possuem poder de polícia são feitas de maneira consensual. Pretende-se avaliar, através das entrevistas, participações em reuniões, ou análise de material escrito, se nos grupos de VS são utilizados procedimentos mais coercitivos e impositivos sobre as pessoas e o ambiente, ou se prevalecem meios mais consensuais e negociados de se promover a segurança (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Uma outra dimensão da segurança a ser analisada é o tipo de tecnologia utilizado no VS em Londrina. Quanto ao leque de opções tecnológicas disponíveis a agentes de segurança, existe a ideia da “caixa de ferramentas” (do policial público/ privado), que abarca diversos instrumentos que auxiliam na consecução da governança da segurança, como foi destacado na seção anterior. Essas ferramentas, conforme mencionado, podem se constituir de poderes legais garantidos por lei, de ferramentas físicas, tecnológicas, de ferramentas pessoais, também de ferramentas simbólicas (STENNING, 2000), e até estratégias locais desenvolvidas pelos participantes dessas experiências. Nesse sentido, pretende-se analisar se as ferramentas de comunicação, de linguagem e de carisma pessoal, algumas táticas e *modus operandi* específico (práticas)<sup>12</sup> relacionadas ao policiamento de bairro (JOHNSTON; SHEARING, 2003), também são as mais utilizadas nos grupos de vigilância comunitária de Londrina, ou se há outras ferramentas mais próximas do modelo de policiamento público coercitivo.

As mentalidades da governança da segurança fazem parte da mais elementar dimensão da governança da segurança, pois constitui o pano de fundo a partir do qual todas as demais dimensões típicas de um projeto de segurança são

---

<sup>12</sup> Para facilitar a compreensão e uniformizar a utilização dos termos, a palavra “prática” foi utilizada neste trabalho englobando as táticas, atitudes e *modus operandi* específicos adotados/desenvolvidos juntamente com as tecnologias pelos grupos de vigilância comunitária no sentido de conseguir a governança da segurança em seus bairros.

desenvolvidas. Elas podem ser mentalidades punitivas, de administração de risco, ou de redução de danos, e de medidas restaurativas, modelos que direcionam a forma como se pensa o mundo e se reage a determinadas situações e em certas circunstâncias (JOHNSTON; SHEARING, 2003). Levando isso em conta, o trabalho pretende verificar qual mentalidade domina os grupos de vigilância comunitária em Londrina tendo como base os dados coletados por meio da participação em reuniões, entrevistas e material escrito. Mais especificamente, pretende-se descobrir se as estratégias de segurança adotadas estão relacionadas a medidas punitivas com base em eventos passados (com utilização de ferramentas coercitivas), ou se esses grupos se utilizam de estratégias que revelam uma mentalidade de redução de riscos e danos.

Além das dimensões elencadas, no caso do VS Londrina, serão utilizadas mais duas características dos nós, enquanto sítios de governança: os recursos e as instituições, conforme discutido por Burris, Drahos e Shearing (2005). A primeira característica tem relação com o custeio das atividades, das tecnologias e das operações desenvolvidas pelos grupos de vigilância comunitária, e também os capitais sociais mobilizados por essas experiências para se promover a governança da segurança em seus bairros. Já a segunda característica diz respeito às estruturas que possibilitam a mobilização direta de recursos, de mentalidades e de tecnologias que garantem o funcionamento do programa VS.

O Quadro 1 traz informações sobre as características centrais dos nódulos de governança da segurança, apresenta as dimensões que foram analisadas e resume as definições dessas características.

**Quadro 1** – Resumo teórico das características e dimensões da governança nodal e os procedimentos metodológicos/fontes empregadas no estudo de campo

CARACTERÍSTICAS	DIMENSÕES	DEFINIÇÕES
Mentalidades	Regras, natureza das regras, foco, agentes, processos, tecnologias.	Forma de pensar (mentalidades) sobre assuntos para os quais foram criados para governar
Recursos	Tecnologias, agentes e instituições.	Recursos para custear a operação do nó e sua capacidade de exercer influência através dos diversos tipos de capital
Tecnologias	Tecnologias e foco.	Um conjunto de práticas para exercer influência sobre o curso de eventos
Instituições	Regras e natureza das regras.	Estruturas que viabilizam a mobilização direta de recursos, mentalidade e tecnologias ao longo do tempo.

Fonte: JOHNSTON; SHEARING, 2003; BURRIS, DRAHOS; SHEARING, 2005

Para melhor entendimento do quadro teórico/metodológico, partiu-se do pressuposto de que o Programa VS é, dentro de sua realidade espacial, um nódulo de segurança que se utiliza de recursos financeiros, humanos e capital social<sup>13</sup>, vale-se de tecnologias e práticas (legais, pessoais, físicas ou simbólicas) e possui uma estrutura e uma mentalidade para atingir suas finalidades.

Enquanto forma de se pensar a segurança, uma mentalidade só pode ser reconhecida mediante a análise de todas as dimensões da segurança presentes em projetos de governança da segurança. No que se refere aos recursos, foi importante analisar a fonte de financiamento das tecnologias empregadas, o tipo de agente e as instituições envolvidas e relacionadas aos nódulos de segurança de vigilância comunitária. A compreensão das tecnologias utilizadas deu-se a partir da identificação dos elementos do kit de ferramentas usado, o foco da governança da segurança e as estratégias de segurança locais, que motivou o emprego de certas ferramentas no combate/prevenção da criminalidade. Já a constatação da estrutura normativa que viabilizou as atividades do VS foi possível por meio do entendimento

<sup>13</sup> Pierre Bourdieu definiu capital social como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1985, p. 248).

dos costumes e práticas locais para se exercer a governança da segurança em suas áreas de funcionamento.

## 1.2 Procedimentos Metodológicos

Nesse trabalho, conforme mencionado previamente, o Programa VS de Londrina é entendido como um nódulo de governança da segurança, ou seja, como um espaço de governança em que noções de ordem, autoridades, mentalidades, tecnologias, recursos e instituições são mobilizados para gerar práticas de promoção da segurança. Afim de compreender como se configura cada um desses elementos e descobrir como esse programa se originou em Londrina, foi efetuado um estudo qualitativo dos grupos de VS do Jd. Shangri-Lá (Centro de Londrina) e do Santa Mônica (Zona Norte londrinense).

Justifica-se a escolha das experiências do VS do Jd. Shangri-Lá e do Santa Mônica por motivos distintos, mas complementares para o estudo em questão. Primeiramente enfatiza-se que tanto o Santa Mônica quanto o Shangri-Lá, localizados a 5,1 quilômetros (km) um do outro<sup>14</sup>, são áreas de concentração de crimes contra residências, conforme dados oficiais da CAPE/Secretaria da Segurança Pública e Administração penitenciária do Estado do Paraná (Figura 1). No que tange ao Santa Mônica, foram instalados alarmes<sup>15</sup> e câmeras<sup>16</sup> nesta região no final de março de 2017. Dessa forma, cogitou-se que o nível de organização dos moradores do VS em foco, o aparato tecnológico utilizado e as ocorrências criminais nesta área residencial poderiam fornecer elementos interessantes a serem melhor estudados sob a perspectiva da teoria da governança nodal.

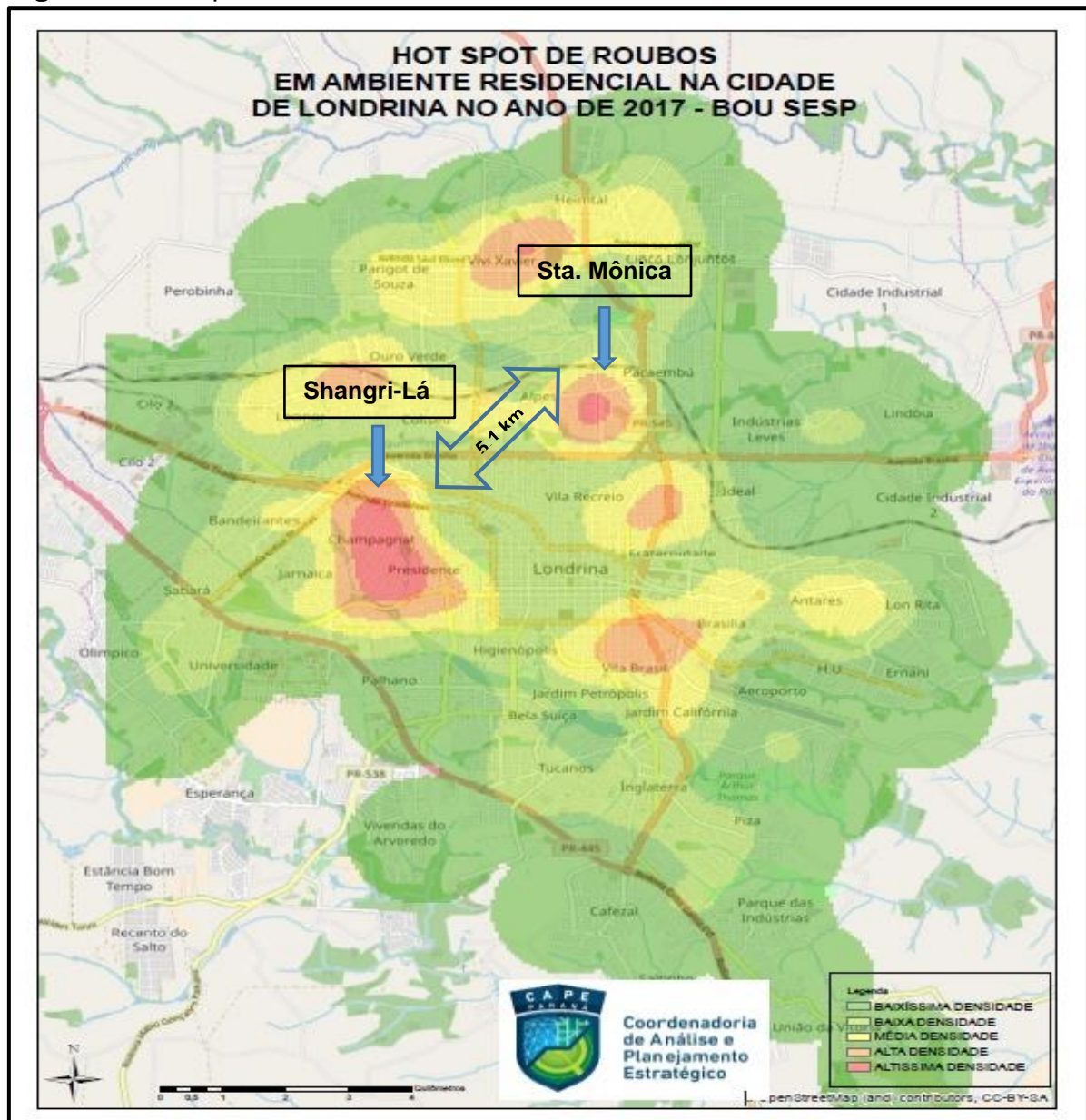
---

<sup>14</sup> Para mais informações ver GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Rede+Estacione++Shangri-La-Int-PR++Avenida+Tiradentes++Jd.+Shangri-L%C3%A1+A,+Londrina++PR/Santa+Monica,+Londrina++PR,+86079-080/@-23.2914888,51.18126,15z/data=!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x94eb5b49cf8aef71:0x7f1f6c2524452a77!2m2!1d51.1872585!2d23.3006257!1m5!1m1!1s0x94eb44e90b52cd47:0xc62a0b3706cb600b!2m2!1d-51.1572328!2d-23.2848623>>. Acessado em: 24 out. 2019.

<sup>15</sup> A tecnologia do alarme se refere a uma sirene instalada no poste de algumas casas das áreas em estudo (Santa Mônica e Shangri-Lá), sendo que os moradores o acionam por meio de um controle remoto e é disparada uma mensagem de que o local está sendo invadido, e a equipe de segurança já foi acionada.

<sup>16</sup> Para mais informações ver MACHADO, R. População se une e instala câmeras para aumentar segurança em bairro da zona norte. **O Bonde**, 10 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/populacao-se-une-e-instala-cameras-para-aumentar-seguranca-em-bairro-da-zona-norte-439844.html>>. Acessado em: 05 nov. 2018.

**Figura 1 – Hotspots com Roubos Residenciais em Londrina, 2017**



Fonte: CAPE/ Secretaria de Segurança Pública do Paraná

No que se refere ao estudo do grupo VS do Jd. Shangri-Lá, localizado no Centro de Londrina, além de ser uma região localizada próxima a uma mancha de assaltos a residências, tem-se os elementos de organização e pioneirismo. Conforme fontes jornalísticas, a experiência do bairro central existe há mais de nove anos no bairro,<sup>17</sup> o que pode, mediante entrevista com as lideranças e com moradores participantes do programa, possibilitar a descoberta da real origem dos programas de vigilância comunitária do tipo VS na cidade.

<sup>17</sup> Para mais informações ver Carreira (2011).

Foram feitas entrevistas semiestruturadas com lideranças e com moradores integrados ao VS Shangri-Lá e ao Santa Mônica. Explica-se que a entrevista estruturada se utiliza de uma relação de perguntas para direcionar a ordem e o tipo de questionamento, sendo indicada para levantamentos sociais e estatísticos por possibilitar maior rigidez e rapidez nas respostas (GIL, 2009). No entanto, considerando que, neste estudo, foi importante levantar informações sobre casos específicos, como nomes de pessoas envolvidas na implantação e operação do programa, ou identificar técnicas e ações específicas, as quais, muitas vezes, fogem do roteiro de perguntas previamente elaborado (Anexo A). Assim, entendeu-se relevante “abrir mão” da estrutura dos questionamentos e admitir certo grau de espontaneidade nas respostas (GIL, 2009), objetivando, com isso, a obtenção de informações mais interessantes. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as lideranças desses grupos de vigilância a fim de se identificar o histórico/origem do VS, os tipos de encontros, as parcerias e o suporte dados pelos grupos, a eventual fonte de custeio/política de arrecadação de valores para o funcionamento do programa, bem como os processos e o foco da governança. Para isso, foi criado um roteiro (Anexo A) de questões, que foi utilizado de maneira flexível pelo pesquisador.

Além disso, foram feitas entrevistas com alguns participantes das experiências de vigilância em questão, para se verificar a motivação dos grupos, analisando, ainda, a sua percepção espacial e atenção a sinais de ameaça nos arredores do lugar em que moram. Os questionamentos foram aplicados mediante a visita a participantes das experiências, em sua residência, local de trabalho ou no local de ocorrência da reunião de grupo.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a amostra de participantes inquiridos não se deu por qualquer processo estatístico ou formal. Buscou-se elementos para ilustrar e auxiliar no alcance dos objetivos da pesquisa (FLICK, 2009). O principal objetivo foi entrevistar pessoas que auxiliaram na concepção e nos primeiros trabalhos do programa, pois foram informantes fundamentais para o entendimento das peculiaridades, das motivações e da estrutura inicial do VS. Para a localização de outros possíveis entrevistados, valeu-se da técnica “bola de neve”, isto é, conforme as entrevistas iam ocorrendo foi incitada a indicação de outras pessoas que participavam ativamente do programa e que podiam fornecer exemplos concretos e relevantes da atuação da vigilância comunitária nas áreas pesquisadas. Com isso,

foi possível alcançar um número amplo de pessoas residentes em diferentes pontos das áreas em estudo, capazes de fornecer maior riqueza de exemplos e de elementos para a realização de comparações (FLICK, 2009). Ao todo foram entrevistadas 24 pessoas, totalizando 15 horas e 17 minutos de conversas semiestruturadas. O quadro 02 apresente a relação das pessoas entrevistadas com seus respectivos nomes fictícios de modo a se preservar a sua privacidade e segurança.

**Quadro 2 – Relação de Entrevistas**

Nome	Idade (anos)	Área	Tempo que Reside (anos)	Duração	Data
1. Maria, Horácio, Amanda	66, 66, 37	Shangri-Lá	28	20:01	28/12/18
2. Lurdes (liderança)	48	Shangri-Lá	25	40:14	09/01/19
3. Marta	71	Shangri-Lá	20	49:22	14/01/19
4. José	77	Shangri-Lá	45	1:00:39	23/01/19
5. Amadeus	79	Shangri-Lá	79	46:00	28/01/19
6. Marli, Marcos	53, 55	Sta Mônica	22	44:00	13/02/19
7. Paloma	44	Sta Mônica	3	17:00	21/02/19
8. Irene (liderança)	60	Shangri-Lá	44	1:23:00	21/02/19
9. Érica	55	Sta Mônica	10	30:00	26/02/19
10. Rodnei (liderança), Alberto (liderança) <sup>18</sup>	57, 46	Sta Mônica	20	23:00	11/03/19
11. Nélia	70	Shangri-Lá	38	26:00	18/04/19
12. Édson (Policia Militar)	47			2:17:00	11/07/19
13. Josmar (liderança)	63	Sta Mônica	27	1:06:00	15/07/19
14. Rodrigues (liderança)	65	Sta Mônica	20	36:00	20/07/19
15. Marcelo (Policia Militar)	42			40:00	31/07/19
16. Leonardo	44	Shangri-Lá	40	48:00	06/08/19
17. Márcia (profissional do sexo)	28	Shangri-Lá		25:00	07/08/19
18. Patrícia (profissional do sexo)	34	Shangri-Lá		41:00	17/08/19
19. Marcelo (Policia Militar)	48			20:00	19/08/19
20. Cristina (ex profissional do sexo)	35	Shangri-Lá e Proximidades		1:00:00	20/08/19
<b>Total</b>				<b>15:17:00</b>	

**Organização:** autor.

Embora não sejam moradoras e participantes do VS, as profissionais do sexo foram incluídas no estudo porque se mostraram, no decorrer da pesquisa,

<sup>18</sup> Como a entrevista foi realizada em conjunto com as duas lideranças, em alguns momentos as falas serão utilizadas na sequência, e em outros os trechos serão destacados em separado

personagens importantes para a compreensão do modo de funcionamento do VS do Jd. Shangri-Lá. Como será mostrado mais adiante, parte importante das atividades do VS deste bairro teve como alvo as profissionais do sexo. Diante disso, julgou-se necessário dar voz e conhecer a versão delas em relação às práticas e tecnologias do nódulo de segurança estudado. Para isso, buscou-se o contato direto com as garotas nas ruas para a obtenção de entrevistas consentidas. Foram realizadas duas tentativas, ambas frustradas diante da profunda desconfiança demonstrada pelas garotas. Diante dessas negativas, recorreu-se à pesquisa encoberta por meio da simulação de interesse em um programa sexual e o pagamento do mesmo, que colocou o pesquisador em condições de conversar em contexto de maior naturalidade com as garotas sobre a relação com os moradores do Jd. Shangri-Lá<sup>19</sup>. Posteriormente, tentou-se obter o consentimento das garotas em relação às informações coletadas no campo, mas não foi possível localizá-las no bairro. Os relatos obtidos a partir dessa coleta encoberta foram utilizados sem a identificação das garotas, preservando-as e ao mesmo tempo garantido que seus pontos de vista e experiências pudessem ser considerados no estudo. Também ocorreu a participação em reuniões e em um protesto dos Vizinhos Solidários do Santa Mônica na Avenida Henrique Mansano (Avenida do Estádio do Café). Acredita-se que a observação do encontro e a manifestação dos vizinhos contribuiu para a ratificação/confrontamento das respostas dadas nas entrevistas com lideranças/participantes dos programas, bem como possibilitou uma verificação mais espontânea do nível de motivação e de organização do grupo e do tipo de mentalidade de segurança presente nele.

Por fim, foram coletados materiais escritos como informes, solicitações ao Poder Público Municipal/ Câmara de Vereadores e atas de reunião, produzidos pelas lideranças/participantes do programa. Esse material permitiu a análise de aspectos como recursos, práticas e instituições mobilizadas pelo VS segundo o aporte teórico da governança nodal.

Antes de apresentar a análise dos dados coletados por meio dos procedimentos descritos acima, o próximo capítulo fará uma revisão bibliográfica abordando as alterações na política criminal que levaram a comunidade a participar

---

<sup>19</sup> A pesquisa encoberta é prevista no art. 2º, inciso XV, da Resolução 510/2016 de Ética na Pesquisa. Para mais informações acessar: <http://www.anped.org.br/news/nova-resolucao-5102016-de-etica-na-pesquisa>.

da governança da segurança nas realidades anglo-saxãs e brasileira. Essa revisão é importante para a explicitação do contexto mais amplo no qual emerge os programas de vigilância comunitária na anglo esfera e na realidade brasileira.

## 2 O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO COMBATE AO CRIME

### 2.1 O debate no mundo anglo-saxão

No cenário recente da sociedade norte-americana e inglesa – nas últimas três ou quatro décadas –, vê-se um aumento na quantidade de pessoas encarceradas, condenadas, executadas, vigiadas e controladas por meio do posicionamento de câmeras nas ruas e do policiamento privado e comunitário, além de uma política atuante com ideias de “lei e ordem” e de tolerância zero à criminalidade. Nesse cenário propício a um controle forte do crime, o encarceramento é vendido como algo funcional e positivo (JOHNSTON; SHEARING, 2003; GARLAND, 2008).

Há trinta anos<sup>20</sup> seria pouco provável de se imaginar o que atualmente ocorre nas sociedades anglo-saxãs. Seria também complicado compreender as hodiernas práticas e políticas de combate ao crime. Documentos governamentais, relatórios de pesquisa e comentários de especialistas dos anos 1970 apontaram equívocos nas projeções sobre fenômenos de criminalidade (GARLAND, 2008). Há cerca de três décadas passadas, a política e as práticas na área criminal eram mais claras e delimitadas. Por conseguinte, nesse campo institucional, mesmo que ocorressem divergências, elas eram resolvidas em uma circunscrição determinada, fácil de ser debatida e solucionada (GARLAND, 2008). Hoje, não existe um consenso em relação às políticas criminais, sendo confusa a definição de uma linha ideológica para se dizer o que é radical ou conservador no assunto:

Prisões privadas, depoimentos impactantes de vítimas, leis de vigilância comunitária, regras gerais de prolação de sentenças, monitoramento eletrônico, punições comunitárias, políticas de “qualidade de vida”, justiça restaurativa – estas e dúzias de outras novidades nos levam a um território estranho, onde as linhas ideológicas estão longe de qualquer clareza e as antigas crenças são um guia inconfiável (GARLAND, 2008, p. 46).

Nesse mosaico de medidas e de políticas criminais, é possível identificar, nos últimos trinta anos, algumas alterações na realidade estadunidense e

---

<sup>20</sup> Garland menciona uma série de transformações na política penal, carcerária e de combate ao crime nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, tendo como marco a década de 70. Dessa forma, como a obra *Cultura de Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea* foi publicada em 2008, é importante entender que existe um hiato temporal, de cerca de 10 anos, entre as afirmações da obra e o período atual.

britânica. Dentre essas mudanças, tem-se o abandono do pensamento de recuperação ou de reabilitação nas políticas criminais, o retorno da prisão e de medidas punitivas retributivas, a valorização da condição da vítima e da proteção do patrimônio público, em conjunto com políticas populistas eleitoreiras e de imputação da responsabilidade à comunidade no combate à criminalidade, bem como a proliferação do comércio da segurança. Acontecimentos que comprovam uma mudança significativa na mentalidade criminológica nesses países.

Sob a influência da obra *The Decline of the Rehabilitative Ideal*,<sup>21</sup> de 1982, escrita por Francis A. Allen, muitos operadores do sistema penal/carcerário passaram a desacreditar da reabilitação, enquanto uma providência da justiça criminal, e começaram a ser a favor de medidas retributivas, de neutralização e de gerenciamento de riscos (GARLAND, 2008). Então, nos anos 1990, diante do que era usado para a recuperação de presos nas políticas penais/carcerárias na década de 70, muitas pesquisas passaram a questionar o que realmente funcionava e, aos poucos, além dos acadêmicos, os operadores do sistema, os desenvolvedores de política pública e as pessoas, em geral, passaram a deixar de lado o ideal de recuperação de detentos (GARLAND, 2008).

Frente ao descrédito do ideal de recuperação, há aproximadamente duas décadas, medidas punitivas retributivas duramente criticadas no século XX (em sua quase totalidade) começaram a entrar em cena no EUA e na Grã-Bretanha (GARLAND, 2008). Tanto nos discursos políticos como em ações concretas, tais como o acorrentamento coletivo de presos, a realização de serviços vexatórios nas comunidades (“registro de pedófilos e criminosos sexuais”) e até a retomada da pena de morte em alguns lugares dos Estados Unidos, fizeram com que aquilo que antes era considerado exagerado passasse a ser aceito como medida punitiva cabível (GARLAND, 2008).

Ou seja, o que era tabu passou a ser uma maneira de canalizar a raiva e o ressentimento das vítimas, das famílias, do público em geral contra criminosos, além de ser utilizado como um instrumento de apoio às novas legislações alinhadas com os ideais penais retributivos, que se aplicam não somente a crimes mais graves, mas que aparece também na justiça de menores e em penalidades comunitárias (GARLAND, 2008).

---

<sup>21</sup> Tradução: *O Declínio do Ideal de Reabilitação*.

Antes do final do século XX, havia um discurso político de confiança no progresso do combate ao crime e da racionalização da justiça, no entanto, isso passou a não retratar mais a sensibilidade do público em geral. Assim, a justiça reparativa deixou de ser o tom emocional do discurso público sobre o crime e a pena, e o mundo acadêmico comprou essa ideia, ressaltando aspectos simbólicos, publicitários e culturais das providências draconianas tomadas contra criminosos (GARLAND, 2008).

O medo do crime, que era uma ansiedade localizada, em um contexto mais atual, passou a ser um problema social de primeira magnitude, e não só para políticos específicos e para uma determinada parcela mais vulnerável da população (GARLAND, 2008). Isso foi constatado em pesquisas de opinião pública realizadas na Inglaterra e nos EUA, que demonstraram um maior pessimismo em relação à piora da criminalidade (independente das taxas reais) e uma sensação de ineficiência quanto à capacidade da justiça criminal de fazer algo a respeito (GARLAND, 2008).

As políticas criminais foram influenciadas pela percepção de um público amedrontado e revoltado, sendo que os interesses das vítimas começaram a ser observados em consideração aos interesses públicos, não havendo a mesma disposição em relação aos interesses do ofensor (GARLAND, 2008). Com leis sendo aprovadas em seu nome, a vítima foi colocada no centro das políticas criminais, isso juntamente com a evocação dos seus sentimentos, dos seus interesses e em prerrogativa de suas famílias (GARLAND, 2008).

Em tempos de criminalidade crescente, a proteção à população motivou um aumento no número de câmeras de vigilância e a flexibilização de institutos jurídicos, com a aceitação de provas obtidas por meio ilícito, nos EUA, e a possibilidade de violação do direito ao silêncio, na Inglaterra. Ademais, no lugar da recorrência à opinião de especialistas no combate à criminalidade, foi iniciada a prática de uma política populista que pudesse render votos (GARLAND, 2008).

Diante desse contexto, a prisão, que, no pós-Segunda Guerra, foi tida como última alternativa por não satisfazer objetivos correcionais, no século XX, em sua maior parte, passou a ser vista como uma possibilidade funcional, sendo que, entre 1973 e 1997, em contraste com a taxa de criminalidade decrescente na Grã-Bretanha e nos EUA a partir da década de 90, a taxa de aprisionamento subiu em 500% nos Estados Unidos (GARLAND, 2008).

Além disso, também houve uma alteração na mentalidade sobre o crime. O pensamento de que o indivíduo se engajava na criminalidade por não possuir um condição familiar-social favorável e de que a solução estaria vinculada a oportunidades laborais e educacionais já não tinha a mesma eficácia, sendo que, a partir dos anos 70, iniciou-se uma política menos preocupada com o bem-estar social e mais empenhada em controlar e em monitorar os indivíduos e os ambientes (GARLAND, 2008). Nesse sentido, o crime passou a ser visto como corriqueiro na sociedade atual, passível de ser praticado por qualquer um, e as novas políticas deixaram de lado a criminalidade e o criminoso, passando a focar as rotinas e as situações que facilitam a ocorrência do crime (GARLAND, 2008).

Como reflexo da atribuição da responsabilidade da segurança ao tipo de ação/comportamento das pessoas, tem-se as práticas adotadas pela segurança privada em propriedades privadas de massa, tais como shopping centers, complexos hoteleiros, parques recreativos, parques industriais, condomínios de escritórios, condomínios residenciais etc. (SHEARING; STENNING, 1983). A força coativa da ordem imposta pela segurança nas grandes propriedades privadas e em locais de trabalho chega a ser quase absoluta, pois a única forma de não se sujeitar é não ter acesso ao bem, ao serviço ou ao emprego (no caso de revistas laborais) (SHEARING; STENNING, 1983). Essa situação pode ser vista de maneira exemplar no controle exercido no parque da Disney World. Em um ambiente planejado para a diversão e para o entretenimento, em que cada espaço as atrações visam proporcionar uma experiência comprometida com a estética e com o prazer ligado ao consumo, os movimentos e as posturas são monitorados para que as pessoas possam ver, desfrutar e consumir sem que nada saia do controle e se torne um risco para a segurança dos visitantes (SHEARING; STENNING, 1985). Para manter o controle e a harmonia, os seguranças estão posicionados em todo lugar, às vezes até fantasiados de personagens da Disney, sendo que a obrigatoriedade e o consenso das posturas é promovida por funcionários prestativos, alegres, que ressaltam a importância da segurança e do bem-estar das pessoas (SHEARING; STENNING, 1985).<sup>22</sup> Nesse mundo, qualquer comportamento minimamente perigoso, como andar descalço ou ficar separado do seu grupo familiar, é reprimido suavemente com o discurso de que

---

<sup>22</sup> "Beauty is created, safety is protected, employees are helpful" (SHEARING; STENNING, 1985, p. 302). Tradução: A beleza é criada, a segurança é protegida, e os empregados são úteis.

aquilo compromete a segurança e pode privar o indivíduo de desfrutar do mundo mágico da Disney (SHEARING; STENNING, 1985).

Outro aspecto da atribuição, ou, pelo menos, do compartilhamento da responsabilidade pela segurança com outros atores é visto na ideia dos moradores de uma área se organizarem e pagarem por sua própria segurança. Um bom exemplo são as comunidades muradas e isoladas dos grandes centros, que foram definidas por Caldeira (2000) como “enclaves fortificados” na abordagem do surgimento dos primeiros condomínios em São Paulo (final da década de 70), inspirados nos conceitos norte-americanos de *new town* e *edge cities*. Nesses espaços fechados, os serviços de coleta de lixo, de lavanderia e de segurança passam a ser organizados e administrados por empresas de condomínios, representando a metáfora do Novo Feudalismo.<sup>23</sup>

Além do advento das comunidades muradas, ou condomínios, que, para a prevenção do crime, fazem a sua própria segurança, passou a ocorrer acordos entre o governo e a iniciativa para a disseminação de ideias de envolvimento da comunidade contra a violência (GARLAND, 2008). Policiamento comunitário, painéis de prevenção ao crime com programas em várias frentes de atuação, como o *Safer Cities*<sup>24</sup> e *Environmental Design*,<sup>25</sup> vigilância nos bairros e estratégias de motivação dos controles internos nas vizinhanças (GARLAND, 2008) proliferaram-se, demonstrando como a vida coletiva assumiu outras configurações e como o espaço se tornou mais dividido e descentralizado, fazendo despontar uma nova forma de se fazer segurança.

As novas práticas preventivas extrapolam a divisão entre público e privado, ampliando a ideia da gestão criminal para além dos limites estatais. Número de profissionais da segurança privada atuantes em condomínios fechados, em eventos esportivos, em casas noturnas, em shopping centers, em parques temáticos, no monitoramento de mercadorias e no patrulhamento das ruas, por exemplo, cresceu consideravelmente, superando a quantidade de policiais estatais (SHEARING,

---

<sup>23</sup> Termo cunhado para descrever como os espaços coletivos e a vida coletiva tem sido influenciada e construída em torno das propriedades privadas de massa (SHEARING; STENNING, 1981), como centros de compra, parques temáticos (Disney World e outros) e condomínios residenciais/comerciais.

<sup>24</sup> Tradução: Cidades Mais Seguras. Para mais informações, visitar: <<https://unhabitat.org/urban-initiatives/initiatives-programmes/safer-cities/>>.

<sup>25</sup> Tradução: Planejamento Ambiental. Para mais informações, visitar: <<https://www.ncpc.org/resources/home-neighborhood-safety/crime-prevention-through-environmental-design-training-program/>>.

STENNING, 1981) nos Estados Unidos, no Reino Unido e em outros 68 países, incluindo o Brasil<sup>26</sup>, em uma razão de 1.81 (FLORQUIN, 2011)<sup>27</sup>.

Esse salto numérico no efetivo profissional da segurança também colocou em xeque a importância da participação estatal no provimento e na gestão da segurança, ao mesmo tempo em que deixou evidente a atuação de outros atores, inclusive de membros das comunidades, na governança da segurança, que, muitas vezes, é feita de forma mais eficiente, proativa e menos coercitiva (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Desde a década de 70, ocorreram inúmeras modificações na maneira de se encarar o crime e no direcionamento das ações punitivas e de combate e encarceramento no mundo anglo-saxão. No que se refere à maneira de se objetivar e de se pensar a justiça criminal, a polícia passou a ser não só uma força de combate ao crime, mas também um serviço público de gestão de insegurança e ordem (em prol da comunidade e da manutenção das leis). Além disso, as agências de segurança passaram a atuar na justiça criminal, com indicadores de performance, auditorias, rotinas de controles e redução da discricionariedade, de maneira a manter a ordem nos ambientes (GARLAND, 2008)<sup>28</sup>.

Além das inúmeras marcas que vinham definindo o combate à criminalidade em âmbito britânico e norte-americano desde a década de 90, a onda das novas leis, as reformas constantes, o desenvolvimento de políticas e as medidas diversas contribuíram para a formação de uma atmosfera de incerteza, de ruptura e de crise para os profissionais do direito e para os formuladores de políticas públicas. Com essa “crise” no modernismo penal, aqueles que operam o sistema passaram a ser desacreditados, sendo que, por serem fonte de riscos e de escândalos, os políticos passaram a confiar menos em criminólogos e funcionários de justiça criminal (GARLAND, 2008).

---

<sup>26</sup> Para maior aprofundamento no tema do crescimento das empresas de segurança privada especializadas e das empresas com segurança orgânica e suas características em São Paulo, ver o trabalho de Lopes (2013).

<sup>27</sup> Essa razão diz respeito à média do número de policiais públicos em relação ao efetivo privado, sendo que, no Brasil, esse número é de 0,83, no Reino Unido, é de 0,86, e, nos Estados Unidos, essa cifra média sobe para 2,26 (FLORQUIN, 2011).

<sup>28</sup> Para mais informações sobre encarceramento em massa em detrimento das políticas sociais, e uma crítica sobre o modelo de tolerância zero da criminalidade adotado na Inglaterra contra a população mais vulnerável de negros, jovens e imigrantes sob a influência do neoliberalismo norte americana ver Wacquant (2001).

Então, uma resposta a essa falha na manutenção da segurança foi o desenvolvimento de políticas que pudessem “aliviar a responsabilidade do Estado como o principal provedor da segurança”, permitindo, assim, que atores não estatais ajudassem no controle da criminalidade. Nesse sentido, o Estado passou a contar mais com a participação da sociedade civil no desenvolvimento de estratégias antecipatórias do crime ao invés de canalizar esforços na persecução e na condenação de criminosos (GARLAND, 2008). Por conseguinte, as soluções de policiamento comunitário e de engajamento da comunidade no combate ao crime surgiram como uma resposta e como uma nova estratégia de ação, na área criminal, para os governos norte-americanos e britânicos (GARLAND, 2008).

### 2.1.1 Os programas de vigilância comunitária no mundo anglo-saxão

Os programas de NW foram experienciados pela primeira vez no EUA, na década de 70, e na Inglaterra, na década de 80, com a ideia base de a comunidade se tornar os olhos e os ouvidos da polícia (BENNETT, 1988). Nesses projetos de vigilância comunitária, os próprios vizinhos, atuando em grupo, passariam a observar mais atentamente a movimentação de pessoas, buscando reconhecer atitudes suspeitas que pudessem indicar a possibilidade de uma eventual prática delituosa.

Em sua gênese, as experiências de vigilância eram pautadas no uso de um sistema de comunicação e de sinalização, composto por placas identificadoras, alertas sonoros (apitos e sirenes), e na promoção de táticas de ocupação, envolvendo a manutenção de luzes acesas e o recolhimento de lixo e de jornais de moradores em viagem. Atualmente, além dos sistemas de comunicação e de sinalização e das táticas de ocupação, os grupos se valem da comunicação via redes sociais (WhatsApp e similares), possuindo, inclusive, circuitos de câmeras para captar atividades na área do bairro. Tais estratégias têm a intenção de mostrar aos criminosos em potencial que os riscos de detenção e de apreensão são maiores nesses territórios (ROSENBAUM, 1987).

Buscando unir e estimular a atuação da população no combate ao crime, os programas de vigilância comunitária ingleses e norte-americanos dos anos 70 e 80 contaram com estímulo e o suporte das polícias locais para iniciar suas atividades. Um estudo significativo foi realizado por Bennett (1988), em Londres, na Inglaterra, visando detectar o grau de efetividade da vigilância de bairro na diminuição

da criminalidade em duas áreas da cidade. O estudo também descreve como os programas eram iniciados pela polícia londrina. O autor demonstra que o lançamento do NW se dava a partir de reuniões públicas, organizadas na residência de algum dos moradores ou em algum espaço público. Nelas, eram dadas instruções de funcionamento do programa e escolhido um responsável para conduzir a experiência em seu bairro.

O principal objetivo do NW era a diminuição da criminalidade local, mas também tencionava o fortalecimento dos laços sociais e o controle informal, que viabilizaria a circulação de informações úteis sobre potenciais ofensores à polícia. Alguns estudos realizados na realidade anglo-saxã apontam que esses objetivos nem sempre foram alcançados, conforme será relatado a seguir.

No estudo do inglês Bennett (1988), pode-se verificar melhorias nos grupos experimentais (áreas em que o programa funcionava), no que se refere à satisfação das pessoas e à coesão social (em Acton) e ao maior comprometimento dos moradores com a proteção da residência de seus vizinhos (em Wimbledon). No entanto, o fortalecimento dos laços sociais e o controle informal, que deveriam viabilizar a circulação de informações úteis sobre potenciais ofensores à polícia e que, a princípio, seria consequência direta do trabalho de grupos de vigilância comunitária, nem sempre ocorreram. Outro estudo realizado em Chicago, nos Estados Unidos, em quatro áreas que, experimentalmente, tiveram a implantação da vigilância de bairro, apresenta, também, resultados negativos no referente à uma variedade de problemas sociais, incluindo o medo da criminalidade (ROSENBAUM, 1987).

Suscitando questionamentos sobre as teorias e as pesquisas produzidas acerca dos grupos de NW, Rosenbaum (1987) também desmistifica algumas máximas ligadas à ideia de que existe facilidade na implantação e na participação das pessoas em grupos de vigilância, independentemente das características e das particularidades da vizinhança. O referido autor menciona como alguns moradores de comunidades com taxas altas de criminalidade, mesmo tendo a oportunidade, não se interessam em integrar grupos de vigilância. Além do mais, quando há engajamento, as interações sociais que ocorrem nas reuniões dos grupos de NW podem, ao contrário do que se espera, aumentar o medo da criminalidade e ressaltar preconceitos raciais. Ele mostra ainda que não há evidências concretas de que os laços e as interações sociais são, de fato, fortalecidos em favor da promoção

de atitudes de observação e de controle de possíveis ocorrências criminais nas áreas de atuação dos grupos.

Visando fazer uma revisão bibliográfica dos estudos sobre vigilância comunitária com rigor metodológico, desenho de pesquisa e procedimentos de pré e de pós-teste (antes e após a implantação do programa de NW), abarcando, ainda, áreas de controle sem o programa de vigilância, Bennett, Holloway e Farrington (2006) desenvolveram uma meta-análise, questionando a eficácia de experiências de vigilância no Canadá, na Austrália, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Tal estudo obteve resultados significativos nas 43 avaliações de grupos de vigilância, em um total de 19 estudos analisados. Ou seja, apesar da vigilância de bairro ser associada à redução da criminalidade, pouco mais da metade dos casos avaliados demonstraram efetividade na redução da criminalidade, sendo que a outra metade produziu resultados incertos na diminuição do crime.

Entretanto, apesar da incerteza quanto à efetividade dos grupos de NW na diminuição da criminalidade no aumento da sensação de insegurança e na coesão social entre os moradores, tais iniciativas se encontram cada vez mais presentes no mundo anglo-saxão. Os grupos de NW se expandiram para mais de um quarto dos proprietários de residências, tanto na Inglaterra quanto no País de Gales, chegando, nos Estados Unidos, a alcançar 41% da população (BENNETT; HOLLOWAY; FARRINGTON, 2006).<sup>29</sup>

Atualmente, nos Estados Unidos, esses programas possuem articulação nacional com o *National Neighborhood Watch (NNW)*,<sup>30</sup> assim como o *Neighbourhood Watch Network (NWN)*, na Inglaterra e no País de Gales,<sup>31</sup> e o *Neighbourhood Watch Australasia (NHWA)*, na Austrália, na Nova Zelândia, na Nova Guiné em algumas ilhas da Indonésia.<sup>32</sup> Chama atenção o nível de organização e o conteúdo dos sítios virtuais dos referidos grupos, que não só se preocupam com a divulgação dos diversos eventos promovidos pelo NW em variadas realidades, mas também ensinam sobre como deve ser formado o grupo e como é a estrutura de liderança, além de possuir uma biblioteca com cartilhas instrutivas e kits com materiais a serem impressos e apresentados à comunidade.

---

<sup>29</sup> Conforme dados de 2001 divulgados pelo National Crime Prevention Council (BENNETT; HOLLOWAY; FARRINGTON, 2006).

<sup>30</sup> Para maiores informações, acessar: [www.nnw.org](http://www.nnw.org)

<sup>31</sup> Para maiores informações, acessar: [www.ourwatch.org.uk](http://www.ourwatch.org.uk)

<sup>32</sup> Para maiores informações, acessar: <https://nhwa.com.au>

Dessa maneira, devido ao crescimento nas taxas de criminalidade, entre os anos 1960 e 1970, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, e à ineficiência da política penal, que já não conseguia fornecer a segurança adequada a essas sociedades, tornou-se comum pessoas/grupos atuarem na prevenção/combate à criminalidade, com ações também criminosas, mas que buscavam algum tipo de justiça na falta das ações/instituições estatais, como é o caso do justicamento, e prática de linchamentos no contexto brasileiro, a partir da década de 1980.

## 2.2 O debate na realidade brasileira

Os esquemas de vigilância de bairro ou vigilância comunitária do tipo NW foram pouco estudados por acadêmicos no país. Conforme já mencionado na introdução, foi identificado um estudo descritivo e pouco preciso sobre a diminuição da criminalidade em algumas áreas de Belo Horizonte decorrente da implantação da “Rede de Vizinhos Protegidos” (LOPES; BATELLA, 2010). Por outro lado, há estudos sobre outras iniciativas comunitárias ou ocupacionais interessantes dentro da bibliografia brasileira, como é o caso do justicamento na região metropolitana de São Paulo (MANSO, 2012), da prática de linchamentos na grande São Paulo, em Salvador e no Rio de Janeiro (MARTINS, 2015), e tratando da atuação dos grupos ocupacionais na Bahia (PAES-MACHADO; RICCIO OLIVEIRA, 2009; PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

O justicamento<sup>33</sup>, tal qual a prática dos linchamentos<sup>34</sup>, são recursos informais que consistem no uso da força para promover o controle da criminalidade e garantir a ordem social local. Pode-se pensar que os justiceiros e os linchadores

---

<sup>33</sup>Os justiceiros ficaram famosos, em conjunto com a ação de policiais matadores, atuando nos bairros dormitório da grande São Paulo e na sua Região Metropolitana. O surgimento do justicamento tem suas raízes na Primeira República, sendo praticado por pessoas com traços culturais patriarcais, autoritários, violentos, que, a princípio, atuavam em defesa dos injustiçados (SILVA, 2004), no entanto, na década de 90, o discurso do justiceiro passa a deixar de fazer sentido, sendo que, no ambiente das periferias, com a ampliação da atividade criminal, os bandidos deixam de ser os maiores inimigos. Os valores, após os anos 80, entram em conflito com a visão de mundo anterior, condizente com um momento em que os imigrantes saíam de seus lugares de origem com sonhos de “vencer” nos grandes centros. Devido a alterações na dinâmica laboral (tecnológicas industriais), à perda de espaço da igreja católica e crescimento dos movimentos pentecostais e às ondas de crises econômicas, as periferias passam por mudanças (FELTRAN, 2008), ocorrendo a legitimação de atividades criminais. Os criminosos que respeitavam o modo de vida das comunidades, as regras do crime e a honra individual passaram a ser tolerados e até a ser vistos como “bandidos sangue bom”.

<sup>34</sup> Os linchamentos ocorrem de modo que um criminoso (ou suspeito de crime), muitas vezes, é perseguido e espancado até a morte, chegando a ter partes do seu corpo decepadas ou a ser queimado vivo, em uma espécie de ato ritual (MARTINS, 2015).

também buscavam a “governança da segurança” em uma conjuntura de falta e de ineficácia estatal.

No casos de justificação, dos linchadores, e da atuação dos grupos de vigilância de bairro objeto desse estudo, tem-se a ideia da população buscando alternativas à falta de segurança, isto é, são fenômenos que se desenvolvem em resposta a não atuação estatal ou sua atuação de forma insuficiente ou anômala (violenta, seletiva, etc). Essa atuação estatal problemática na área da segurança também acaba por motivar táticas e estratégias de autoproteção das mais variadas, sejam elas feitas por comunidades residenciais ou mesmo por grupos ocupacionais como motoboys e taxistas, como será discutido na sequência.

### 2.2.1 Grupos ocupacionais: taxistas e motoboys

Foram identificadas redes de conexão e certas estratégias de segurança desenvolvidas, primeiramente, por motoboys e, depois, por taxistas, em Salvador, em dois estudos seminais, desenvolvidos por Paes-Machado e Riccio Oliveira (2009) e Paes-Machado e Nascimento (2014), respectivamente. Tais análises são importantes para este trabalho na medida em que servem como referência para a identificação e para a caracterização de táticas, de ligações com outros atores, de formação de núdulos de segurança e da utilização de tecnologias e de mentalidades na segurança desenvolvidas pelos grupos de VS.

Antes de tudo, devido ao grande número de assaltos em Salvador,<sup>35</sup> os motoboys passaram a fazer uso de táticas sócioespaciais para evitar o roubo de suas mercadorias e/ou de suas motos e para preservarem a sua integridade física. A utilização de equipamentos contra furto, acorrentamento das motocicletas, entregas em dupla, alteração súbita dos itinerários das entregas, não higienização da moto (para deixá-las com aspecto de velha), dentre outras ações, são exemplo de estratégias criadas para desestimular ou para despistar a violência (PAES-MACHADO; RICCIO-OLIVEIRA, 2009).

Por trocarem informações entre si e por conhecerem os bairros mais perigosos de Salvador, os motoboys, às vezes, suspendem entregas para certas

---

<sup>35</sup> No estudo realizado por Paes-Machado e Riccio Oliveira (2009), em que foram entrevistados 53 motoboys, 56% chegou a ter suas motocicletas furtadas, 8 sofrem tentativas de assalto, e 8 já haviam sido assaltados.

localidades ou chegam a sair com a mercadoria e retornar à empresa alegando que o endereço não foi encontrado, isso para não sofrerem boicote ou para não perderem seus empregos (PAES-MACHADO; RICCIO-OLIVEIRA, 2009).

No entanto, mesmo já tendo sofrido com assaltos e com a violência, os profissionais da entrega sob duas rodas nem sempre podem se furtar de transportar a mercadoria para locais de alta periculosidade, sendo, então, necessário recorrer a certas táticas para conseguirem concluir as suas entregas com sucesso. Nesse sentido, os motoboys devem se adaptar ao modus operandi do lugar, o que implica a retirada do capacete (para se saber quem está entrando no bairro) e o abandono momentâneo das motos (para que o serviço de entrega seja finalizado a pé), além de ser preciso tomar iniciativas para conquistar a confiança e o consentimento dos moradores e, sobretudo, dos “caras” influentes, isto é, dos envolvidos com a criminalidade de Salvador e que comandam a entrada e a saída de pessoas e mercadorias nesses bairros específicos (PAES-MACHADO; RICCIO-OLIVEIRA, 2009).

O consentimento e a proteção dos “caras” pode ser obtida mediante o pagamento de uma espécie de “pedágio” com alguma quantia em dinheiro, ou então com a cessão de algum outro bem de menor valor, a fim de se evitar a perda da moto e da mercadoria. No entanto, esses atos também têm o efeito de garantir uma espécie de salvo-conduto para a livre circulação e para o trabalho de entrega na localidade (PAES- MACHADO; RICCIO-OLIVEIRA, 2009).

Semelhantemente ao caso dos motociclistas entregadores, que se utilizavam de “[...] redes sociais de vizinhos” como “[...] fonte de informação para mapear riscos, avaliar ameaças e conhecer regras de circulação estabelecidas [...]” (PAES-MACHADO; RICCIO OLIVEIRA, 2009, p. 100), o estudo realizado por Paes-Machado e Nascimento, em Salvador, entre 2006 e 2009, com taxistas, expôs o funcionamento de redes de comunicação e de segurança entre esses profissionais e outros atores não estatais, como comerciantes e pessoas da comunidade.

Os grupos ocupacionais em questão se integraram e passaram a se valer de tecnologias, como aplicativos de celulares e centrais telefônicas, e a organizar um vasto sistema de comunicação, englobando moradores, comerciantes, policiais e outros, e desenvolvendo, ainda, táticas específicas, de modo a criar nódulos de segurança e facilitar a avaliação de riscos e de ameaças, promovendo a adoção de

atitudes e de estratégias proativas e repressivas da criminalidade local (PAES-MACHADO; RICCIO OLIVEIRA, 2009; PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

O conjunto de ações e as ferramentas mobilizadas pelos grupos ocupacionais, de alguma forma, podem auxiliar na identificação das ligações (dos moradores, da polícia, das empresas de segurança, e outros), dos recursos tecnológicos utilizados e da mentalidade (muitas vezes preventiva) de atuação dos programas de vigilância comunitária, enquanto atores que promovem/auxiliam na governança da segurança em bairros de Londrina (PR).

No estudo sobre os taxistas, por meio de entrevistas com os motoristas, representantes da Superintendência de Transportes, com o Sindicato dos Motoristas de Taxi, com a Associação Metropolitana dos Taxistas e com diretores e operadores de centrais de chamada de taxi, os pesquisadores revelaram como práticas individuais e coletivas de segurança podem contribuir para criação e para fortalecimento de nós que ajudam outros atores e formam redes de segurança pela cidade (PAES-MACHADO; NASCIMENTO 2014).

As práticas individuais de segurança, basicamente, são as seguintes: 1) evitar conduzir passageiros em determinado local e horário (locais perigosos à noite); 2) evitar o transporte de passageiros jovens e de homens em grupo, com aparência de descuido, com trajes largos (que possam esconder armas) e/ou que possuam marcas raciais/culturais de cometimento de crimes; 3) analisar o cliente à distância (quando à noite), verificando se o passageiro demonstra sinal de pressa ou de impaciência que possa dar indício de ter feito algo errado, e também observar clientes que escondam o rosto, que evitem o contato visual ou que disfarçam emoções ou alguma ansiedade suspeita (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014). Além disso, juntamente com essas táticas, há práticas coletivas relacionadas ao tempo de espera nos pontos de taxi, à comunicação entre os taxistas/central de comunicação e à mobilização entre os motoristas que demonstram o emprego de tecnologias e mentalidades proativas e reativas à criminalidade local (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

A capilaridade existente na distribuição dos pontos de taxi em Salvador oferece vantagens na observância da dinâmica criminal. Ou seja, os taxistas conseguem locais privilegiados de observação da paisagem, e isso os permite mapear rotinas, atividades corriqueiras e deslocamentos de mercadorias/pessoas/veículos, entre outras coisas. Diante dessa realidade, os taxistas podem atuar como nódulos

que influenciam as redes de vizinhos, participando da regulamentação e oferecendo auxílio à segurança local (PAES-MACHADO, NASCIMENTO, 2014).

Espera-se identificar práticas similares nas experiências de VS em Londrina, de forma que a observações de rotinas, a troca de informações e a ampla percepção do espaço e dos elementos locais possam propiciar uma maior discussão e um melhor desenvolvimento de táticas que caracterizem nódulos de segurança na áreas estudadas.

Um outro ponto enfatizado por Paes-Machado e Nascimento (2014) sobre as práticas coletivas é a comunicação entre os taxistas. A depender do nível de sofisticação e de conectividade do aparelho celular, os taxistas podem se valer da telefonia móvel e de aplicativos para obter informações mais precisas, de modo a se precaverem contra a criminalidade. As centrais de chamadas, que é um serviço oferecido aos taxistas formalizados/cooperados, funcionam como um nódulo de segurança da rede de motoristas a elas vinculados (e de outros taxistas indiretamente), ao fazerem um tipo de filtragem e controle no recebimento de demandas por corridas, no cadastramento dos clientes e no monitoramento as corridas, que precisam ser comunicadas quando terminadas (PAES-MACHADO; NASCIMENTO 2014).

Outro aspecto das práticas coletivas é a mobilização de motoristas que zelam pela segurança de seus companheiros. Esse tipo de solidariedade funciona em situações de corridas mais arriscadas (ida a lugares perigosos e ermos), quando um taxista segue o outro, fazendo a sua proteção e dando suporte, ou quando um veículo é roubado e a rede de contatos é mobilizada para tentar localizar o carro, ou mesmo em casos de necessidade de uso da força contra criminosos ou suspeitos de terem assaltado/atacado um outro taxista (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

Nesse contexto, foi verificado, em depoimentos e notícias jornalísticas referentes ao período de 2006 a 2009, práticas coletivas de mobilização que envolveram ações de justiça e de linchamentos esporádicos de ofensores dos motoristas (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014). Um caso paradigmático ocorreu em 2004, quando um grupo de taxistas chegou a invadir uma delegacia e a retirar de lá um suspeito da morte de um companheiro de trabalho. Eles amarraram e arrastaram a pessoa com um veículo, finalizando o ato com a morte do investigado (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

Percebe-se, assim, que taxistas/motoboys observam e extraem elementos da paisagem urbana, bem como efetuam uma triangulação (troca e checagem de informações com outras redes sociais) para avaliar riscos e tomar atitudes diante de potenciais ofensores (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014; PAES-MACHADO; RICCIO-OLIVEIRA, 2009).

Ligando as estratégias acima com a temática desta pesquisa, verifica-se, em tese, que os grupos de vigilância de bairro fazem uso de técnicas semelhantes, como a observação espacial de eventuais elementos atípicos que signifiquem uma ameaça à segurança do local e a troca de informações em uma coesa rede de vizinhos para, posteriormente, reportarem potenciais riscos às autoridades policiais (JACOBS, 1961; ROSENBAUM, 1987; BENNETT; HOLLOWAY; FARRINGTON, 2006).

O debate sobre o justicamento e os linchamentos, bem como acerca das conexões/informações desenvolvidas por motoboys e taxistas mostram a existência de agentes diversos envolvidos na segurança da sociedade brasileira. Nesse sentido, constituindo-se como um importante elo da cadeia de atores que agem em consideração à incapacidade estatal de prover a segurança, os programas de vigilância de bairro fazem também parte desse conjunto de ações, sendo que, conforme estudos prévios sobre o tema realizados no mundo anglo-saxão, os grupos de NW são uma extensão do Estado na governança da segurança, onde a população se tornaria os “olhos e ouvidos da polícia” no combate ao crime (ROSENBAUM, 1987; BENNETT, 1988; GAROFALO; McLEOD, 1989, **tradução nossa**).

### 3 VIGILÂNCIA COMUNITÁRIA EM LONDRINA (PR)

#### 3.1 Um breve relato sobre o Jd. Shangri-Lá e o Santa Mônica

Sendo uma referência em termos arquitetônicos, com suas ruas largas e quadras estendidas, o Jd. Shangri-Lá teve sua edificação pautada na Lei Municipal n.º 133 de 1951 e trouxe uma atmosfera de valorização e de sofisticação para Londrina, com base nos conceitos ingleses das *garden cities* e *garden suburbs*.<sup>36</sup> Além de ser um bairro localizado na Região Central da cidade, com uma área de 1,59 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>), uma população de 6.601 habitantes<sup>37</sup> e uma densidade demográfica de 46-60 habitantes por 0,1 km<sup>2</sup>,<sup>38</sup> trata-se de uma região de classe média-alta que possui uma das médias de metro quadrado (m<sup>2</sup>) mais valorizadas do município.<sup>39</sup>

A outra área em estudo, o Santa Mônica, tem uma história mais recente. A lei municipal autorizando a nomeação das ruas do bairro foi aprovada pela Câmara Municipal de Londrina em meados 1981 (Lei Municipal n.º 3.310/1981).<sup>40</sup> A densidade demográfica do bairro de classe média da Zona Norte londrinense é estimada entre 16-30 habitantes por 0,1 km<sup>2</sup> <sup>41</sup> e a área conta com a segunda média do m<sup>2</sup> mais baixo da cidade, superando somente as médias do Leste da cidade.<sup>42</sup>

O gráfico 1 apresenta as estatísticas criminais do Jardim Shangri-Lá e do Jardim Alpes, sendo este último o bairro oficial onde o Santa Mônica se encontra. O gráfico traz um demonstrativo das taxas bayesianas de roubos e furtos por 1 mil habitantes em ambientes residenciais entre 2010 e 2017. Os dados que serviram de base para o cálculo das taxas foram obtidos junto à Secretaria de Segurança Pública

<sup>36</sup> YAMAKI, 2010.

<sup>37</sup> POPULAÇÃO. População Shangri-lá Londrina. 2010. Disponível em: <[http://populacao.net.br/populacao-shangri-la\\_londrina\\_pr.html](http://populacao.net.br/populacao-shangri-la_londrina_pr.html)>. Acesso em: 29 out. 2019.

<sup>38</sup> GOOGLE EARTH V 7.3.2. Shangri-Lá, Londrina-PR. 23° 17' 48.25"S 51° 10'50.74"O, elev 594 metros de altitude do ponto de visão 2.30 km. DigitalGlobe, 2019. Disponível em: <<http://www.earth.google.com>>. Acesso em: 26 out. 2019.

<sup>39</sup> A média do m<sup>2</sup> dos imóveis na Região Central de Londrina é de R\$ 945,00, e para mais informações ver Comeli (2017).

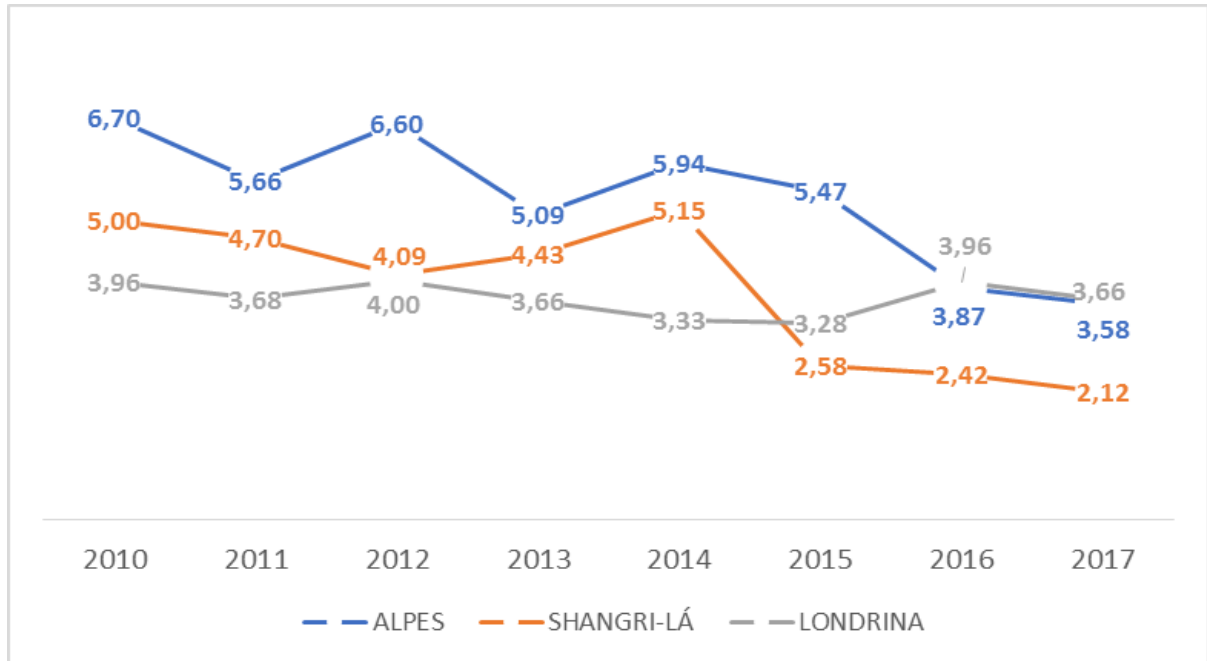
<sup>40</sup> LONDRINA. **Lei Municipal nº 3.310**, de 13 de julho de 1981. Estabelece denominações para as vias públicas do Parque Residencial Santa Mônica. Londrina: Câmara Municipal de Londrina. Disponível em: <<http://www2.cml.pr.gov.br/cons/Ind/leis/1981/L03310.htm>>. Acesso em: 27 out. 2019.

<sup>41</sup> GOOGLE EARTH V 7.3.2. Santa Mônica, Londrina-PR. 23° 17' 03.34"S 51° 09'33.02"O, elev 560 metros de altitude do ponto de visão 1.76 km. DigitalGlobe, 2019. Disponível em: <<http://www.earth.google.com>>. Acesso em: 27 out. 2019.

<sup>42</sup> A média do m<sup>2</sup> dos imóveis localizados na Região da Zona Norte R\$ 404,50, e a da Zona Oeste é de R\$ 325,00. Para mais informações ver Comeli (2017).

e Administração Penitenciária do Paraná com o intuito de ilustrar o contexto das duas áreas de funcionamento do VS (Jd. Shangri-Lá e Santa Mônica) em comparação com os números totais da cidade referentes ao período entre 2010 a 2017.

**Gráfico 1** – Taxa de Roubos e Furtos em Ambiente Residencial, por 1000 habitantes, em Londrina



Fonte: CAPE/ Secretaria de Segurança Pública do Paraná

Explica-se que os dados da PM se referem ao Jd. Alpes, que engloba a área do Santa Mônica e outras 11 áreas residenciais aproximadamente (ver nota nº 6), em uma população total de 10.603 habitantes.<sup>43</sup>

Apesar das taxas de criminalidade residencial serem maiores tanto no VS Shangri-Lá (2010) quanto no Santa Mônica (2011) no início das experiências quando comparado à cidade de Londrina e da queda registrada nas áreas em estudo, principalmente entre 2013 e 2017, não se pode afirmar que os Programas de Vigilância comunitária são responsáveis por esse decréscimo no número de ocorrências em seus locais de funcionamento. Para descobrir essa relação entre VS e queda das taxas de crimes seria necessária uma pesquisa específica, que foge ao escopo deste trabalho. De qualquer forma, os dados do gráfico 1 ajudam a corroborar os argumentos apresentados pelos moradores na sequência de que o VS, em sua

<sup>43</sup> POPULAÇÃO. População Alpes Londrina. 2010. Disponível em: <[http://populacao.net.br/populacao-alpes\\_londrina\\_pr.html](http://populacao.net.br/populacao-alpes_londrina_pr.html)>. Acesso em: 29 out. 2019.

percepção, ajudou a diminuir o crime em seu bairro/área residencial, sendo por isso considerado uma experiência positiva.

### **3.2 O início das experiências de vigilância comunitária na realidade norte-americana e inglesa e a realidade norte paranaense**

Conforme mencionado na introdução, a bibliografia indica que, na Inglaterra, as primeiras experiências de vigilância de bairro começaram com o auxílio de autoridades policiais (BENNETT, 1988; BENNETT; HOLLOWAY; FARRINGTON, 2006), embora, atualmente, muitas formas de vigilância se destaquem como sendo resultando da iniciativa de um grupo, ou uma organização de moradores, que conta com o apoio e o suporte da polícia.<sup>44</sup>

Para se analisar como as experiências do VS do Jd. Shangri-Lá e do Santa Mônica foram iniciadas, utilizou-se informações dos moradores dessas experiências e de integrantes da Polícia Militar (PM) da cidade norte paranaense, entrevistados entre dezembro de 2018 e agosto de 2019.

É importante lembrar que o NW, conforme documentos publicados em memorandos pela polícia inglesa no início da década de 1980, tinha como objetivo principal fazer com que a população fosse olhos e ouvidos da polícia, de modo que se constituísse, para isso, uma rede de moradores motivados e engajados que pudesse observar sua vizinhança e comunicar à polícia atividades suspeitas (BENNETT, 1988).

O lançamento do NW inglês ocorreu em 1983, sob a liderança da Polícia Metropolitana em Londres (BENNETT, 1988). Os primeiros anos do programa no Reino Unido tiveram, portanto, a iniciativa da polícia, sendo que o custeio das atividades resultava de uma parceria entre a polícia e a comunidade. Isso significa que uma parte dos recursos vinha do departamento policial local e a outra era angariado pela comunidade em atividades de arrecadação (BENNETT; HOLLOWAY; FARRINGTON, 2006).

No que tange à realidade norte-americana, com exceção das cidades de Nova Iorque e Chicago, onde existe uma cultura de ativismo e iniciativas populares,

---

<sup>44</sup> Para mais exemplos de iniciativas de programas de vigilância comunitária e entender como iniciar um programa no Estados Unidos, no Reino Unido e na Austrália, acessar, respectivamente: [www.nnw.org](http://www.nnw.org) ou ; [www.ourwatch.org.uk](http://www.ourwatch.org.uk); ou <https://nhwa.com.au>.

o modelo básico do NW adotado no fim da década de 70 e nos anos 1980 foi iniciado principalmente pela polícia local. Órgãos policiais forneciam uma assistência contínua, que envolvia a provisão de equipamento de som, agentes que auxiliavam/ instruíam os moradores, estatísticas criminais e espaços de treinamento (GAROFALO; MCLEOD, 1989).

Nos Estados Unidos, os departamentos de polícia local também contavam com um setor de prevenção de crimes, ou com um policial responsável por dar apoio a grupos de NW. Ilustrando essa ação interativa, os oficiais, de início, buscavam populares interessados em organizar um encontro com vizinhos. O policial, então, comparecia a essas reuniões e falava sobre a importância do envolvimento da comunidade no combate à criminalidade por meio do NW. Tentava, por fim, fechar o encontro com a formação de um grupo de vigilância comunitária e com a seleção de líder entre os moradores responsáveis pela coordenação das atividades (GAROFALO; MCLEOD, 1989).

Com base no exposto sobre o início do NW nas cidades inglesas e norte-americanas, percebe-se que os programas de vigilância comunitária foram, em sua maioria, institucionalizados pelo Estado. Ou seja, a polícia possuía um setor/departamento com um policial incumbido de arregimentar moradores e convence-los a ceder um espaço em que, junto às pessoas, o funcionamento do programa pudesse ser explicado, sendo tratado da importância do envolvimento comunitário na prevenção/combate ao crime e do fornecimento de uma estrutura física e teórica básica para que o NW começasse e, depois, continuasse nas comunidades.

Abordando a realidade de Londrina (PR), mais especificamente do Jd. Shangri-Lá e do Santa Mônica, tem-se experiências de vigilância comunitária, denominadas VS, com a participação auxiliar da PM, que atua comparecendo em reuniões e instruindo o público, contudo, sem que haja a institucionalização do Programa nos moldes do que ocorreu no momento inicial do NW norte-americano e inglês. Por meio de entrevistas com moradores e lideranças do VS e também por meio da análise de entrevistas com alguns membros da Polícia Militar da cidade, a informação pôde ser confirmada.

Sendo uma das primeiras experiências bem-sucedidas do VS em Londrina, a do Jd. Shangri-Lá foi uma iniciativa dos moradores locais. A líder Lurdes, entrevistada em 08 de janeiro de 2019, relatou que, devido à necessidade de haver melhorias na segurança do bairro, os vizinhos fizeram uma reunião entre junho e julho

de 2010 e encaminharam um abaixo assinado ao Poder Público Municipal solicitando que as entidades públicas competentes tomassem providências.

No entanto, uma vez que tais providências não foram tomadas, decidiu-se pela realização de uma convocação via jornal, direcionada a moradores e a autoridades públicas. O encontro durou mais de 4 horas e contou com a participação e com sugestões de melhoria da segurança da PM. Entretanto, segundo a liderança do bairro, por fim, os moradores tiveram a ideia de cuidarem uns dos outros e definiram um aviso sonoro para alerta e prevenção de situações de criminalidade (na época foi o apito), ao mesmo tempo, dividiram algumas funções: Lurdes ficou responsável pela coordenação do grupo, de modo que pudesse continuar contatando os órgãos públicos e desenvolver atividades de conhecimento e de cadastramento do moradores do bairro Shangri-Lá.

O trecho a seguir reflete melhor o contexto desse início do VS e como foi a participação da PM:

Pesquisador: Aí, assim, nessa ideia inicial de 2010, tinha alguma parceira com algum órgão, alguma instituição para vocês realizarem os trabalhos? Como que funcionava isso?

Lurdes: Não, a gente... depois dessa reunião, nos organizamos e resolvemos implantar o VS e falar para os vizinhos que não participaram, apesar de terem ido quase 100 pessoas na reunião, que a gente tinha levantado esses problemas, que o problema da segurança estava maior do que a gente imaginava e que a gente estava criando essa mobilização, e foi aí, inclusive, que se passou mais um abaixo assinado para reforçar, que foi uma das coisas que foi decidida na reunião, e aí em conjunto a gente implantou o VS, levantou assinaturas para solicitar algumas medidas que a gente decidiu junto, inclusive com a Polícia Militar, para implantar no bairro.

Em outra entrevista, dona Irene, que também chegou a atuar na liderança do VS do Shangri-Lá, entrevistada no dia 21 de fevereiro de 2019, relatou que a PM participou das primeiras reuniões de moradores sugerindo medidas para a diminuição da criminalidade do bairro. Porém, a ideia do programa surgiu quando a entrevistada viu uma plaquinha de "VS" em outro bairro de Londrina, no Jd. Quebec. Comentou, então, o fato com Lurdes, que se interessou e pesquisou sobre o assunto. Só depois discutiram a ideia em uma das reuniões que ocorreu em 2010, na Igreja Rainha dos Apóstolos (igreja católica localizada nas proximidades do Jd. Shangri-Lá).

Pesquisador: E nessa origem do grupo. De quem foi a ideia? Teve uma pessoa específica ou teve várias?

Irene: Alguns anos atrás, eu estava passando ali no Jd., ai meu Deus, como chama aquele Jd.? Eu acho que Jd. Presidente. Quebec? Quebec.

Pesquisador: Ah, o Quebec.

Irene: Eu estava passando no Quebec e eu vi num muro da casa uma plaquinha: VS. Aí eu entrei em contato com a Lurdes. Na época, a minha mãe estava muito doente e eu falei pra ela: Lurdes, eu vim assim, assim, assado. Ela achou aquilo interessante e começou a pesquisar. Aí, ela descobriu os vários Vizinhos Solidários que já tem pelo Brasil e mundo afora, né? Aí, a gente foi entrando em contato e começamos a fazer um abaixo assinado pedindo e conscientizando a população. Primeiro, fizemos uma reunião de bairro, convidamos os moradores do bairro.

Pesquisador: Onde foi essa reunião?

Irene: Na Igreja Rainha dos Apóstolos. Foram bastante moradores. Nós conseguimos, na época, que a Polícia Militar também participasse e, então, eles ficaram sabendo o que estava acontecendo aqui no bairro, sabe? O que os moradores estavam sofrendo.

Lurdes mencionou que pesquisou sobre um modelo japonês de prevenção e de mobilização em caso de crise que exigia o conhecimento da vizinhança e que também tomou conhecimento de uma ideia de ação trazida pelo Rotary Internacional para o Brasil. Mas, na prática, a liderança comentou que a comunidade criou um modelo de vigilância comunitária adaptado às exigências do bairro, conforme abaixo:

Pesquisador: Tá certo. E outra coisa, dá origem, porque isso é importante, estou tentando estudar um pouco a origem, né, e você tem essa memória que é bem bacana para a gente saber. Tem alguma coisa relacionado a Rotary, Polícia, essa origem, essa concepção do grupo? Porque a lógica, igual você comentou, essa ideia do vizinho se unir, mas de onde veio esse *start*, essa ideia inicial?

Lurdes: A gente, antes da reunião, alguns vizinhos que participaram, que movimentaram a primeira reunião que foi em 2010, foi pesquisado para ver se tivesse alguma coisa que pudesse ser usado. E aí, assim, a gente usou duas ideias bem interessantes. Uma que é o modelo do Japão, que eles se organizam para prevenir, que no caso é uma ideia da defesa civil, se preparar para uma situação pontual e isso envolve conhecer seus vizinhos, conhecer sua região, para tentar se mobilizar mais rápido, e a gente ficou sabendo posteriormente que existiu uma ideia também de mobilização do Rotary, que veio do Rotary internacional para o Brasil. Então, assim, não foi uma entidade pontual, mas foram ideias que a gente foi buscando e a gente criou uma carinha que a gente precisou naquele momento de tentativa de melhora.

Corroborando o fato de o VS ser uma iniciativa comunitária, o membro da PM, Edson, de 47 anos, entrevistado em 11 de julho de 2019, comentou que nem

o VS, nem a utilização de apitos e de plaquinha na porta das casas foram sugestões da PM.

Pesquisador: Deixa eu até fazer um corte aí, bem interessante isso que você tá dizendo. Nessa origem do VS, Edson, você acha que essas primeiras articulações aí, que você acha que por volta de 2012 você comentou, teve ajuda da população, mas teve alguma palestra da polícia também ?

Edson: Sim, nós fizemos palestras em vários locais, vários bairros, a região do Shangri-Lá também houve, houve esse contato com a comunidade, e qual que é a tônica? É uma segurança do grupo. O grupo se cuidar. Lógico, eles precisam da polícia em algum momento, mas as orientação dos Vizinhos, por exemplo, ali na região do Shangri-Lá, começou com o apito, a pessoa que via alguém da rua, aí já foi uma organização da comunidade,

Pesquisador: A polícia não sugeriu isso ou (...)?

Edson: Não, isso nasceu na comunidade.

No mesmo sentido, o policial militar Marcelo, de 42 anos, entrevistado em 31 de julho de 2019, falou da não institucionalização do VS:

Marcelo: Agora o VS, de modo específico, que acho que é o tema da sua dissertação, né? O que cerca

Pesquisador: Sim.

Marcelo: O VS não é um projeto que nasceu aqui na corporação PM, não sei se você já teve essa informação, se já tratou disso, porque, não é uma ação governamental, não é uma ação que a PM encabeçou, talvez surgiu no meio, essa é uma percepção minha, surgiu no meio da população, das pessoas, e daí a PM entrou no circuito. Porque faz muitos anos que eu não ouça falar no VS de maneira institucional,

Pesquisador: Entendi.

Segundo o policial militar Vagner, de 47 anos, entrevistado em 19 de agosto de 2019, ele participou de reuniões do VS no Jd. Santa Mônica, entre 2011 e 2012, e ajudou dando ideias. Enfatizou, ainda, que o VS é um projeto comunitário que não nasceu na corporação:

Vagner: É bom que entenda, embora nós temos levado a ideia, ele não é um projeto da polícia, nós levamos essa ideia. Eu lembro que é um projeto comunitário. O que é VS? O próprio termo indica. Eu tenho que cuidar de você. Algumas coisas básicas, se eu vou viajar, poxa se eu vou viajar é claro que se (...)

Mais especificamente na realidade do Santa Mônica, o sr. Rodrigues, de 65 anos, entrevistado em 20 de julho de 2019, ex-liderança da comunidade, mencionou que a criminalidade estava em alta, pois eram vários roubos a residência ocorrendo na localidade. Dessa forma, depois de ter visto uma reportagem televisiva de Curitiba (PR) sobre vigilância comunitária, resolveu, em conjunto com outro

morador, implantar o VS. O sr. Rodrigues também confirmou a participação e o apoio da PM no início e nas reuniões do VS do Santa Mônica:

Pesquisador: Aí quando que foi criada a ideia do VS aqui?

Rodrigues: Tipo 2011, né? Com apoio da Polícia Militar.

Pesquisador: É mesmo?

Rodrigues: O comandante Vagner.

Pesquisador: Entendi.

Rodrigues: Ele nos ajudou muito. Ele tava sempre presente, entendeu? Sempre ele tava dando apoio pra gente. Até nós fizemos as reuniões, depois com a presença dele, ou ele mandava alguém representar, entendeu? Então, nós criamos. Deu muito certo na época, agora abandonaram, né?”

Vê-se que, embora a PM tenha participado de reuniões, tanto no Jd. Shangri-Lá quanto no Santa Mônica, o caráter comunitário de ambas as iniciativas sobressai. Fica, assim, evidente a diferença entre os casos londrinenses e a vigilância comunitária inglesa e norte-americana, países em que tal prática foi assumida pelos departamentos de polícia com o intuito de implantarem e de auxiliarem na manutenção das experiências. Em Londrina, por sua vez, nas áreas estudadas, a PM auxiliou oferecendo ideias e palestras instrutivas, porém, não implantou ou institucionalizou os Programas.

### 3.2.1 O VS no Jd. Shangri-Lá

Funcionando desde junho/julho de 2010, o Programa VS do Jd. Shangri-Lá foi uma iniciativa da comunidade que, desde a sua origem, recebeu algum tipo de assistência e de orientação das forças policiais. Assim, ainda que se tenha visto, na população local, uma proatividade com foco no combate e na prevenção da criminalidade, a PM não deixa de ser uma instituição chave no direcionamento e no acompanhamento do Programa VS, que funciona como uma rede de segurança que interage e depende não só da Polícia, mas também de outras instituições/agentes, como a Igreja, as empresas de segurança, os órgãos/poderes públicos, os moradores, os políticos locais e outros.

Assim sendo, é importante que se entenda como os atores se posicionam e passam a atuar nessas redes de segurança formadas pela polícia, envolvendo e unindo, localmente, os magistrados, os serviços sociais, as comunidades de moradores, as comunidades de interesse (associações de

comerciantes, minorias visíveis etc.), os representantes eleitos, os fornecedores de segurança privada etc. (DUPONT, 2006).

Buscando compreender melhor a origem das ligações e o funcionamento da rede de segurança formada pelo VS do Shangri-Lá, recorreu-se, novamente, à entrevistada de Lurdes, indagada sobre como começaram as ações do VS com vistas à melhoria da segurança local:

Pesquisador: Aí assim, nessa ideia inicial de 2010, tinha alguma parceira com algum órgão, alguma instituição para vocês realizarem os trabalhos? Como que funcionava isso?

Lurdes: Não, a gente... depois dessa reunião nos organizamos e resolvemos implantar o VS e falar para os vizinhos que não participaram, apesar de terem ido quase 100 pessoas na reunião, que a gente tinha levantado esses problemas, que o problema da segurança estava maior do que a gente imaginava e que a gente estava criando essa mobilização, e foi aí inclusive que se passou mais um abaixo assinado para reforçar, que foi uma das coisas que foi decidida na reunião, e aí em conjunto a gente implantou o VS, levantou assinaturas para solicitar algumas medidas que a gente decidiu junto, inclusive com a Polícia Militar, para implantar no bairro. Que seria a melhoria da iluminação, o fechamento das vielas, que era uma área que facilitava as fugas dos problemas de furto e roubo no bairro, prostituição e tráfico que se tinha lá, poda de árvore para melhorar a iluminação, a revitalização de praças... Então, a gente foi tentando correr atrás desse abaixo assinado para poder solicitar para os órgãos e implantar o VS, ao mesmo tempo.

Percebe-se, na fala da líder, que em conjunto com a PM, uma série de medidas precisariam ser tomadas para a melhoria da segurança no bairro, como melhoras na iluminação, poda de árvores, revitalização de praças e trancamento das vielas. Ao mesmo tempo, Lurdes relata a necessidade de recorrerem a órgãos/autoridades públicas por meio de um abaixo assinado, para implantação do VS e para a consecução de progressos no bairro.

A líder Irene confirmou o direcionamento dado pela PM em relação à importância do fechamento das vielas e à necessidade de retomada do estatuto da antiga Associação do bairro,<sup>45</sup> para facilitar os trâmites burocráticos do Programa com outros agentes e instituições:

Pesquisador: Aonde foi essa reunião?

Irene: Na Igreja Rainha dos Apóstolos. Foram bastante moradores. Nós conseguimos na época que a Polícia Militar também participasse e, então, eles ficaram sabendo o que estava acontecendo aqui no bairro, sabe? O que os moradores estavam sofrendo.

---

<sup>45</sup> Documentos antigos fornecidos pelo sr. José (que serão analisados na seção 3.3) comprovam a existência dessa Associação, anterior ao VS do Shangri-Lá.

Pesquisador: E o que o pessoal discutiu lá, que você sentiu assim?

Irene: Quais seriam as principais medidas que a gente precisaria pra ter mais segurança, né? Se não me engano, na época, foram 5. Uma, fechamento das vielas. A gente teria que ressuscitar o estatuto do bairro, da associação de bairro. Eleger uma associação, porque as entidades que poderiam se incomodar na questão de segurança em relação a nós ou qualquer comunidade de bairro, eles só se dirigem a um representante de bairro. Então, a gente teve que ressuscitar o estatuto, modernizar ele, porque a lei que rege ele é diferente, né?

Pesquisador: Aham.

Irene: Registramos. Está tudo em ordem a papelada. Já foram feitas 3 eleições de lá pra cá. Já está na hora de outra agora. A partir disso, aí foi mais fácil da gente se dirigir a prefeitos, juízes, delegados, promotoria pública, defensoria pública, uma série de lugares, sabe?

No que se refere ao momento de concepção do Programa, destaca-se a força e o volume da mobilização promovida pelos moradores<sup>46</sup> e lideranças em pró de um objetivo comum, que seria a melhoria da segurança no bairro. Conforme a fala de Lurdes, “(...) **o problema da segurança estava maior do que a gente imaginava**”. A criação do VS, portanto, deu-se com a concepção de um nódulo de segurança<sup>47</sup> devidamente regulamentado em estatuto que poderia agir junto, dialogar com e exigir de instituições ligadas direta ou indiretamente com a segurança pública (por meio de práticas e tecnologias que serão melhor analisadas mais adiante), integrando uma rede maior de segurança.

Aqui, retoma-se Dupont (2006),<sup>48</sup> para o qual existe uma lógica de organização e de atuação dessas redes, que se conectam e interagem à medida que buscam atingir seus objetivos e interesses, os quais, a princípio, dizem respeito a atores zelando, dentro da legalidade, pelo seu território, seus bens e/ou patrimônios, sejam eles uma residência, uma empresa, um conjunto de residências em uma rua, uma comunidade, entre outros.

Na gênese do VS do Shangri-Lá, também se destacou a necessidade de adoção de medidas contra alguns facilitadores da ação criminal e prostituição. Dentre estas, foram mencionadas a poda de árvores e a melhoria da iluminação, providências que serão melhor abordadas na análise da documentação referente ao

<sup>46</sup> Na ocasião da primeira reunião, organizada para tratar dos problemas do Shangri-Lá, houve a presença de quase cem pessoas, conforme exposto por Lurdes.

<sup>47</sup> Convém relembrar a ideia de nó/nódulo de segurança, entendido como uma junção de formas de pensar, recursos e métodos (com tecnologias e práticas), conjugados em uma estrutura para a governança da segurança em uma área (ver características e definições dos nós no Quadro 1, p.29).

<sup>48</sup> Ver página 20, seção 1.1.1, que trata do referencial teórico e dos procedimentos metodológicos de pesquisa.

Programa, na seção 3.4. Contudo, o maior problema identificado pelos moradores do bairro eram as vielas.

A princípio, as vielas do Shangri-Lá faziam parte de um projeto arquitetônico inovador, inspirado em um modelo britânico.<sup>49</sup> Deveriam ser alternativas para o pedestre cruzar de uma rua a outra sem ter que caminhar tanto, uma vez que as quadras do bairro são muito extensas. Entretanto, ao longo dos anos, percebeu-se que tais caminhos passaram a ser utilizados para outros fins, tornando-se incômodos para moradores.

Como demonstra a fala de Marta, moradora do bairro há 21 anos, as vielas do Shangri-Lá eram uma rota de fuga fácil para a criminalidade. No trecho a seguir, Marta ajuda na compreensão do que eram esses corredores para os residentes:

Pesquisador: Entendi. Então, quando você mudou, não existia o VS aqui no Shangri-Lá?

Marta: Não existia VS. Aí, como tinha muito assalto aqui no Shangri-Lá, inclusive tinha as vielas, não sei se você chegou a ver as vielas. As vielas eram abertas, então os assaltantes vinham de bicicleta assaltar o pessoal e descia a viela, então era difícil para a polícia pegar, porque já estava lá do outro lado (...).

No mesmo sentido, os entrevistados Horácio, Maria e Amanda, falam sobre o perigo de utilizar as vielas:

Horácio: É, aí isso aqui era um Deus nos acuda, mas depois deu essa acalmada graças a Deus. Depois, outra coisa, aqui tem bairros que tem aquele corredor, aquelas vielas, não tem?

Pesquisador: Sim, entre casas, né?

Horácio: Aquilo lá também não é bom e aqui eles tiraram tudo. Tiraram, fecharam e foi bom também.

Maria: E andaram vendendo assim para os seus vizinhos, né?

Amanda: Eles conseguiram, eu acho, alguma coisa na prefeitura, algum alvará, alguma coisa nesse sentido e os próprios proprietários que eram vizinhos, aí, eles poderiam comprar essa parte e eles acabaram comprando. Aí, não tem mais, você vê, por isso que a quadra é grande, antes tinha viela, tinha muita viela.

Horácio: Então, essas vielas também era ruim, né? À noite o cara fica escondido, ninguém passa no meio da viela à noite. Mas também foi bom porque fechou e ajudou bastante.

Indo um pouco além das vielas, tidas como rotas de fuga, ou como locais propícios para a realização de roubos, outro trecho da fala de Marta demonstra

---

<sup>49</sup> Para mais informações, ver Yamaki (2010).

a ocorrência de outros atos de alguma forma condenados e indesejados pelos moradores do Shangri-Lá:

Marta: Teve, teve, inclusive não poderia fechar a viela, porque isso daí é patrimônio histórico do bairro, né? Consta que não podia fechar, mas por causa justamente dos assaltos foi fechado. E outra, aí nessa viela de baixo aqui tinha muito...você via muita coisa indesejável, que você não podia passar à noite, não podia passar de manhã bem cedinho... e a maioria descia para a escola, então eles desciam a viela porque iam para a escola e não podia passar, porque tinha muita coisa que não dava mais para você aceitar.

Em outro momento da entrevista, Irene fala explicitamente sobre o que era indesejado no bairro, isto é, programas sexuais e tráfico de drogas nas vielas, às vezes, ocorrido durante o dia:

Pesquisador: Falaram algo do estilo de crime também, que estava atrapalhando aí?

Irene: Olha, aqui tinha o tráfego de droga, prostituição, nós chegamos a ver feto abortado dentro da viela.

Pesquisador: Nossa!

Irene: Quando a gente conseguiu fechar as vielas, as prostitutas estavam fazendo “programinha”, porque eu já escutei que elas falam assim, “programinha”, elas se agarravam na grade que foi fechada a viela e vamo que vamo no meio da rua, pra quem quisesse ver.

Pesquisador: Nossa! Entendi.

Irene: Ou, então, quando a viela ainda era aberta, o programa que elas faziam era dentro da viela mesmo, dependendo do tipo de freguês.

Pesquisador: Entendi.

Irene: Do poder aquisitivo do freguês.

Pesquisador: Vocês já chegaram a ver isso acontecer.

Irene: Crianças até.

Pesquisador: Nossa!

Irene: Até crianças. Ao pleno luz do dia até.

Observando os referidos relatos, percebe-se que os atos de criminalidade (assaltos e tráfico de drogas) e de cunho sexual<sup>50</sup> ocorridos nas Vielas foram grandes fatores de motivação para a criação do VS Shangri-Lá. Confirmando os relatos dos entrevistados, Cristina, transexual e ex-profissional do sexo, atesta que

---

<sup>50</sup> Em específico, sobre o trabalho das profissionais do sexo no bairro, percebe-se uma tensão constante com os moradores, que às vezes chegam a praticar atos de policiamento moral, visando coibir a ação e a circulação dessas profissionais no bairro, o que será melhor discutido na seção 4.2 deste trabalho.

ocorriam atividades sexuais nos corredores do bairro, pois era um tipo de pedido do cliente, relacionado a algum fetiche seu:

Pesquisador: Chegou a fazer programa nas Vielas do Shangri-Lá, Cris? Ou sabe de alguém que fez? Como é que funcionava aquilo?

Cristina: As Vielas hoje são fechadas. Acho que foi um decisão. É que tomaram, né? Eu não sei. Eu não tenho acesso a essa informação. Mas eu lembro que há muito tempo atrás as Vielas eram ponto de trânsito, né? Aí, os clientes convidavam pra ir. Eu, por exemplo, nunca gostei de fazer esse tipo de situação em público, assim, mesmo porque já existia esse serviço na época e a gente sabia que não era legal né?

Pesquisador: Aham. Você fala do Drive-in que já existia, né?

Cristina: O Drive-in. O Drive-in custava 5 reais então, não tinha problema de ir no Drive-in, mas tinham um clientes que gostavam de ir. Mas eu acho que era mais pira mesmo.

Pesquisador: Fetiche ali talvez.

Cristina: Fetiche.

Pesquisador: De ser em público.

Cristina: De ser em público.

Pesquisador: Aham. Tá certo.

Cristina: Mas era um ponto de trânsito. Às vezes, pode acontecer. Eu nunca fiz, não lembro.

O nódulo de segurança formado pelo VS, já no mesmo ano de sua criação, final de setembro de 2010, a partir de reivindicações e mobilização de recursos<sup>51</sup> (doações e capital social), conseguiu o fechamento dos corredores. Foram aproximadamente oito vielas fechadas (ver foto 2 e 3, Anexo B) e o Município chegou a divulgar uma matéria mencionando o fato.<sup>52</sup> Para a líder Irene, foi a conquista mais importante do VS Shangri-Lá:

Pesquisador: Ah, tá, entendi. Assim, se fosse pra você falar assim, uma grande conquista do VS na sua ideia, o que seria? Ou algumas grandes conquistas que você acha que teve?

Irene: Eu acho que a melhor foi o fechamento das vielas.

<sup>51</sup> Ver Quadro 1, seção 1.1.3, que traz uma definição de “recursos” dentro da governança nodal.

<sup>52</sup> LONDRINA. **Obras e CMTU fecham vielas no Jardim Shangri-lá**. Prefeitura de Londrina, 20 set. 2010. Trânsito e transportes. Disponível em <[http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8905:obras-e-cmtu-fecham-vielas-no-jardim-shangri-la-&catid=106:transito-e-transporte&Itemid=993](http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8905:obras-e-cmtu-fecham-vielas-no-jardim-shangri-la-&catid=106:transito-e-transporte&Itemid=993)>. Acesso em: 28 set. 2019.

Pesquisador: É mesmo?

Irene: Porque além de ser o corredor onde também tinha tráfico de drogas e prostituição, ele era usado pra fuga da polícia. Porque as ruas do Shangri-Lá, aqui, eu não sei se você viu, elas são todas tortas, né?

O fechamento de vielas, ou a sua compra,<sup>53</sup> já nos primeiros meses de funcionamento do VS, demonstrou como o capital social das lideranças e moradores mobilizou contatos junto ao poder público municipal no sentido de solicitar às autoridades que pudessem resolver um dos pontos de criminalidade e de prostituição no bairro. As ações do grupo de vigilância, nesse caso, demonstraram um foco reativo a eventos de criminalidade em andamento na região, aproximando-se do modelo de policiamento estatal (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

No entanto, por outro lado, ainda no início do Programa, a adoção de algumas tecnologias e práticas revelou um foco proativo de prevenção e manutenção da segurança no Shangri-Lá, aproximando-se das empresas privadas de segurança (JOHNSTON; SHEARING, 2003). Ou seja, para que o nódulo de segurança conseguisse se precaver e agir diante de situações de criminalidade em potencial, os integrantes/lideranças do VS Shangri-Lá adotaram três tecnologias/práticas: a fixação da placa VS na parte da frente de suas casas (foto 1); o uso do apito para emitir sinal sonoro de aviso de risco (foto 2); a identificação e o cadastramento de moradores do bairro.

---

<sup>53</sup> Na entrevista de Maria, Horácio e Amanda (ver página 61), essa possibilidade fica demonstrada: “Amanda: **Eles conseguiram, eu acho, alguma coisa na prefeitura, algum alvará, alguma coisa nesse sentido e os próprios proprietários que eram vizinhos, aí eles poderiam comprar essa parte e eles acabaram comprando. Aí não tem mais, você vê, por isso que a quadra é grande, antes tinha viela, tinha muita viela**”.

**Foto 1** – Tecnologias – Placa VS, Sirene e Cerca Elétrica, em 27/07/2019



Fonte: autor

**Foto 2** – Práticas / Tecnologias - Apito



Fonte: Luciana Arasaki

Enquanto uma forma de conhecer e de estabelecer contato com residentes do bairro e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de falar sobre o VS, as lideranças passaram na casa de moradores e pegaram nome e telefone. A fala do morador Leonardo, de 44 anos, morador há 38 anos no bairro, exemplifica como isso se deu:

Leonardo: Depois, se estaciona, ninguém mais se conhece, não sabe quem que é quem. Então, melhorou. VS. O fato de eu, a Lurdes e a Irene, começava a percorrer casa por casa mostrando quem que era a gente. Mostrando como era o projeto nosso. Não tinha esse negócio de (...) quando a gente começou. Poderia até ter. Mas não tava bem divulgado.

Pesquisador: Sei.

Leonardo: Hoje, com o WhatsApp melhorou muito. Mas melhorou assim. Hoje, a gente sabe quem que é o Vizinho. Pelo menos na minha rua eu sei quem são os meus vizinhos.

Pesquisador: E esse história que você falou de percorrer casa. Foi meio que quase como um censo assim. Vocês chegaram meio que fazendo um tipo de cadastro?

Leonardo: Meio que como tivesse trabalhando no IBGE (risos). Exatamente. Fizemos um cadastro, conhecendo quem são as pessoas. Quem que é fulano. Quem que é beltrano. Pegando seus telefones. Fizemos uns contatos. Marcávamos reuniões, compareciam. Na verdade, se a gente fizer reunião, é capaz de comparecer gente ainda, viu? Mas da galerinha até que seria interessante pra ver se entrou gente nova pra saber.

Em algumas ocasiões, os moradores faziam o trabalho de incentivo e de fixação da plaquinha do VS na parte da frente das residências, para dar força ao Programa, conforme disse a entrevistada Irene:

Pesquisador: Entendi. Além dessa questão da segurança, o VS se envolvia em outras questões? Algo de interesse da comunidade assim?

Irene: A gente chegou até fazer festa junina.

Pesquisador: É mesmo?

Irene: (risos) Tinha uma das vielas que terminava numa casa ou comprou a parte debaixo da viela, que foi permitido, né? A prefeitura liberou, adote uma viela. Então, quem adote? Não verdade, compre, né? Então, o morador comprou e a gente fez uma festinha. Fez o convite no bairro e colocou na igreja, no Mercado Shangri-Lá, tudo, né? A gente colocou o aviso e quem queria chegava, trazia alguma coisa, sabe? A gente procurava fazer uma confraternização pros moradores ficarem se conhecendo. E, na época, o que a gente tentou fazer, porque muita gente comprou a plaquinha, mas ficou com medo de usar, de pregar na parede. Porque, ah, eu vou começar a colocar isso aqui e os bandidos vão vir aqui começar a me retalhar. Aí, o que a gente fazia? A gente saía com martelo, escada, preguinho e a gente mesmo subia e pregava na casa das pessoas. Porque, se um só colocar, fica difícil pra um só. Então, vamos colocar a rua inteira, porque aí sabe que um está cuidando do outro.

Além do cadastramento e da plaquinha, foi implantado o apito, um emissor de sinal sonoro prático e barato que servia para alertar a vizinhança sobre uma situação de iminente perigo.

Pesquisador: E qual... É, você até comentou a utilização de apitos no início. Quais os outros equipamentos que utilizaram no início e utilizam agora para ajudar nesse processo de segurança?

Lurdes: O apito a gente colocou inicialmente porque ele era, sonorizar quando tivesse uma situação de insegurança ou de prevenção para que não ocorresse.

As práticas de cadastramento de moradores e de sinalização das casas, bem como a utilização de sinal sonoro demonstraram como o nó de segurança formado pelo Programa buscou, a partir de alternativas simples, fáceis de serem custeadas pelos moradores,<sup>54</sup> agir preventivamente contra a criminalidade, confirmando o foco preventivo da governança nodal da segurança no bairro.

As tecnologias e as práticas descritas, ainda que aparentemente básicas, em conjunto com os recursos de capital social e com a articulação com outras instituições (PM, poder público municipal, Igreja e Imprensa, por exemplo), ajudou na diminuição da criminalidade logo no primeiro momento de funcionamento do VS Shangri-Lá, conforme depoimento da liderança Lurdes:

Pesquisador: Entendi. Assim, como que era criminalidade, mais ou menos, no bairro? Antes de implantar você comentou que tinha...

Lurdes: Era considerado um dos bairros com mais índice de furtos e roubos da cidade.

Pesquisador: Entendi.

Lurdes: Aí depois de 3 meses que a gente implantou, a gente reduziu em quase 90%. A gente não tem uma estatística oficial, mas os moradores sentiram, não só sensação.

As lideranças começaram, inclusive, a auxiliar na implantação do Programa em outras regiões e pontos da cidade. A imprensa local, por sua vez, divulgava resultados satisfatórios e positivos sobre as práticas do Programa.<sup>55</sup>

Assim, no final de 2011, mais de um ano após a criação do VS Shangri-Lá, o Santa Mônica também deu início à sua própria experiência de vigilância comunitária.

---

<sup>54</sup> Trecho da entrevista de dona Marta: "Pesquisador: Uma outra coisa que eu queria perguntar, o Vizinho Solidário, em algum momento, teve, não sei se a senhora sabe disso, né, ou se o marido da senhora comentou, **em algum momento, teve alguma ajuda de custo da prefeitura, de governo, algo do tipo?**

Marta: **Não, não, a única coisa de ajuda de custo, os vizinhos, cada um, vamos supor assim, as plaquinhas, dividia e cada um pagava a sua plaquinha de Vizinho Solidário**, né, mas a ajuda que a prefeitura ia dar era as câmeras, né, e depois até hoje não liberou nada. Não tem ajuda nenhuma não.

Pesquisador: **Os apitos, as plaquinhas...**

Marta: **Cada um arca com o seu.** [Telefone da entrevistada tocou]. Dá licença um pouquinho".

<sup>55</sup> Para mais informações, ver Carreira (2011).

### 3.2.2 O VS no Santa Mônica

Caracterizando-se como uma área tipicamente residencial da Zona Norte de Londrina, o Santa Mônica passava por problemas de assaltos residenciais em 2011. Foi então que o antigo líder da comunidade, na época presidente da Associação de Moradores do Parque Residencial Santa Mônica, o sr. Rodrigues, implantou o VS. De acordo com Rodrigues, a ideia do Programa veio de uma reportagem jornalística sobre o VS em Curitiba, sendo que a parceria com a PM foi de grande importância, uma vez que os participantes do programa puderam, assim, receberem auxílio e instruções.

A seguir, no trecho transcrito da entrevista com o sr. Rodrigues, tem-se o relato desse início do VS Santa Mônica:

Pesquisador: E por que vocês tiveram essa ideia do VS?  
 Rodrigues: Rapaz, essa ideia acho que nós copiamos de Curitiba. Passou um reportagem sobre isso nessa época.  
 Pesquisador: Entendi.  
 Rodrigues: Entendeu? Aí surgiu essa ideia, eu convidei uma pessoa, o Dário, né? Aí, nós montamos esse projeto.  
 Pesquisador: Sei.  
 Rodrigues: Fizemos as placas, pusemos as placas nas ruas, se você a gente pode sair junto depois, nas esquina, tipo câmara lá, aquilo na época foi feito placa nas esquina,  
 Pesquisador: Entendi. E tinha alguma situação de crime que tava incomodando?  
 Rodrigues: Muito. Roubo demais. Na época, não parou, mas melhorou muito, diminuiu muito o índice de roubo em casa.

O policial Vagner confirma o envolvimento da Polícia na experiência de vigilância comunitária do Santa Mônica. Ele, apesar de não ter certeza sobre o ano dessa participação, explica que havia um problema de assalto de residências (furtos e roubos) no local e esclarece que, independente da atuação da polícia e de políticas públicas mal resolvidas, a comunidade poderia ter uma rede de proteção entre os vizinhos com a utilização de apitos e de plaquinhas, sem qualquer prejuízo ao acionamento da polícia por meio do 190 quando necessário:

Vagner: Eu expliquei, nos moldes do que eu trazia comigo, dei ideia como é que isso funcionaria, eles gostaram da ideia, começamos a estabelecer um projeto por meio do qual progressivamente nós íamos implantando a rede de proteção, dispositivos de proteção, e a aproximação com a Polícia Militar, né? Uma polícia de proximidade. E deu bastante certo, porque o grande reclame do pessoal eram os furtos qualificados a residência e os roubos a residência, porque, a partir de então, diminuíram bastante.  
 Pesquisador: Entendi. 2008, o senhor comentou.

V: Eu imagino que seja, eu não me lembro ao certo. Creio que seja. Nessa época aí.

Pesquisador: Tá certo. Aí, as sugestões de proximidade que o Senhor comentou, o Senhor pode dar uma ideia mais específica?

Vagner: Ah não, em princípio a primeira reunião que nós realizamos havia uma gama grande de reclamações de segurança, embora os participantes tenham sido em pouca quantidade. Então, nós já aduzimos pela ocasião a necessidade de que outras pessoas participassem, que o processo de segurança ele não se edifica apenas com a polícia, que nada mais é do que um órgão que trata dos efeitos de políticas públicas mal resolvidas, portanto, a origem do problema muitas vezes estaria, não na polícia, mas em outras ações. É estabelecemos a necessidade de que algumas coisas fossem feitas pela comunidade,

Pesquisador: Entendi.

Vagner: Como por exemplo a questão a arborização, a iluminação pública, revitalização de algumas praças, a vigilância de um vizinho em relação ao outro, a proximidade de um vizinho em relação ao outro, conhecer pelo nome,

Pesquisador: Aham.

Vagner: então, foi um projeto que progressivamente. A cada encontro nós implantávamos alguma coisa. Essa questão. Não tinha o WhatsApp né?

Pesquisador: Aham.

Vagner: Essa questão da proximidade entre vizinhos ele já existia de certa forma no Santa Mônica, mas ela passou a se intensificar, eu lembro que em determinada reunião eu pedi pra cada um levasse um apito num padrão específico.

Pesquisador: Entendi.

Vagner: Seria sistema de alarme.

Pesquisador: Uhum.

Vagner: Que utilizado pelo vizinho não o exporia a risco. Por que ele não precisaria vir precisamente alguma coisa que estivesse acontecendo. Sem prejuízo do acionamento do 190 em qualquer situação de suspeição. E como é que funcionaria isso? Seria em um primeiro passo uma medida barata e segura. Quando houvesse qualquer situação suspeita na rua, o vizinho passaria a utilizar de um apito específico, um padrão de apito,

Pesquisador: Sei.

Vagner: Que eles é que comprariam.

Pesquisador: Aham.

Vagner: Em tantos silvos que indicariam o que, suspeição, os outros, ao ouvir que os outros estivessem utilizando o apito, mesmo sem saber do que se tratava, passariam a fazer uso do apito de dentro de casa de forma em que toda rua passaria a apitar. Se a pessoa estivesse mal-intencionada evidentemente perceberia que teria sido notado, isso, portanto era um sistema de proteção.

Vagner: É um primeiro passo. No começo, acharam um pouco engraçado a ideia, mas aí perceberam que aquilo funcionava, era uma forma de fazer todos interagirem.

Pesquisador: Sei.

Vagner: Ao mesmo tempo, eles passaram a fazer um ajuste entre eles, para fazer aquisição de placas.

Pesquisador: Uhum.

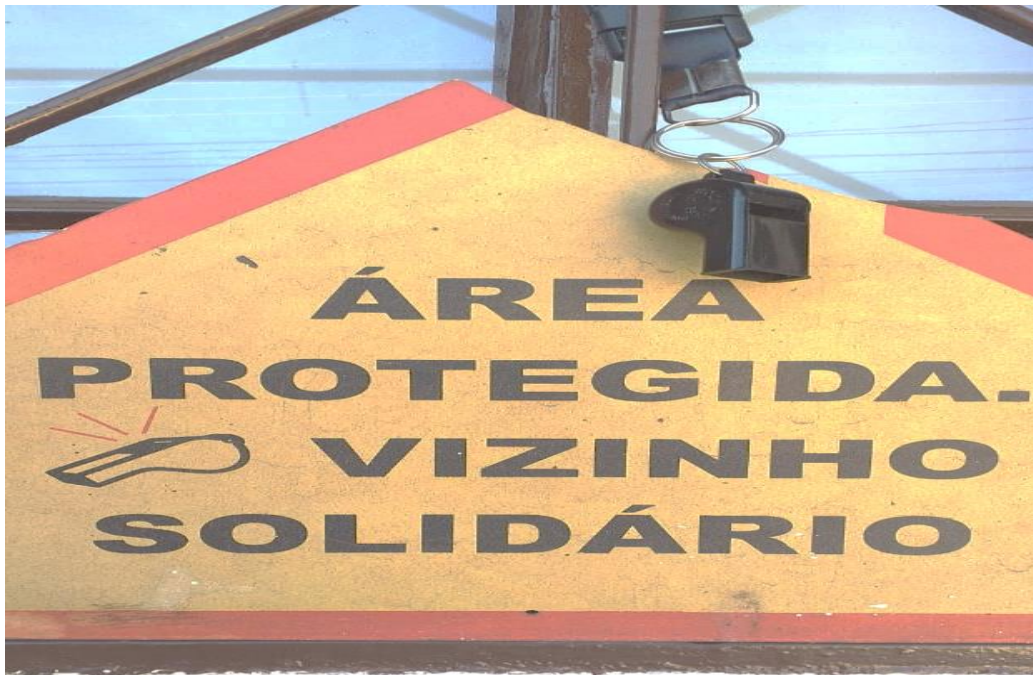
O VS Santa Mônica foi implantado para funcionar como um nódulo de segurança contra assaltos residenciais que ocorriam na região, de modo que os participantes pudessem atuar preventivamente em situações de periculosidade com tecnologias e práticas simples e baratas, como a utilização de apitos e de plaquinhas (foto 3 e 4), e, tal como se deu no Shangri-Lá, essas ferramentas foram custeadas pelos próprios moradores.

**Foto 3** – Tecnologia – Placa do VS, em 21/07/2019



Fonte: autor

**Foto 4** – Tecnologias – Placa e Apito do VS, em 29/09/2019



**Fonte:** Jorge C. Ferreira

Como na época, final de 2011, já existia uma instituição constituída, a Associação dos Moradores, com estrutura física e recursos prontos para serem utilizados pelo Programa, a mobilização/contato com outras instituições e moradores da comunidade se deu em reuniões organizadas na sede da Associação, nas quais era apresentado o VS, conforme relatos da moradora Érica:

Pesquisador: Lá quando foi criado o programa de Vizinhança Solidária?

Érica: O vizinho, com aquelas plaquinhas, o apito, que na época a polícia fez umas reuniões na associação, a polícia deu as dicas, tem o apito, que cada um tem o apito, tem a plaquinha na frente da casa, mas isso é só, né (...)

Percebe-se, também, que a organização da estrutura nodular do VS Santa Mônica se confundia com a da própria Associação dos Moradores, como se pode constatar na fala da moradora Marli:

Pesquisador: Bacana! E você lembra o nome de alguém que começou com esse programa Inicial aí de 8 anos?

Marli: Partiu da associação, então, veio da associação e o bairro todo entrou, né? O VS é o bairro todo e partiu ali da associação.

O fato de a Associação de Moradores do Santa Mônica existir desde 1987 (Anexo C, foto 1) e possuir uma estrutura física e fonte de arrecadação vinculada

a atividades esportivas e de lazer simplifica o autocusteio da Associação e a mobilização de capital social e econômico para fortalecimento do nódulo de segurança da área residencial.

Traduzindo, a Associação, no âmbito da segurança, conforme explicado anteriormente (ver p. 19), funciona como uma estrutura estável que habilita os nós para mobilização de recursos, de mentalidades e de tecnologias ao longo do tempo.

Ou seja, as instituições comunitárias, tanto no Jd. Shangri-Lá como no Santa Mônica, são como uma espinha dorsal que possibilita a mobilização dos moradores para a realização de atividades diversas, que vão desde festas/confraternizações, práticas esportivas e ações de preservação do meio ambiente até a criação de um nódulo de segurança local, conforme será melhor abordado na próxima seção, na qual é tratado dos nódulos de segurança do VS e das redes de relacionamento.

### **3.3 Nódulo de segurança do VS e a rede de relacionamentos**

Conforme mencionado na seção 1.1.1 deste trabalho, dentro desse complexo sistema de governança, onde, eventualmente, ocorrem conflitos e se produz a ordem, os inúmeros atores operam em uma estrutura de "governança nodal", conforme a teoria contemporânea de redes (BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005).

As análises das entrevistas, bem como a observação das reuniões e dos protestos relacionados aos programas de vigilância em estudo, revelaram aspectos peculiares dos nódulos de segurança, formados para a garantia/melhoramento da segurança em áreas da cidade. Destaca-se, ainda, a maneira como esses núcleos desenvolvem redes de relacionamento com outros atores e instituições. Pois, mesmo que sejam iniciativas de moradores/lideranças de comunidades,<sup>56</sup> para o início e manutenção das atividades de prevenção e de combate à criminalidade, o relacionamento e a ajuda de outros agentes e instituições foi, e ainda, é fundamental.

Inicialmente, a Igreja teve um papel importante, tanto no Jd. Shagri-Lá como no Santa Mônica, pois serviu de local para a realização de reuniões, de

---

<sup>56</sup> Ver seção 3.1 do trabalho.

comunicados e atividades festivas/religiosas que uniam os moradores, motivados por causas sociais e de vigilância em seus bairros/áreas residenciais.

Na origem do VS Shangri-Lá, as primeiras reuniões ocorreram na Igreja Rainha dos Apóstolos, conforme confirmam trechos da entrevista com a líder Irene. Ademais, percebe-se, na fala de dona Marta, que moradores integram a experiência de vigilância e participam de eventos religiosos:

Pesquisador: Interessante. Outra coisa que a senhora comentou, o mesmo pessoal que participou do Vizinho é o pessoal que participou de alguma coisa da igreja também, tem esse vínculo?

Marta: Tem, tem. Inclusive, a gente celebra missa, a gente faz missa uma vez por mês nas casas, além da missa da igreja, a gente faz nas casas e, aí, vem o padre, reúne, para os vizinhos mesmo, então a gente está sempre em contato, sabe, os vizinhos.

O VS do Santa Mônica também possui essa ligação com a Igreja Católica por meio da Associação de Moradores, pois a instituição religiosa é mobilizada para divulgar/promover atividades diversas, dentre elas, as relacionadas com a segurança. O líder Josmar ilustra bem como se dá essa relação:

Pesquisador: Como que é a relação com a Igreja, só pra entender? Vocês, né? Utilizam. Até a secretária comentou que as primeiras missas eram feitas aqui, né?

Josmar: A Associação, na verdade, foi construída até por conta da, do grupo de católicos, que queria construir uma igreja, aí, então a Associação foi meio, aqui, por exemplo, essa sala de reunião nossa, era sala de catequese. Então tinha espaço pra fazer até a missa, que fazia na própria quadra de esportes, e também de festas pra arrecadar fundos, e isso vem em torno de mais de 20 anos, e foram até melhorando a Associação, e ao mesmo tempo esse grupo da Igreja sempre se revezaram, participando da Associação, da direção ou dessa comissão que construiu a Igreja, a Igreja é moderna nova. Tudo foi em atividades buscando recursos, buscando apoio, então, é essa organização que ajudou muito também, e, aí, tá buscando melhorias, não só pra essa questão de segurança, mas na questão do trânsito, temos cobrado também a questão da melhoria do fundo de vale (...).

Outra instituição que teve e ainda tem ligação com o VS Shangri-Lá e com o VS Santa Mônica é a PM. Apesar de configurarem iniciativas comunitárias e ainda que tenha havido, entre os moradores, uma proatividade e um foco de ação reativa à criminalidade, no que se refere à busca de trazer melhorias para o bairro e ao rechaço de profissionais do sexo (em específico, no Shangri-Lá), as orientações do efetivo policial foram determinantes para o direcionamento das ações e para o conhecimento do que podia ou não ser feito por um programa de vigilância comunitária.

Em trechos da entrevista com a liderança Lurdes (tratando da orientação da PM no Jd. Shangri-Lá, seção 3.2) e com o policial Vagner (sobre os direcionamentos no Santa Mônica, seção 3.2.2), em abordado como a PM orientou a poda de árvores, a melhoria da iluminação pública, a revitalização das praças e, no caso do Shangri-Lá, a pertinência do fechamento das vielas para a inibição da criminalidade e da prostituição.

Em um segundo momento, especialmente após a instalação de câmeras e de alarmes no Santa Mônica, em 2017, permaneceu o diálogo entre a PM e o nódulo de segurança do VS da área residencial.<sup>57</sup>

No bairro da Região Central, também continuaram as reuniões com as lideranças. Em entrevista, o policial Marcelo comenta sobre um encontro com residentes do bairro da área Central da cidade, em 2016/2017, ocasião em que foi abordada a questão dos moradores de rua:

Pesquisador: Alguma foi no Santa Mônica ou no Shangril-Lá? Que você se lembre?

Marcelo: No Santa Mônica, não fui em nenhuma, no Shangri-Lá, já fui em duas reuniões no Colégio Educativo. Mas com poucas pessoas, somente algumas lideranças, com 6 ou 7.

Pesquisador: Há a Educativa, é ali na rua José de Alencar, não é a (frase não concluída)

Marcelo: É um colégio do lado de uma pracinha.

Pesquisador: Perto da rede de TV, né?

Marcelo: Isso, ali. Mas as reuniões comunitárias que eu falo são aberta a população. Vieram várias, são várias pessoas, né? Mas ali no Shangri-Lá foi com poucas pessoas, pra tratar de um tema específico, que foi morador de rua.

Pesquisador: Quando que foi isso mais ou menos?

Marcelo: Há 2016, 2017, não me lembro.

Além dos vínculos dos VS em foco com a PM, em vários momentos do Programa, para treinamentos e auxílio com as práticas e com as tecnologias, especificamente no nódulo de segurança da área residencial da Zona Norte, passou a ocorrer uma inversão no fluxo do fornecimento de informações. Ou seja, com o contrato de locação das câmeras para fornecimento de imagens 24h por dia, a PM passou a receber imagens referentes a situações/pessoas suspeitas, ou a ações de criminalidade:

---

<sup>57</sup> Sobre diálogo com a Polícia na instalação de câmeras ver trecho entrevista conjunta com as lideranças Rodnei e Alberto na seção 4.1.

Pesquisador: Uhum. Entendi. Tá certo. A última coisa mesmo. As imagens de vocês. Alguém, vocês passa pra polícia as imagens que vocês analisam, captam nas câmeras eu digo?

Josmar: Sim, quando acontece um fato, o pessoal recupera lá a imagem e acaba passando pra (telefone começa a tocar).

Pesquisador: As imagens vocês falaram, quando a polícia pede, vocês cedem?

Josmar: Quando aconteceu um fato, o pessoal que já tem contato com a própria polícia já encaminha, ou eles pedem, tentar as vezes fazer alguma identificação, de carro principalmente, de placa.

Ou seja, o nódulo de segurança do VS Santa Mônica, utilizando-se dos serviços de uma empresa privada, tem ferramentas eficazes na garantia da segurança da área e auxilia a Polícia no combate à criminalidade.

Assim, na área residencial da Zona Norte, fica evidente a ligação dos programas de vigilância com empresas privadas de segurança (ISS). Já no Shangri-Lá, o que se tem é a contratação de guardinhas civis (rondas) e de empresas diversas, que atuam no monitoramento residencial.

A fala de Nélia, moradora do Shangri-Lá, revela a vínculo com esses dois provedores de segurança:

Pesquisador: Entendi. Você utiliza, você paga algum vigia, esses guardinhas que ficam (...)?

Nélia: Sim, eu pago o guarda da noite, né?

Pesquisador: Tipo um ronda que passa de moto?

Nélia: Um ronda que passa de moto. É que é o, esqueci o nome dele.

Pesquisador: ham rã.

Nélia: Além do alarme monitorado.

Pesquisador: Há, vocês têm um alarme monitorado?

Nélia: Tem.

Pesquisador: Tipo uma empresa?

Nélia: É da Liberty.

Pesquisador: Da liberty?

Nélia: Eu gosto muito. Tenho aqui, tenho na minha empresa também, lá na Rangel Pestana (rua).

Pesquisador: Entendi.

Nélia: Eles já estão de parceiros conosco já faz bastante tempo.

Pesquisador: Entendo.

Nélia: São ótimo, né?

Pesquisador: Há, tá certo.

Em outro momento, Nélia relata que a empresa, além de fornecer o monitoramento, prestou assessoria sobre a instalação de câmeras:

Pesquisador: Tá, e aí, você tá utilizando câmera, então, você acha que é, foi influência de alguma forma do VS? Desse bate-papos que vocês tiveram com o grupo, algo do tipo?

Nélia: Não, eu decidi mesmo, né? O pessoal da Liberty que me orientou pra (frase não concluída)

Pesquisador: uh rum.

Nélia: “Seria bom a Senhora colocar câmera”, olha o portão, já vê quem, tá chegando, porque como que eu vou saber só por interfone que alguém tá chegando, né?

As empresas de monitoramento residencial também se fazem presentes no Santa Mônica, especialmente nas ruas não participantes do contrato de locação de câmera/alarme (Anexo C, foto 5). Na área residencial da Zona Norte, por sua vez, tem-se o agente de ronda, um profissional que trabalha, geralmente, com uma moto fazendo a vigilância de casas/ruas e a escolta de carros e pessoas em momentos de entrada/saída da residência. Então, algumas pessoas participam do VS e também pagam uma quantia em dinheiro para ter o serviço desses profissionais.

Por último, mas não menos importante, há o vínculo dos VS das comunidades com suas respectivas associações de moradores, a Associação dos Moradores do Santa Mônica e a Associação de Moradores e Amigos do Jd. Shangri-la. Conforme já mencionado previamente, essas instituições auxiliam na mobilização de capital social para o fortalecimento do nóculo de segurança a que se vinculam através da viabilização do diálogo com moradores, Polícia, Igreja, Imprensa e o poder público municipal<sup>58</sup>, e outros.

Para que se possa entender melhor a importância dessas Associações, é necessário retomar o conceito de superestrutura (já referido na página 10), segundo o qual um nó pode estar ligado a outros nós em redes múltiplas, ou pode ser um nó superestrutural, que junta diferentes organizações nodais para concentrar membros, recursos e tecnologias com vistas a um propósito comum (BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005).

<sup>58</sup> Os nóculos de segurança do Jd. Shangri-Lá, e do Santa Mônica recorreram ao poder público municipal e a Imprensa local em diversas ocasiões, exigindo melhorias nas comunidades, dentre elas melhorias na segurança. O Município foi acionado por meio das práticas de envio de ofícios e realização de protestos (este especificamente no bairro da zona norte), e os meios de comunicação foram solicitados para dar visibilidade e maior força as demandas. No entanto, como essa ligação do VS com o executivo municipal e a Imprensa da cidade ocorreu, muitas vezes, por meio das Associações do Moradores das áreas em estudo, optou-se por abordar esses vínculos em conjunto com as redes de relacionamentos e recursos mobilizados pelas próprias Associações.

Levando-se em consideração, então, a ideia de um nó que se vincula a diversas outras estruturas nodais, entre elas, a da segurança, inicialmente, será abordada a Associação de Moradores do Jd. Santa Mônica. Trata-se de uma instituição que desempenha uma importante função, no sentido de possuir uma estrutura/capital social que reúne e se liga a várias pessoas, instituições e tecnologias para conseguir melhorias na comunidade, dentre elas, melhorias na segurança. Participando de cinco reuniões e um protesto, o pesquisador pode verificar, desde a primeira visita feita em 26 de novembro de 2018, o nível de organização e a importância da Associação para o Santa Mônica.

Conforme já mencionado, a Associação do Santa Mônica existe desde 1987 (ver Anexo C, foto 4) e possui uma estrutura física e fonte de arrecadação/independência financeira devido às atividades esportivas e de lazer que promove. A Associação conta com uma quadra de futebol de salão coberta, um campo de futebol aberto, duas churrasqueiras, uma sala de reunião e uma lanchonete, localizada ao lado da quadra coberta (ver Anexo C, fotos 1, 2 e 3). Essa infraestrutura permite o autocusteio da Associação e a mobilização do capital social necessário para o fortalecimento do nóculo de segurança da área residencial, conseguido por meio da visibilidade e da influência que a Associação possui entre moradores, Polícia, Igreja e poder público municipal.

Ao longo das reuniões frequentadas<sup>59</sup> o pesquisador teve exemplos práticos da força e da abrangência do nó superestrutural da Associação, segundo a diversidade de matérias debatidas e de ações promovidas. As discussões/ações, além de questões específicas, relacionados ao uso das câmeras e à renovação do contrato com a empresa de segurança que prestava o serviço a algumas ruas do área residencial, também abrangiam, nas ocasiões, melhorias no trânsito local e assuntos ambientais e de qualidade de vida, no que se refere a cuidados com o lixo e à revitalização no fundo de vale, bem como à realização de festa para a arrecadação de verba, à construção de uma pista de caminhada e a obras de aprimoramento das instalações da própria Associação (construção de banheiros, vestuário próximo ao campo e renovação das cercas de segurança).

---

<sup>59</sup> As reuniões atendidas pelo pesquisador ocorreram no dia 17 de dezembro de 2018, e depois, em 2019, nos dias 12 de fevereiro, 11 de março, 06 de maio, 08 de julho e 09 de maio, sendo este último um protesto.

Aprofundando um pouco mais nas práticas e nos recursos de capital social mobilizados pela Associação do Santa Mônica, o encontro do dia 06 de maio e o protesto na Avenida Henrique Mansano (ao lado do Estádio do Café), em 09 de maio de 2019, são bons exemplos da força e da influência dessa superestrutura. No encontro do dia 06 de maio, as pessoas estavam um pouco mais agitadas do que em outros, dado que iriam decidir se haveria, ou não, uma mobilização para a cobrança de mais segurança no transido das autoridades locais, por conta da morte de um idoso, ocorrida no dia 24 de abril de 2019, na avenida do Estádio do Café. Apesar da indecisão geral inicial,<sup>60</sup> a partir do momento em que os participantes entraram em acordo quanto à realização do protesto, os membros da diretoria dividiram as funções de mobilização entre moradores e lideranças de outras áreas próximas e decidiram, valendo-se do seu capital social, recorrer a veículos locais de comunicação, para que dessem repercussão e visibilidade à manifestação.

O pesquisador observou as ações iniciais e a manifestação em si, até o fim do evento, que durou cerca de duas horas (começou no final da tarde, por volta das 16h40, e terminou às 18h42). A manifestação chegou a contar com repórteres de quatro importantes veículos de imprensa local filiadas as grandes emissoras (Rádio CBN, Band/Tarobá, Globo/RPC e SBT/Massa), os quais, além fazerem tomadas ao vivo do protesto, também entrevistaram algumas das lideranças da comunidade. A Associação levou, ainda, um ônibus com som, um caixão e várias cruces, as quais foram fixadas no canteiro central da avenida, além de faixas e cartazes. Eram 22 manifestantes ativos, 16 curiosos/expectadores e uma viatura com dois policiais.<sup>61</sup>

Voltando à noção de nó superestrutural que junta diferentes organizações nodais para concentrar os membros, recursos e tecnologias com vistas a um propósito comum, percebeu-se, na prática do protesto, a capacidade da

---

<sup>60</sup> Um momento chave, que levou à realização do protesto, foi quando umas das lideranças abriu um armário na sala de reuniões e encontrou duas faixas com os dizeres “exigimos sinalização de trânsito adequada” e “queremos faixas elevadas na avenida Henrique Mansano, corredor da morte”. Pouco tempo depois, pediram para o pesquisador tirar uma foto dos membros da diretoria empunhando uma das faixas e dois crucifixos de madeira na mão, e, em seguida, já começaram a articulação com outras instituições para a realização da manifestação.

<sup>61</sup> Os manifestantes atuaram no bloqueio do trânsito, em paradas que duravam cerca de 2 minutos (isso ocorreu cerca de 20 vezes até o final do protesto, causando filas de veículos de mais de 1,5 km). Além disso, pequenos discursos eram proferidos pelos membros da diretoria da Associação, com falas e frases do tipo: “Trânsito assassino aqui nunca mais”; “Queremos semáforos, plataforma elevada e radar fixo”; “Motorista consciente e trânsito eficiente”; “Chega de enrolação, queremos a solução”; “Queremos radar fixo”; “Quantas lágrimas derramadas e o prefeito não fez nada”; “Henrique Mansano manchada de sangue”; “Belinati [prefeito de Londrina] faça sua parte”.

Associação de mobilizar/unir moradores da área residencial, lideranças e a imprensa para veicular demandas populares e chamar a atenção das autoridades públicas para os problemas e os melhoramentos que precisam ser feitos na comunidade. Ou seja, a Associação se utiliza de seus recursos/capital social para se associar a outros nódulos e dar mais força e visibilidade às necessidades dos moradores do Santa Mônica.

O protesto do dia 09 de maio não foi o único. No final de 2016, os moradores do Santa Mônica também se uniram, por meio da Associação, para se manifestarem contra a falta de segurança local, cujo reflexo eram os assaltos que estavam ocorrendo na área.<sup>62</sup> Naquela ocasião, esse evento deu início ao que seria um marco para a vigilância comunitária na cidade, isto é, assinalou o começo de um movimento de instalação de placas, de câmeras e de alarmes em ruas da área residencial. Moradores contrataram uma empresa privada de segurança para o fornecimento de imagens 24h por dia (para mais informações, ver seção 3.2).

Observou-se, no protesto de maio de 2016, bem como na manifestação de abril de 2019, que há participação ativa dos moradores nas mobilizações organizadas pela diretoria da Associação. A própria estrutura de esporte e lazer agrupa várias pessoas.<sup>63</sup>

A fala do líder Josmar demonstra o capital social dos moradores da área da zona norte, os quais colaboram com a Associação na resolução de problemas que afetam a todos, inclusive na área de segurança, quando necessário:

Pesquisador: Tem alguém, tem alguém, não digo nem na diretoria, no bairro que é membro das forças policiais? Que participa de alguma forma, ou do esquema das câmeras? Do programa das câmeras assim?

Josmar: Olha, que que eu conheço não assim.

Pesquisador: Uhum.

Josmar: Às vezes, assim como apoio, né? Mas tem pessoas que trabalham nessa área de vigilância, que já tem um conhecimento maior, tem, que é morador do bairro, nós temos pessoal da área que é servidor público, advogado, pessoas de imprensa. Então, sempre há, há sempre uma mobilização maior quando há uma necessidade

<sup>62</sup> Para mais informações, ver: PARANÁ TV. 1ª EDIÇÃO. Moradores do Jardim Santa Mônica protestam por mais segurança. Londrina, 04 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/nortenordeste/paranatv-1edicao/videos/t/londrina/v/moradores-do-jardim-santa-monica-protestam-por-mais-seguranca/5426434/>>. Acesso em: 02 out. 2019.

<sup>63</sup> Após a entrevista com Rodrigues, no dia 20 de julho de 2019, o ex-presidente da Associação mostrou ao pesquisador as instalações da Associação, em um sábado, na parte da manhã. Verificou-se que se trata de um local muito movimentado e vivo, com crianças e adultos praticando atividades esportiva ou assistindo das arquibancadas que ficam ao lado da quadra coberta.

presente aí, que precisa de mobilizar, que precisa buscar o apoio a gente conta com as pessoas do bairro que tem também ajuda, né? Se tem pessoas que trabalham no no setor, no órgão policial, ou é parente de alguém, tem contato, né?  
Pesquisador: Bacana.

Além da rede de relacionamentos e de contato entre os moradores, as articulações das lideranças são fundamentais para a comunidade e a Associação dos moradores. Como a Associação conta com uma diretoria composta por empresários, funcionários públicos, advogados, profissionais liberais e outros, as ligações e contatos se ampliam, ao mesmo tempo em que o trabalho e as atribuições se pulveriza entre os membros da diretoria e os moradores da área residencial.

Sendo um pouco mais antiga, mas sem possuir uma estrutura física, a Associação dos Amigos do Jd. Shangri-Lá<sup>64</sup> também tem sua importância perante as demandas no bairro, inclusive na criação do VS. Os documentos coletados com o entrevistado José revelam que essa Associação atua na mobilização dos moradores desde 1994, quando buscou, por exemplo, junto ao poder público municipal, o cancelamento do alvará de funcionamento de uma casa noturna que incomodava os residentes, devido ao som alto (ver Anexo D, documento 1).

Na criação do VS Shangri-Lá, conforme a entrevistada Irene, ela defendeu a necessidade de o estatuto da Associação do bairro ser atualizado, a fim de que pudesse dialogar/conseguir legitimidade perante o Poder Judiciário, a Polícia, o Ministério Público e outras instituições que poderiam auxiliar o nódulo a atingir a governança da segurança local. No decorrer de 2011, a Associação do Shangri-Lá fez reuniões com os Vizinhos Solidários para discutir mudanças no plano diretor do bairro junto a políticos locais (vereador da cidade), buscando impedir a recategorização da Região Central, de uma área residencial para um ZR8 (ver Anexo D, documento II). Isso, caso fosse efetivado, permitiria que mais comércios, certas indústrias e empreendimentos verticais pudessem ser instalados/edificados no bairro, o que refletiria na segurança das pessoas e em alterações no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).<sup>65</sup>

O documento em questão também demonstra a tentativa da diretoria da Associação de, junto a órgãos públicos, tratar de questões de coleta de lixo, poda

---

<sup>64</sup> Segundo informação da entrevistada Irene, a Associação dos Moradores do Shangri-Lá não dispõe de uma sede física.

<sup>65</sup> Segundo depoimento da moradora Nélia, a mudança não foi feita e o bairro permanece sendo uma área residencial, apesar da existência de algumas empresas/comércios na área.

de árvores e revitalização da Praça Don Pedro I, reivindicando a construção de uma academia ao ar livre/parquinho para as crianças.

No último documento fornecido pelo sr. José (Anexo D, documentos III), datado de janeiro de 2016, a Associação dos Moradores do Jd. Shangri-Lá promoveu um debate sobre os mendigos que circulam naquele entorno, a situação de bueiro entupido/danificado, a poda de árvores e a necessidade de revitalização do asfalto em alguns pontos do bairro.

Apesar de não ter sido relatada nenhuma prática de protesto/mobilização realizada pelos moradores, as matérias saídas na imprensa local sobre o VS Shangri-Lá e assuntos de segurança/tecnologias de segurança demonstraram a capacidade de mobilização de capital social da Associação para dar visibilidade ao Programa, bem como às demandas do bairro, perante o Poder Público Municipal, a Polícia Militar e outros agentes/instituições.<sup>66</sup>

Tal qual a Associação dos Moradores do Santa Mônica, a Associação dos Amigos do Jd. Shangri-Lá é também um supernóculo que mobilizava a população e outros agentes/instituições (políticos locais, Imprensa, poder público municipal e Polícia Militar) para debater diversas questões relacionadas a melhorias no bairro, assim como demandar e solicitar que esses atores sociais tomem providências.

Essa dinâmica de ligações e de relacionamentos da Associação com outras instituições e agentes, evidencia a organização na gestão de recursos/informações e uma expertise que a permite atuar (demandando ou sendo demandados) em uma rede de conectividade com o intuito de promover a segurança e outras melhorias no bairro.

Entretanto, expostas as semelhanças entre as Associações do Santa Mônica e do Shangri-Lá, verificou-se que este último já há algum tempo não organiza uma reunião com os moradores e depende fortemente das ações e das articulações de uma liderança do bairro, a qual desde 2010 (criação do VS) está na gestão da Associação. Atualmente, as conversas e as mobilizações relacionadas à segurança e a outros assuntos se dão pelo WhatsApp.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Ver matérias e reportagens veiculadas na imprensa local e mencionadas nas notas de rodapé nº 70 e 73.

<sup>67</sup> Todos os entrevistados do Shangri-Lá elogiam o poder de mobilização, convencimento e capital social da liderança no sentido de buscar soluções para segurança, e melhorias gerais para o bairro.

Esse modelo sinaliza para um desgaste e para a sobrecarga de funções e de atribuições em um agente, apesar de o bairro da Região Central dispor de capital social e conhecimento, conforme retrata o sr. Amadeus, quando fala das antigas reuniões da Associação:

Amadeus: Então, nós distribuíamos convites para as reuniões. Nós fazíamos mais de duas reuniões por ano. Então, nessas reuniões, tínhamos convidados para falar sobre vários assuntos, inclusive segurança.

Pesquisador: E as pessoas que participavam das reuniões, elas opinavam, trocavam ideias?

Amadeus: Uhum.

Fabrício: Tinha uma troca?

Pesquisador: É um bairro, mais ou menos, de gente culta, né. Então, tinha uma participação de médicos, advogados e outros, né.

Já no Santa Mônica, a liderança da Associação muda a cada 2 anos, sendo que o presidente pode se reeleger, permanecendo na gestão por no máximo 4 anos. No início do VS, existia a questão do líder da Associação ser o mesmo líder do nódulo de segurança da área residencial. Entretanto, após a instalação das câmeras e dos alarmes, em 2017, isso mudou, sendo que, apesar de existir um grupo geral de WhatsApp, para ser tratado da segurança criado pela liderança da Associação, cada rua que participa do esquema de câmeras possui um grupo específico de comunicação, restrito aos moradores da rua.

Essa nova dinâmica de coordenação e de liderança evidencia um novo modelo de gestão e de estruturação do nódulo de segurança. Ou seja, o nódulo no Santa Mônica, que antes era gerido mais diretamente pela Associação de Moradores, passou a ser dividido por rua, o que deu mais autonomia e celeridade à tomada de decisões e à execução de práticas de segurança, além de sinalizar para uma nova tendência em torno de práticas e mobilização de recursos nos programas de vigilância comunitária.

Dentro dessa miríade de atores ligados ao nódulo de segurança local, conforme tratado nesta seção, ficou evidente a existência de várias instituições e agentes se entrecruzando (demandando e sendo demandados pelos Programas de VS em estudo). Foram mapeados os vínculos com instituições maiores, como Igreja, Polícia Militar, Empresas de Segurança, Poder Público Municipal, Imprensa local e Associação de Moradores, até com atores menores, como o guardinha/ronda do bairro e as lideranças locais, que agem por meio dos moradores e das Associações locais.

Dessa forma, guardadas as devidas particularidades e potência,<sup>68</sup> em termos de estrutura, conectividade, recursos e tecnologias, em algum momento, esses agentes e instituições se conectam e interagem para atingir seus objetivos e para auxiliar o VS a consolidar suas demandas por segurança, dando a ideia de redes interagindo em um cenário mais amplo e interconectado (DUPONT, 2006).<sup>69</sup>

Nessas redes de relacionamentos, formadas pelo VS, com o passar do tempo, e com as experiências adquiridas/vivenciadas nesses nós de segurança, outras tecnologias e práticas passaram a ser utilizadas, substituindo as antigas e, de alguma forma, aprimorando a vigilância comunitária nessas áreas da cidade.

O próximo capítulo cuidará dessas novas táticas de segurança, e também da noção de ordem dentro dessas comunidades, além de buscar recapitular as dimensões e características da governança nodal visando abordar a mentalidade de segurança nesses nódulos.

---

<sup>68</sup> A potência de governo dos nódulos depende de sua conectividade, sinergia e capacidade de se autorregular e de regular outros nódulos (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, p. 405).

<sup>69</sup> Para mais informações, ver p. 20 do referencial teórico.

## 4 CAPÍTULO IV. NOVAS PRÁTICAS, A NOÇÃO DE ORDEM, E A MENTALIDADE DOS NÓDULO DE SEGURANÇA DO VS SHANGRI-LÁ E SANTA MÔNICA

### 4.1 O VS com outras Práticas e Tecnologias

No começo do VS Shangri-Lá (em 2010) e do VS Jd. Santa Mônica (final de 2011), chamam atenção, enquanto tecnologias empregadas, o apito e a plaquinha com os dizeres VS. O apito foi adotado como uma ferramenta a ser utilizada pelos moradores para sinalizar sonoramente um indício de criminalidade, a fim de que se pudesse inibir potenciais crimes e alertar as pessoas sobre a ocorrência de um possível delito.

Além disso, no início do VS, tanto no Shangri-Lá quanto no Santa Mônica, houve a adoção de plaquinhas VS como forma de distinguir casas e demonstrar que os residentes daquelas áreas estavam participando de um sistema de vigilância comunitária. As plaquinhas são utilizadas até hoje nas áreas estudadas em Londrina, sendo que, em muitas casas, elas convivem com outras tecnologias de segurança e de monitoramento (foto 5, e foto 6). Por outro lado, os apitos caíram em desuso, seja por não ser prático, seja por conta da dificuldade de ser rapidamente localizado para uso, ou, então, devido à exposição excessiva do morador que faz uso da tecnologia.

**Foto 5** – Tecnologias – Plaquinha VS, Cerca Elétrica, Arame Farpado, Câmeras no Shangri-Lá, em 14/07/2019



Fonte: autor

**Foto 6** – Tecnologias – Placa e Câmera Voltada para rua, no Santa Mônica, em 21/07/2019



Fonte: autor

As falas, a seguir, de Marta e de Lurdes, retratam os empecilhos da utilização do apito no Shangri-Lá:

Pesquisador: Interessante. Você disse que antes vocês utilizavam essa ideia do apito, né?

Marta: É, era um apito. O duro é que até você achar o apito para você apitar já aconteceu, já passou, então foi uma coisa que não funcionou.

Na sequência, tem-se um trecho da fala de Lurdes sobre a exposição exagerada do indivíduo na utilização da ferramenta de som:

Pesquisador: E qual... É, você até comentou a utilização de apitos no início. Quais os outros equipamentos que utilizaram no início e utilizam agora para ajudar nesse processo de segurança?

Lurdes: O apito a gente colocou inicialmente porque ele era sonorizar quando tivesse uma situação de insegurança ou de prevenção para que não ocorresse. Só que inicialmente a gente identificou duas situações. Quando a gente criou um grupo se sentiu forte, mais seguro, as pessoas começavam a se expor, então, foi uma das coisas que a gente aprendeu, que efeito sonoro tem que ser feito de uma forma que não se exponha as pessoas, como a própria liderança dos lugares que se faz implantação.

O desuso do apito também ocorreu no Santa Mônica porque, na impressão da moradora Marli, o acionamento era “às cegas”, uma vez que se dava

dentro da residência, sem que a pessoa tivesse uma visão clara do que estava ocorrendo na rua:

Pesquisador: Tinha algum outro aparato assim?

Marli: Não. Só as plaquinhas e tinha um apito.

Pesquisador: Um apito?

Marli: Isso. As plaquinhas e um apito.

Pesquisador: E como era essa ideia? Como você utilizava ele?

Marli: A ideia era, se você visse alguma coisa estranha na casa do vizinho, começar a apitar, que todos os outros já sabiam o que estava acontecendo, pra acionar a polícia. Mas, não deu muito certo. Como diz, você está dentro de casa, você nem vê nada e acontece.

Devido à sua capacidade tecnológica e por serem mais discretos, não expondo seu usuário ao criminoso em potencial, o acionamento de alarme, o monitoramento por câmeras ou grupos de WhatsApp acabaram por substituir o apito.

Nesse novo momento do VS, a utilização de alarme nas ruas se destacou. Segundo informações dadas pelo morador Leonardo, essa tecnologia havia sido implantada há aproximadamente 5 anos. Porém, em meados de 2012, foi identificada uma matéria jornalística sobre o uso de sistemas de alarme para a prevenção de assaltos em alguns bairros de Londrina, dentre eles o Shangri-Lá.<sup>70</sup>

Lurdes explica como é o funcionamento da ferramenta tecnológica (ver foto 1, p. 65), indicando, por conseguinte, o número de casas abrangidas pelo sistema (um total de 10 residências):

Pesquisador: E aí, dentro dessa ideia do alarme que você comentou, ele funciona, assim, toda a casa tem um, quantas casa tem o alarme? Como que funciona?

Lurdes: Nos bairros que foram colocados, é, em um quadrante de dez casas, tinha um sistema de voz, que a gente chama, com controle remoto.

Na entrevista de Maria, Horácio e Amanda, foi descrito como o alarme é acionado e seus efeitos no que diz respeito à sua capacidade de afastar pessoas “estranhas” no Shangri-Lá:

Pesquisador: Entendi. E uma coisa que eu fico até curioso, eu vi até as plaquinhas, a gente olha e vê nas ruas, sabe se tem algum outro tipo de equipamento que eles utilizam?

---

<sup>70</sup> Para mais informações, ver: G1. Moradores de Londrina instalam sistema de alarme nas ruas para evitar assaltos. G1, Londrina, 27 ago. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/videos/v/moradores-de-londrina-instalam-sistema-de-alarme-nas-ruas-para-evitar-assaltos/2109628/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

Horácio: Temos aqui. Inclusive, no nosso poste, tem um. Nós precisamos procurar o nosso coiso, nós não sabemos onde colocamos o nosso controle.

Maria: É tipo um megafone.

Horácio: É assim, por exemplo, já aconteceu e acontece muito, aí de repente para um cara de moto aí meio estranho, nós temos aqui um conjunto...

Maria: Acho que é de 8 em 8 casas que foi colocado esse megafone para acionar.

Horácio: Aí a gente aciona e ela diz alguma coisa assim: "Atenção, atenção, pessoas estranhas na rua". Como é que é?

Amanda: "Tem gente estranha, já estamos acionando a segurança".

Maria: Isso.

Horácio: A pessoa cai fora, viu, vai embora.

A descrição do acionamento do alarme diante de pessoas aparentemente estranhas circulando no bairro se repetiu em outras entrevistas, tanto com moradores do Shangri-Lá quanto com residentes do Santa Mônica, e será melhor discutido na seção 3.3 deste trabalho.

No caso do Santa Mônica, houve um enfraquecimento nas práticas de prevenção à criminalidade, de forma geral, por um período de aproximadamente dois anos. Ou seja, o VS e o acionamento do apito, bem como palestras instrutivas da PM, deixaram de ocorrer ou não foram devidamente divulgadas, segundo conta Rodrigues.

Além disso, na opinião de Rodrigues, o Programa VS ficou enfraquecido com a troca da gestão da Associação dos Moradores, ocorrida em janeiro de 2014:

Pesquisador: Entendi. E mais alguma coisa que vem na sua cabeça dessas táticas, estratégias, não sei.

Rodrigues: há é. A estratégia que eu sinto é de ter abandonado, a direção abandonou.

Pesquisador: É o Senhor sentiu isso?

Rodrigues: A situação do VS, o projeto. Abandonaram, não deram mais continuidade, não fez mais reunião, não chamou mais a Polícia Militar, dar uma palestra pra gente, entendeu, não sei se você conhece o Vagner (PM)?

Pesquisador: Eu já ouvi falar.

Rodrigues: É.

Pesquisador: Não conheço pessoalmente.

Rodrigues: Não lembro o nome completo. Mas gente fina, mas gente boa muito, ajudou muito a gente. Entendeu? Então, O que que poderia, deveria ter feito, continuado o projeto, às vezes, né? Não precisa ser reunião toda, ou todo mês, ou, entendeu, um ano, duas vezes no ano, mas pra dar uma palestra sobre segurança, como fazia antes, entendeu? E não fizeram mais.

O fato é que, em 2016, a própria comunidade passou a exigir das autoridades e da Associação de Moradores a tomada de providências, no sentido de ser recuperado o nódulo de segurança local. O número de assaltos na localidade era preocupante, sendo que um dos frequentadores da Associação chegou a passar por um tipo de sequestro. Foram realizadas assembleias para o debate do assunto, a imprensa local foi chamada para a exposição da situação e foi criado um grupo de WhatsApp com moradores que, nesse ínterim, passaram a sentir a necessidade de reforçar a segurança local junto às autoridades estatais. Na época, a própria Polícia alegou que estava sem recursos materiais para realizar um policiamento mais ostensivo da área.

O trecho de entrevista do Josmar evidencia vários elementos relacionados ao processo de renovação do nó de segurança local. Essa dinâmica envolveu instituições (Polícia e Imprensa), a adoção de novas tecnologias (WhatsApp) e a pressão social, exercida por meio da Associação dos Moradores da área residencial, que, diante da crescente criminalidade local, passou a exigir mais das autoridades estatais:

Josmar: (...) 3, 4 anos depois, aí, surgiu vários assaltos, a comunidade estava preocupada com a segurança, e um dos frequentadores aqui foi praticamente sequestrado, aí, o pessoal cobrou, até nós chamamos uma assembleia, houve participação maciça da comunidade, toda imprensa acompanhando, o que ajudou muito até a ter uma visibilidade da situação da falta de segurança do bairro.

Pesquisador: Isso aí foi quanto mais ou menos, só pra ter uma noção?

Josmar: Isso aí foi 3 anos atrás.

Pesquisador: 2016, mais ou menos?

Josmar: É, salvo engano, tem que puxar isso aqui, mas já tá indo pra 3 anos.

Pesquisador: Quais que eram as ocorrências criminais, só pra ter uma noção?

Josmar: É, tinha Assaltos, né? Então, começou, como houve toda essa reunião, a participação as pessoas começaram a trazer informação, quase todo dia tava (sic) tendo assalto no bairro, aí, foi quando surgiu a ideia de criar o grupo do WhatsApp, entraram em contato também com a polícia, fizemos cobrança, né? Sobre a necessidade de mais viatura, aí, se deparamos com a polícia que estava em situação difícil, falta de veículos, as viaturas tavam (sic) lá paradas, fomos até lá, o comando da quarta companhia independente, o capitão na ocasião, o capitão Walter, ele colocou a situação que estava as motos, eles não tinham recursos, até a Associação chegou até a ajudar, né? A pagar consertos de viatura pra tentar (frase não concluída), aí, como houve uma grande manifestação pública, a imprensa colocando a questão da segurança.

Apesar da dificuldade de conseguirem respaldo da PM, que, na ocasião, chegou a ter auxílio de recursos da Associação do Moradores do Santa Mônica, a comunidade se valeu do capital social e de recursos da própria Associação, organizando um protesto<sup>71</sup> para exigir melhorias e maior cuidado com a segurança da área residencial, o que repercutiu, inclusive, na imprensa local.<sup>72</sup> Além disso, começou a ser discutido um novo projeto comunitário de segurança, pautado na implantação de um sistema de monitoramento por câmera e alarme:

Pesquisador: Vocês chegaram a fazer, até, desculpe interromper, vocês chegaram a fazer uma manifestação, né?

Josmar: Isso, fizemos protesto, fizemos passeata, né?

Pesquisador: Na avenida do Café, aqui?

Josmar: Isso, na avenida Henrique Mansano, aqui próximo ao estádio, e também discutindo o que poderia ser feito. Aí que surgiu a possibilidade de colocar câmeras nas ruas, chamamos algumas pessoas que trabalhavam com isso, fazer propostas, que surgiram duas propostas, uma de cada rua comprar um lote de câmeras né?

Pesquisador: Uhum

(...)

Pesquisador: Quatro ruas que tem as câmeras, né? E porque a ideia da câmera em específico? Porque, além da câmera, dá pra perceber que vocês tem o alarme também, né?

Josmar: Há sim, tem o, a sirene, que é o alarme, cada morador que faz parte do projeto ele tem o botão onde acionou já começa uma gravação a falar que pessoas estranhas estão no local e chame a polícia, então, isso também ajuda a espantar.

Sendo assim, houve uma renovação total no nódulo de segurança no Santa Mônica. Em um intervalo de menos de um ano, a segurança local passou a contar com câmeras e alarmes (foto 7), placas de local monitorado (foto 8) e grupos de WhatsApp, tecnologias que ampliaram as práticas e a capacidade de governança da segurança entre os residentes da área. As ferramentas se tornaram mais discretas e evoluídas, do ponto de vista tecnológico, sendo que, inclusive, os moradores passaram a utilizar o seu dispositivo móvel para ter acesso a imagens das câmeras instaladas.

<sup>71</sup> Apesar do protesto se tratar de um tipo de prática adotada pelos moradores do Santa Mônica, por consistir em uma estratégia da Associação dos Moradores, isso será abordada na seção 3.4, quando forem abordadas instituições vinculadas ao VS.

<sup>72</sup> Para mais informações, ver: PARANÁ TV. 1ª EDIÇÃO. Moradores do Jardim Santa Mônica protestam por mais segurança. Londrina, 04 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norteenoroeste/paranativ-1edicao/videos/t/londrina/v/moradores-do-jardim-santa-monica-protestam-por-mais-seguranca/5426434/>>. Acesso em: 02 out. 2019.

**Foto 7** – Tecnologias - Câmeras e Sirene, Santa Mônica, em 31/07/2019



Fonte: autor

**Foto 8** – Tecnologias - Placa de Local Monitorado, Placa Apagada Antiga Gestão do VS e Cerca Elétrica, Santa Mônica, em 31/07/2019



Fonte: autor

Houve um grande salto nas práticas de segurança comunitária no Santa Mônica. Viu-se a transição de um modelo com praticamente duas tecnologias (plaquinha e apito) para um outro, com quatro novas práticas/tecnologias. Isso foi discutido entre os moradores da área e a Polícia, bem como a contratação dos

serviços de uma empresa privada, responsável por instalar as câmeras e os alarmes, conforme se pode ver no trecho da entrevista com Rodnei e Alberto:

Pesquisador: tá certo. E aí, assim. Reunião específica de segurança, vocês chegara a realizar também?

Rodnei: sim.

Alberto: É, antes de fazer a implantação. A gente conversou, veio a empresa, pegamos orçamento, veio o pessoal da polícia, a gente conversou bastante antes de fazer a implantação.

(...)

Alberto: Na verdade o projeto piloto não só daqui, mas a empresa em sí começou a instalar em outros lugares depois da nossa.

Pesquisador: Interessante.

Alberto: Começou tudo com a gente.

Pesquisador: Qual que é a empresa mesmo? É ISS?

Rodnei: É

Alberto: ISS Londrina.

Sobre as câmeras/alarmes, em específico, apesar de, inicialmente, ter sido cogitada a compra de um lote de câmeras para a localidade, os moradores interessados acabaram firmado um contrato de utilização dos equipamentos da empresa ISS. Em uma área residencial com aproximadamente onze ruas, a instalação dessas tecnologias ocorreu em quatro, sendo que o acesso às imagens dessas câmeras só é liberado para as pessoas que pagam a mensalidade.

O trecho, a seguir, da entrevista com a moradora Érica elucidada como esse trâmite de contratação teve o auxílio/mediação da Associação de Moradores e como funciona o serviço prestado pela empresa ISS:

Pesquisador: Daí, uma outra coisa que eu queria perguntar. Parece que houve uma mudança aí com a instalação das câmeras. Há quanto tempo foi isso aí?

Érica: Santa Mônica. Nosso contrato vence agora, em agosto. Foi por 2 anos. Foi 17, em 2017. Isso aí foi uma coisa estritamente do bairro.

Pesquisador: Sim.

Érica: O bairro. O bairro cobrou a associação e aí a gente começou a ver como funcionava essa situação de segurança, de empresas de segurança. E aí a gente foi atrás. E lá não é o bairro. Ali, é feito por rua. Cada rua tem o seu grupo, tem os seus integrantes. Por exemplo, na minha rua, deve ter 50, 60 casas, só 26 ou 27 participam.

Pesquisador: Há, entendi.

Érica: Então, é assim, é um grupo fechado.

Pesquisador: Sei.

Érica: Então. A gente tem um grupo no WhatsApp, tem as câmeras nas ruas, mas só participa e só pode ver essas câmeras quem está no grupo e está colaborando. Porque a gente, o nosso contrato lá é por comodato, é um aluguel. A câmera tudo é da empresa e a gente paga uma mensalidade.

Pesquisador: Tá certo. A empresa você qual o nome?

Érica: Chama ISS.

O acesso às imagens das câmeras mediante o pagamento de um aluguel à empresa, no caso em foco, além de reduzir a sensação de uma prática às cegas, como ocorria no antigo modelo do VS, em que o apito era acionado pelo indivíduo sem que ele soubesse exatamente o que estava ocorrendo na rua, também proporcionou aos moradores novas práticas de monitoramento, que consiste na visualização de toda movimentação na rua pelo celular. Outro trecho da fala da moradora Érica exemplifica a situação:

Pesquisador: Tá certo. Você notou uma diferença assim, porque. Porque tiveram a ideia de instalar a câmera inicialmente? Porque tinha o VS, vocês tinham o programa.

Érica: Mas aí era um VS, mas ninguém, tá todo mundo dentro de casa. Aconteciam os roubos quando tinha que acontecer. Porque você tava dentro de casa. Você não vê.

Pesquisador: Entendi.

Érica: Então a gente tendo as câmeras, você olha a rua inteirinha. Não pega as casas assim. Tem umas que pega a metade. Outras mais outras menos. Ele foi pra pegar a rua.

Pesquisador: Sei.

Érica: Então, ao entrar naquela rua, você vai ter pelo seu celular a visão todinha da rua. Se tem alguém andando por ela. Como é que tá a visão de frente de sua casa. Se tem uma moto passando. Alguma coisa. Entendeu?

Em entrevista, o líder Josmar falou um pouco mais dessa prática/tecnologia de observação do movimento da rua pelo celular, por meio do aplicativo Blue Iris:

Josmar: É, as pessoas ficam mais ligadas, sempre tem alguém dando uma olhadinha ali na, nas câmeras, você já chegou a dar uma olhada no celular de alguém pra ver como é que funciona?

Pesquisador: Não, não, eu nunca ví, só vi o, não é, não cheguei a ver, vou ser bem sincero.

Josmar: Então, é uma coisa fácil, a pessoa entra num aplicativo que não tem custo, faz parte da, chamado Blue Iris, sei que tem mais, nós

tínhamos um outro que dava mais problema, esse, o Blue Iris, é bem mais tranquilo.

Pesquisador: Interessante.

Josmar: Você clica aqui, já abre todas as câmeras, oh, aqui é da minha rua, tá vendo? Abri aqui em cima, tipo um mosaico.

Pesquisador: Vocês têm. Nossa tem bastante câmera aí.

Josmar: Deve ter umas 20 câmeras aí.

Pesquisador: Nossa.

(...) barulho de contagem das câmeras por Josmar.

Josmar: 24 câmeras aí.

Pesquisador: Por aí, parece que tem até mais.

Josmar: Aí, tudo colorido, qualidade, aí, você quer olhar a minha casa, eu já sei o número da câmera, a minha é 14.

Pesquisador: Hã, sei. Dá pra ver o movimento ao vivo ali.

No bairro Shangri-Lá, também foram implantadas novas tecnologias, como placas de área monitorada e a criação de grupos de WhatsApp. Não foi possível aferir quando se deu a adoção dessas outras práticas, mas foi verificado que as placas foram instaladas nas extremidades do bairro, onde existe um ponto de prostituição (ver Anexo B, foto 4, 5 e 6).

Sobre os grupos de discussão de segurança via WhatsApp, em março de 2016, foi transmitida, pela imprensa local, uma matéria sobre a utilização da tecnologia.<sup>73</sup> Além disso, a comunicação dos moradores do Shangri-Lá via rede social foi mencionada pela líder Lurdes, quando explicou o funcionamento do alarme do bairro:

Lurdes: Nos bairros que foram colocados, é, em um quadrante de dez casas, tinha um sistema de voz, que a gente chama, com controle remoto. Importante falar também que a ferramenta que a gente usa é a telefonia, que eu esqueci de mencionar, e também a parte de dados, que seria o WhatsApp.

Pesquisador: As redes sociais, assim? O grupo de WhatsApp para comunicação, né?

A utilização das novas tecnologias, tanto no Shangri-Lá (alarmes, placas, monitoramento e WhatsApp) quanto no Santa Mônica, (alarmes, placas, câmeras e WhatsApp) comprovam a renovação do nódulo de segurança do VS nas áreas estudadas. Tal qual as antigas, as novas ferramentas foram custeadas pelos

---

<sup>73</sup> Para mais informações, ver FOLHA DE LONDRINA. **Vizinho Solidário Alerta sobre o uso correto.** Londrina, 10 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/vizinho-solidario-alerta-sobre-o-uso-correto-941559.html>>. Acesso em: 03 out. 2019.

moradores, sendo que, no que se refere ao Santa Mônica, Érica menciona o pagamento mensal do acesso às câmeras/alarmes e, quanto ao Shangri-Lá, a liderança Lurdes afirma que o Programa é voluntário da comunidade, não recebe qualquer ajuda de custo por parte do governo:

Pesquisador: Está certo. Teria alguma fonte de custeio, assim, Lurdes, para o programa? Alguma fonte de custeio de alguma entidade, de algum órgão, para funcionar? Ou no início tinha? Como que foi sempre com iniciativa dos moradores?

Lurdes: Sempre foi voluntário. Existem pessoas que vendem plaquinha, alarme, para ganhar dinheiro em cima de um projeto, que na verdade, a ideia é a mobilização social, né. A mobilização das pessoas. Mas, assim, ajuda financeira não teve nunca de ninguém.

A finalidade dessas novas tecnologias era ampliar a visão dos moradores do que ocorria em torno de suas casas com a menor exposição possível, ao mesmo tempo, percebe-se a existência de práticas e noções de ordem em relação a algo/alguém considerado estranho e diferente, e que, de alguma forma, não era bem-vindo na área.

Na próxima seção, será demonstrado como essas ideias de ordem adotados pelos integrantes dos nódulos embasam a adoção de práticas e táticas, por vezes, excludentes e constrangedoras entre os VS, e alguns agentes nas áreas em estudo.

## **4.2 Práticas, tecnologias e noção de ordem**

O VS, em sua concepção, traz a ideia de os moradores observarem melhor o que ocorre em sua vizinhança, trocarem informações e se ajudarem, e, caso observarem algo que pode representar violência/criminalidade, acionarem a Polícia. Ou seja, o Programa estimula a observação, a ajuda mútua, a comunicação e o acionamento do órgão policial em caso de necessidade.

O policial Vagner, que auxiliou o VS do Santa Mônica, falou de alguns dos pontos principais que definem o programa de vigilância comunitária:

Vagner: O que é VS? O próprio termo indica. Eu tenho que cuidar de você. Algumas coisas básicas, se eu vou viajar, poxa se eu vou viajar é claro que se (...) em frente de casa as sujidades vão cair lá, folhas, e se um criminoso passar em frente à minha casa e ver o acúmulo de folha, se ele perceber que no quintal da minha casa tem cinco jornais jogados, dez jornais jogados, se ele perceber que eu tenho um periódico jogado lá em pô, empilhado, é claro que não há ninguém na casa.

Pesquisador: Entendi.

Vagner: Se ele perceber que durante o dia, a luz continua ligada, a luz em frente da casa, que alguém deixar pra deixar a impressão que tem gente, ele vai perceber que não tem ninguém, é o contrário. O que que é o VS, qual que é o papel? Orientação técnica que o policial passa. Poxa, vai viajar, chama lá sr. João, toma aqui a chave da minha casa, a chave do portão, quando o senhor for limpar o do senhor, dá uma limpadinha de vassoura, recolhe o meu jornal, por favor, quando o senhor for viajar, eu faço o mesmo pro senhor. Isso é VS, isso inibe crimes, então, o que a polícia faz é dar dispositivos, eles próprios adquirem, e com, base no conhecimento técnico dela, da formação policial, ele vai passando essa experiência, o pessoal vai aplicando isso.

A liderança Lurdes, do Shangri-Lá, também expôs os princípios básicos do Programa. Outros modelos, apesar de, às vezes, não serem chamados de VS, fundam-se também na atenção e na cooperação entre vizinhos:

Pesquisador: Certo. Atualmente, você orienta ou mobiliza mais pessoalmente ou mais por WhatsApp, como que funciona isso?

Lurdes: Atualmente, eu não tenho feito reuniões, até por questão do trabalho, apesar de sempre ter alguém perguntando como funciona. Eu sempre oriento a liderança, explico como funciona, muitas pessoas, hoje, já que o projeto é conhecido, a gente vê vários bairros já com o grupo de WhatsApp, mobilizados, não tem o nome VS, mas a ideia é do VS, que é o vizinho ser solidário com o outro, é um cuidando do outro. Então, eles não têm nome, mas tem uma força bem bacana aqui. A gente vê em vários bairros, até condomínios que não são fechados, mas são condomínios que são horizontais, que são semiabertos, funcionam. A gente já chegou a implantar em um condomínio vertical.

Em outro momento, Lurdes falou acerca da observação e da maior atenção aos espaços no bairro, e sobre como isso auxilia na identificação da criminalidade e da prostituição no Shangri-Lá:

Lurdes: Ah, é a questão, quando você implanta o VS, você fala para as pessoas ficarem mais alertas. E aí, elas começam, naturalmente, observar movimentos diferentes no bairro ou situações diferentes. Então, as pessoas começam a observar mais. Então, começam observar para transitar na rua, não andam tão distraídos, entendeu? Então, começa a ficar uma coisa mais natural, que a gente não tem isso, aí, a gente começa a estimular, então isso faz com que as pessoas consigam visualizar. Então, ela visualiza, por exemplo, dando um exemplo, surgiu a situação que a gente conseguiu identificar que tinha tráfico de drogas, a prostituição, e tinha uns olheiros que ficam na esquina, ficavam transitando.

As táticas de ocupação residencial e de auxílio entre vizinhos relatadas pelo policial Vagner e o melhor conhecimento socioespacial relatado por Lurdes são princípios e práticas básicos do VS, enquanto um Programa de vigilância comunitária. Ainda que algum nódulo de segurança local se desenvolva com base nessas ideias, independentemente do nome que tiver, compartilha da essência do que é o VS.

Sendo assim, o modelo de segurança nodal comunitária do tipo VS estimula a integração, a ajuda mútua e a observação socioespacial na vizinhança. Com isso, os moradores passam a se conhecer melhor, a olhar o espaço em que vivem/circulam e a elaborar estratégias de defesa. As táticas de segurança adotadas por motoboys em Salvador, por exemplo, demonstram a importância do conhecimento adquirido pelos profissionais das duas rodas, no sentido de o indivíduo conhecer bem o espaço em que circula/trabalha e saber se proteger, ou até se evadir em situações momentâneas de periculosidade (PAES-MACHADO; RICCIO-OLIVEIRA, 2009).<sup>74</sup> Por este ângulo, estas táticas podem ser pensadas também no âmbito das vizinhanças ao levar em conta as relações entre moradores. Isso significa que a percepção que o residente tem a respeito do bairro/área residencial e dos outros residentes demonstra aspectos subjetivos de julgamento a determinados moradores locais. Além disso, os julgamentos também são direcionados aos outsiders naquele contexto socioespacial, possível alvo de atenção e vigilância dos residentes da área.

Na realidade do VS, a percepção que o residente da comunidade e dos outros residentes demonstra como o conhecimento é formado para se construir a ideia de um morador da área, ou de quem seria um *outsider* naquele contexto socioespacial, possível alvo de atenção e vigilância dos residentes da área.

A definição de moradora do Santa Mônica, Paloma, resume bem os elementos presentes em outros depoimentos que são essenciais para a caracterização do perfil de alguém que chamaria a atenção dos moradores, levando-se em consideração, também, o que é falado no grupo de WhatsApp:

Pesquisador: O que você acha que é uma coisa estranha que acontece no bairro e que dá um alerta, que você notava nas discussões assim?

Paloma: Você fala por parte de assaltantes?

Pesquisador: Aham. Assim, uma luz amarela. Isso pode ser algo que..

---

<sup>74</sup> Para mais informações ver seção 2.2.1 da revisão bibliográfica.

Paloma: O bairro é muito calmo, né? Não tem comércio, quase todo mundo trabalha, é um bairro mais deserto, né? E normalmente se tem alguma pessoa estranha andando na rua, uma pessoa diferente, uma pessoa com uma aparência que você vê, se passa olhando muito pra dentro das casas, né? É a hora que dava um... Aí a pessoa falava: olha, essa pessoa está aqui, está passeando no bairro, né? Porque não é um bairro que a pessoa está lá por algum motivo se ela não está visitando alguém. Não tem comércio, não tem nada, né?.

A fala da moradora indica que a forma de se vestir e a maneira de circular de uma pessoa, olhando para dentro das residências, pode chamar atenção. Entende-se que, por se tratar de uma área com pouco comércio, geralmente, não há motivo para alguém transitar na região se não for morador ou o visitante de algum morador específico.

No Shangri-Lá, diferentemente do Santa Mônica, há empresas, escolas, redes de telecomunicação e um mercado tradicional da cidade (Anexo B, foto 8). No entanto, ainda que seja esperado um fluxo maior de pedestres e de veículos no bairro, a liderança Irene diz, o que é visto como estranho e desperta a atenção dos populares são pessoas que passam repetidamente pelo mesmo local, ou carros que ficam estacionados sem que seus condutores saiam para fazer algo, ou mesmo indivíduos que passam observando claramente as residências mais de uma vez:

Pesquisador: Ah tá... e o que é movimento estranho pra você, dona Irene? Isso aqui tem que prestar atenção.

Irene: Gente que passa, repassa e fica passando várias vezes ou a mesma pessoa, ou então sempre um carro parado sem fazer nada, sabe?

Pesquisador: Aham.

Irene: Esse tipo de coisas assim. Quando a gente nota que tem alguém observando mais uma casa.

Além disso, no Shangri-Lá, como há a circulação das profissionais do sexo e de moradores de rua na praça Dom Pedro I (ver Anexo B, foto 7), para o residente Leonardo, o estranho está relacionado a pedintes que transitam no local e à movimentação de veículos em busca de garotas de programa:

Pesquisador: Interessante. E o que que é um movimento, uma coisa ou um movimento estranho pra vocês ali, Leonardo? Que chama atenção?

Leonardo: A prostituta que a gente sabe. Pela aparência dela você sabe que é prostituta. No caso da minha rua.

Pesquisador: Uhum.

Leonardo: No caso da minha rua, seriam as prostitutas. Tem muita gente. Uns pedintes esquisitos. Que eu até deduzo que sejam

moradores da praça. Malvestidos. A gente também não pode. Tem gente que é malvestido, mas é.

Pesquisador: Entendi.

Leonardo: Mas é esse tipo de coisa. Como é um tipo de bairro que tá na Leste-Oeste, tá na Tiradentes, quer dizer, a pessoa corta caminho, então você tem que ficar de olho.

Pesquisador: Sei. E vocês também observam, pelo que eu vi, movimento de carros também.

Leonardo: Carros. Na minha rua, especificamente carros por causa da prostituição.

Pesquisador: Entendi.

Diante da construção de um saber sobre o que é considerado estranho para os residentes do bairro do Centro (Shangri-Lá) e da área residencial da Zona Norte (Santa Mônica), percebe-se como são definidas as práticas, ou as estratégias de segurança, como o uso de recursos e de tecnologias pelos integrantes do VS dessas localidades. Muitas dessas práticas podem ser orientadas em treinamento/reuniões com a polícia, conforme exposto pelo policial Vagner. No entanto, há situações em que o Estado não tem condições de atuar, seja por limitações materiais, seja por falta de amparo legal (que seria o flagrante de uma ação criminosa, ou um fato que se constitui imoral, mas não ilegal e passível de atuação policial).

Ante o que é considerado estranho e indesejado nas áreas em estudo, apesar de suas diferenças econômicas, geográficas e populacionais, vê-se, em ambos os lugares, práticas similares de acionamento de tecnologias, motivadas pelo enquadramento do que é diferente/estranho para os moradores das áreas.

A descrição da prática de acionamento do alarme se repeliu em cinco depoimentos. Três moradores do bairro Central e dois da área da Zona Norte, por conseguinte, confirmaram a prática do acionamento do alarme diante de algo que aparente ser diferente/estranho. Como *modus operandi*, o morador dispara o alarme a partir da observação, geralmente pela câmera, de que alguém/algum veículo, que pelo jeito de se vestir/transitar, não é identificado como um residente ou possível visita de um residente da localidade, sendo visto como ameaça/incomodo para a vizinhança.

Rodnei retrata bem esse tipo de prática de acionamento do alarme diante do que é considerado estranho:

Pesquisador: O que vocês acham que é uma coisa estranha. Que tá acontecendo no bairro e vocês acham que tem que ficar atento assim?

Um movimento estranho, uma coisa estranha. Tem alguma referência pra vocês sobre isso?

Rodnei: A gente vê alguma coisa estranha, a gente simplesmente aciona (se referindo ao alarme). Um carro que passa duas, três vezes, eu pessoalmente, a gente fica assim. E na dúvida se é um cara do aplicativo que tá procurando uma casa pra pegar alguém. Mas quando ele tiver uma moto, dois na moto pra lá e pra cá, a gente já fica preocupado. Ou a pessoa transitando de a pé, olhando todos os quintal, esse tipo de coisa.

O padrão estabelecido, motivado por casos de criminalidades envolvendo o criminoso que chega de moto,<sup>75</sup> ou que passa analisando a vizinhança para entender a rotina e verificar possibilidades de ação criminal, encontra-se arraigado no saber dos residentes do Shangri-Lá e também do Santa Mônica. Percebendo uma situação que se enquadre nesse modelo, é provável que o morador que participe dessas experiências de vigilância comunitária acione o alarme.

Dessa forma, das ocorrências criminais vivenciados nessas localidades, adveio a ideia de ordem que se legitimou e que tomou força, independentemente de leis formais estatais. Na seção 1.1.2, abordou-se a noção de ordem como uma dimensão da governança nodal a ser observada dentro de um contexto em que leis/ordenamentos informais possuem uma efetividade maior do que leis de Estado, que geralmente buscam atender interesses sociais gerais (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

O ordenamento do Estado não consegue atender, ou abarcar, todas as realidades. Assim, surgem práticas locais que passam a existir paralelamente às leis comuns, com vistas a uma governança da segurança mais ágil/eficaz do que o protocolar acionamento da Polícia por vias convencionais. Procedimento este que consiste na realização de uma ligação e na espera/acompanhamento da ação policial, para que, em seguida, seja feito um Boletim de Ocorrência (B.O.). Para além disso, legitimado pela lei estatal, há a possibilidade de prisão em flagrante, mas muitas vezes perigoso por exigir a exposição da integridade física de quem realiza a prisão.

---

<sup>75</sup> Em um trecho da entrevista com Alberto, ele descreve uma situação de assalto no ano de 2015, em que o criminoso chegou de moto: “Alberto: No sábado. **Aí, no domingo, os caras viram que a gente tava arrumando a porta, colocando a porta nova, os caras vieram.** E a outra vez. **Faz uns quatro anos. Antes da gente colocar a câmera também.** Minha esposa tava chegando de carro. Era umas 10 horas mais ou menos. E ele me ligou avisando que tava chegando, e ele tava sem o controle, eu tava na janela aí eu acionei o portão. **No que eu acionei que ela tava chegando, dois cara de moto pararam atrás dela aí, falaram pra ela descer do carro aí levaram o carro.**”

Então, diante do risco e da morosidade e até risco do agir respaldado pelo ordenamento estatal, a criação de procedimentos e de procedimentos informais acaba sendo uma alternativa contra a ineficácia, a lentidão e até a ausência do Estado, no que se refere ao seu órgão policial. Além disso, em uma realidade em que o moral e o legal não se comunicam, tais práticas ficam mais latentes, marcadas por um ordem moralizadora ecoada de grupos comunitários.

Os integrantes do VS Shangri-Lá revelam isso quando mencionam as suas tentativas de coibir a prostituição, que aparece ligada ao tráfico de drogas, por meio do acionamento do alarme, a fim de impedir a ação/circulação de profissionais do sexo na área. Isso sobressai na fala de Horácio e de Amanda:

Amanda: "Tem gente estranha, já estamos acionando a segurança" (se referindo a mensagem do megafone/alarme)

Maria: Isso.

Horácio: A pessoa cai fora, viu, vai embora.

Amanda: Às vezes, tinha o pessoal até vendendo droga aqui na esquina, umas mulheres esquisitas, daí já ligavam. Alguém acionava (se referindo ao acionamento do alarme)

Horácio: As mulheres de rua (se referindo as profissionais do sexo), muitas vezes vinha por aqui e passava e a gente ligava esse negócio, durante o dia mesmo, a gente ligava e aí ia embora.

Amanda: Era tão alto que a gente aqui de dentro, a gente assusta. Ficou pertinho aqui de casa. A pessoa que aciona é a pessoa que tem que parar.

Essa associação da prostituição com o tráfico de drogas já era feita desde o início do VS no Shangri-Lá,<sup>76</sup> sendo que o direcionamento dos recursos e das tecnologias para sufocamento das atividades de prostituição, nesse caso, tornou mais visível a ordem legitimadora das práticas de acionamento do alarme.

À medida que as entrevistas foram sendo realizadas, percebeu-se que existe uma tensão clara entre os moradores do bairro da Região Central (Shangri-Lá) e as profissionais do sexo.<sup>77</sup> Na terceira entrevista, foi utilizada a expressão "coisa indesejável" pela moradora Marta, quando esta se referia a prostitutas/prostituição,<sup>78</sup> e, conforme outros depoimentos foram sendo coletados, notou-se que o termo

<sup>76</sup> Ver trecho da entrevista da líder Lurdes na seção 3.1.

<sup>77</sup> Para mais informações, ver FOLHA DE LODRINA. **Bairro nobre é cercado pela prostituição.** Londrina, 02 mar. 2000. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/bairro-nobre-e-cercado-pela-prostituicao-263583.html>>. Acesso em: 07 out. 2019.

<sup>78</sup> Ver trecho da entrevista Marta, seção 3.2.1.

indesejado traduz um sentimento comum entre os moradores da região em relação às garotas de programa e às travestis que utilizam o bairro para encontrar seus clientes.

O entrevistado Leonardo mencionou um embate sério que teve com uma travesti, que resultou em discussão e em denúncia na delegacia:

Leonardo: Ali (se referindo a rua onde mora) tinha um problema sério de prostituta. Problema sério de travesti.

Pesquisador: É? Ainda tem?

Leonardo: Eu já fui parar na polícia com isso.

Pesquisador: Sério?

Leonardo: Opa, já fui na polícia, já fiz B.O. na delegacia, ali em baixo, perto do Fórum ali.

Pesquisador: É mesmo?

Leonardo: É. Por causa de Prostituta.

Pesquisador: Como que foi isso exatamente, Leonardo?

Leonardo: Oh, foi uma briga feia, porque eu já não aguento mais. Eu tava saindo de casa, hoje eu tenho duas menininha,

Pesquisador: Aham.

Leonardo: Eu saí de casa aquele bicho, com os danado pra fora ali.

Pesquisador: Você fala com os trajes meio sumários?

Leonardo: Não, não. Peito pra fora mesmo, pra falar o palavrão, o danado pra fora, eu falei "há isso aí não dá pra aguentar". Eu liguei pra polícia e registrei queixa.

Pesquisador: Aham. Foi quando isso aí mais ou menos?

Leonardo: Há, faz uns 2, 4, uns 3 anos atrás.

Pesquisador: 3 anos.

Leonardo: É, fui parar na polícia.

Pesquisador: Você chegou a bater boca assim?

Leonardo: Bati boca. Foi feio o negócio. Aí a polícia falou. Você vai ter que fazer um B.O. Então, eu faço.

Pesquisador: Aham.

Leonardo: Fizemos um B.O., eu, minha esposa, um vizinho nosso, do lado também. Coincidentemente minha mãe, que mora na mesma rua, desceu pra ajudar também.

A liderança Lurdes, em entrevista, também afirmou que, no final do ano passado (2018), houve um embate similar. O morador envolvido precisou ir à delegacia, pois alegou que foi agredido por uma travesti.

A fala desses entrevistados é muito enfática quanto a não aceitarem a presença das profissionais do sexo na área em que moram. Leonardo relatou

práticas proativas, como a ronda em pontos de concentração de algumas profissionais, nas proximidades a sua residência, além da tentativa de constranger clientes filmando/tirando fotos no momento em que falavam com as garotas. Ele mencionou, ainda, que muitos clientes fugiam quando percebiam que estavam sendo filmados/fotografados e que aquela ação ajudou a diminuir a prostituição no bairro:

Leonardo: Depois nós fomos fazendo essas ações. Tipo assim. Meu vizinho é você.

Pesquisador: Aham.

Leonardo: Então, vamo lá, vem a prostituta, o que que a gente faz? A gente abre a porta põem a cadeira mesmo, põem a cadeira na rua, que nem nós tamos (nesse momento ele estava sentado numa cadeira ao meu lado e encena como se estivesse fazendo a ação mirando de forma séria algo à frente) . Não mais de bater boca com ela, ou com ele, seja lá o que cada um pensa, mas de abordar os clientes. O cliente vinha, via a gente lá, a gente (...)

Pesquisador: É mesmo? Há, vocês tavam meio que filmando?

Leonardo: Isso. Tirando umas fotos. Cara. Vou falar pra você que acabou eu vou tá mentindo.

Pesquisador: Aham.

Leonardo: Mas 95% acabou.

Pesquisador: Isso era um efeito meio intimatório?

Leonardo: Isso.

Pesquisador: Aham. Além disso (frase não concluída).

Leonardo: Porque, na verdade, o cara é casado, não é não é? Oh, cara, se você não tem compromisso com ninguém, a vida é tua, você faz o que você quiser, mas 99,99999 é nego casado.

Pesquisador: É?

Leonardo: É nego com compromisso que quer fazer aventura. Não é gente (...)

Pesquisador: Por que você acha isso?

Leonardo: Porque eu já tive problema, inclusive de um que abordei e o cara falou, qual que é o problema, eu sou solteiro, eu faço o que eu quiser.

Pesquisador: Há, você chegou a conversar com o cliente?

Leonardo: Cheguei a conversar com essa pessoa. 1%. De todos que eu abordei, não vou mentir, de 100, só um me respondeu isso. O resto faz o que? (entrevistado faz gesto de quando a pessoa está fugindo de algo).

Pesquisador: Há, tá. Ia chegando próximo.

Leonardo: Você vai com o celular perto do cara e o cara "tiufe" (sonoplastia de quando alguém foge).

Pesquisador: Há. tá.

Leonardo: A por quê? Se o cara faz isso, é porque tem culpa no cartório.

Pesquisador: Entendi. Você fez isso algumas vezes, então?

Leonardo: Um monte de vezes, não foi algumas vezes. Foi um monte de vezes.

Pesquisador: Durante. Que ano que foi isso aí?

Leonardo: Eu faço até hoje.

Pesquisador: É?

Leonardo: (risos)

Pesquisador: Entendi.

Leonardo: Faço até hoje. Até, inclusive, eu corro um risco de tomar um tiro, coisa assim. Porque, às vezes eu pego um cara que, meio. Hã?

Pesquisador: Imagino.

Da mesma maneira que as profissionais representam o estranho, são indesejadas e vistas como um problema pelos moradores e integrantes do VS, aquelas também consideram problemática e moralizante a maneira como os residentes do Shangri-Lá agem.

Nas três entrevistas com as profissionais que atuam, ou que já atuaram, no mercado sexual, foram descritas situações em que elas acreditam terem sido indevidamente abordadas, ou ofendidas por moradores. Desde xingamentos ofensivos por estarem em alguma rua no bairro aguardando um cliente até abordagem intimidatória, apenas por estar sentada, descansando, em alguma calçada do bairro da região central.

No caso da profissional do sexo Márcia, ela relatou que uma moradora saiu de casa e simplesmente a ofendeu por estar no fim da rua esperando um cliente. O fato ocorreu há menos de um ano e, no momento em que contou a história ao pesquisador, ela se mostrou bastante indignada:

Pesquisador: Hã, verdade. Não dá pra entrar ninguém. Então, ouvi falar que tem uns moradores que brigam com as garotas aqui do Shangri-Lá porque tava (sic) fazendo ponto próximo à casa da pessoa. Você tá sabendo de algo?

Márcia: Olha, uma vez aconteceu com uma amiga minha. Ali naquela rua (começou o relato da história dizendo que tinha acontecido com uma amiga).

Pesquisador: Como foi isso?

Márcia: A mulher saiu e começou a xingar e até chamou a polícia, mas não deu nada.

(...)

Pesquisador: Mas naquele caso da mulher que saiu xingando. Ela tava com celular na mão filmando, ou tirando foto?

Márcia: Isso eu não sei. Mas aquela mulher deveria ter cuidado da vida dela. A gente não tava fazendo nada de errado (neste 2º momento, ela começa falar em 1ª pessoa). Ela deveria ter ficando em casa lavando louça. A gente não tava (sic) pelada ou mostrando o corpo. Ela foi chamar a polícia e se deu mal. A polícia chegou lá e não deu nada. Conversamos com eles, e eles foram embora.

Pesquisador: Sério? E quando foi isso?

Márcia: Ah, faz algum tempo.

Pesquisador: Mas meses?

Márcia: Faz.

Pesquisador: Mas chegou a dar um ano?

Márcia: Não, não faz um ano que isso ocorreu. Mas faz mais de 6 meses.

O constrangimento por insultos/xingamentos ocorreu também com outra profissional do sexo, a Patrícia. Segundo ela, há cerca de 2 anos, uma moradora do Shangri-Lá chegou a utilizar um microfone para ofendê-la, chamando-a de “vadia”, ela e uma amiga, dizendo para saírem de frente de sua casa e que iria chamar a polícia:

Pesquisador: Patrícia, nossa você nunca ouviu falar de caso dos moradores do Shangri-Lá tentarem espantar os clientes das garotas com celulares, tirando fotos ou filmando?

Patrícia: Filmando não, mas tem uma mulher que ficou gritando com um microfone.

Pesquisador: Sério? Como assim?

Patrícia: Ela ficava chamando a gente de vadia, que era pra gente sair da frente da casa dela, que ia chamar a polícia.

Pesquisador: Onde foi isso lá no bairro?

Patrícia: Perto ali, de onde você fez o retorno pra me pegar. Umas três casas ali pra cima, do lado esquerdo da rua?

Pesquisador: Foi quando isso?

Patrícia: Faz uns 2 anos. Aí, ela chamou a polícia.

Pesquisador: Mas por que será?

Patrícia: Ela tem um filho pequeno, aí disse que a gente fica se mostrando perto da casa dela. Mas aí respondemos umas perguntas pra polícia e não deu nada.

Pesquisador: Imagino.

Nas duas situações vistas, houve práticas de constrangimento com exposição e xingamento das profissionais por moradores do Shangri-Lá. Esse procedimento, adotado pelo núcleo de segurança do VS Shangri-Lá, funda-se na ideia de ordem de que as garotas de programa não condizem com aquele espaço, são *outsiders* que devem ser retiradas. Assim sendo, como o Estado não pode agir, o *modus operandi* adotado pelos colaboradores do Programa foi o da exposição, seja de clientes (casos de foto/filmagem com celular relatados por Leonardo), seja das profissionais, que sofrem com ofensas e xingamentos (conforme relatado por Márcia e Patrícia).

O caso narrado pela ex-garota de programa Cristina chama atenção pelo fato de o morador, no momento da abordagem, ter se identificado como integrante do VS e ter agido para intimidá-la/constrange-la simplesmente por ela estar naquele espaço:

Cristina: Eu, por exemplo, o que que eu sofri do VS? Uma vez eu tava indo pra Tiradentes. Geralmente, quando eu vou fazer as minhas voltas, é eu, eu levo minha modelinho da bolsa, tal, né? Porque eu sou uma pessoa bem assim, discreta, eu não gosto de ficar me aparecendo muito, né? Então, eu chegava ali e trocava o meu modelinho, né? E tal. Inclusive, teve esses. Aí, eu parei num lugar, sentei, né, que eu tava cansada, né? Aí, eu fiquei sentada um pouquinho, porque, né, eu não tenho problema nenhum em sentar no chão. Eu sou artista de rua, né?

Pesquisador: Uhum.

Cristina: Aí, o Vizinho, esse menino parou.

Pesquisador: Sei.

Cristina: Aí, ele disse: “você não pode ficar aqui, vai embora”. Falei: “por que que eu não posso ficar aqui?”

Pesquisador: Isso no Shangri-Lá, você falou, né?

Cristina: Isso. É. “Há, porque aqui não é lugar”. Eu falei: “Lugar de quê? Me responde”.

Pesquisador: Uhum.

Cristina: Né? Aí ele: “Porque você tem que tá lá pra cima”. Eu falei: “Não tenho que tá lá pra cima, eu tenho que estar onde eu acho que eu estou. Que eu tenho que tá. Por quê? Você é policial?”. Falei: “Você tem algum distintivo que você acha que você pode me colocar pra fora daqui?”. “Há eu sou do VS”. Eu falei: “O problema é seu se você precisa disso pra sobreviver, querido, eu preciso estar aqui, eu não vou sair daqui e você vai fazer o que querido? Me fala, você vai me tirar daqui?”.

Pesquisador: Uhum.

Cristina: “Me tira então”. Aí, ele ficou me olhando. Falei: “Há, você vai ficar me admirando? Tudo bem, fique me admirando”. Aí, continuei sentada e ele parado.

Pesquisador: Nossa.

Cristina: Aí, eu continuei sentada e ele parado. Aí, eu comecei a fritar a cabeça dele.

Pesquisador: Aham.

Cristina: Né? Porque, daí, ele parado, vai ter que me aguentar, né? (a entrevistada dá uma gargalhada). No final, eu saí sorrindo, sobrevivente, né? Eu acho que a gente até quase fez uma amizade. Mas eu sim.

Essa fala permite inferir o relativamente baixo poder simbólico dos agentes do VS. Eles não são percebidos pela ex profissional do sexo como uma autoridade, tal como o policial, pois são desprovidos de ferramentas simbólicas como o uniforme, status do cargo e o respeito público, que os obriga a lançar mão de uma série de táticas mais sutis de policiamento das garotas – o constrangimento e a exposição, corroborados pelos depoimentos anteriores de Leonardo, Márcia e Patrícia. Por outro lado, percebe-se o poder simbólico da polícia nessa fala, a quem é atribuída a faculdade de afetar a circulação das pessoas no espaço público, ainda que elas não estejam cometendo nenhum delito ou crime.

Relembrando o poder simbólico da caixa de ferramentas de Shearing (2003), mencionado no Capítulo I deste trabalho,<sup>79</sup> a tática de uso de um poder simbólico visa conseguir o consentimento para realizar, ou não, determinada ação. Mas, no caso do morador integrante do VS, isso não ocorreu, pois Cristina não cedeu à exigência do residente.

Em outro momento da entrevista, Cristina afirmou que as meninas exercem um trabalho que é demandado pela sociedade – moralizante e, ao mesmo tempo, higienizadora –,<sup>80</sup> mas que buscam fazê-lo da maneira mais organizada e discreta possível, sendo que as reclamações de moradores/instituições foram situações específicas, causadas por profissionais que não são de Londrina, cabendo ao incomodado tomar as providências judiciais que julgar necessárias.

---

<sup>79</sup> Para mais informações, ver kit de ferramentas (SHEARING, 2003), também mencionado na seção 1.1.2.

<sup>80</sup> Cristina não atua mais como profissional do sexo, mas relata que muitas vezes as meninas (principalmente travestis) estão lá porque não conseguem outras oportunidades na vida, pois não conseguem a “passabilidade”, ou seja, circular e ter atividades/empregos formais na cidade durante o dia sem serem vistas como estranhas/indesejadas.

O trecho a seguir ilustra casos de tensão e atrito com as profissionais do sexo nas proximidades de um colégio no Shangri-Lá, quando Cristina, entre 2012 e 2016, precisou justificar, perante uma autoridade policial, a situação das garotas, enfatizando que há uma tentativa infundada de criminalizar as atividades relacionadas a programas sexuais:<sup>81</sup>

Cristina: Eu recebi. Na época em que o Kireeff era Prefeito ainda, e aí a (...) me ligou da Secretaria da mulher dizendo que o dr. (...), que é o Delegado Chefe daqui de Londrina, que tava tendo um problema e precisava falar comigo.

Pesquisador: Aham.

Cristina: Eu cheguei lá nessa região com o delegado chefe na 10ª subdivisão de policial, e, aí, estava uma questão que ele veio trazer pra mim, que era a reclamação da Instituição (...). Que tinha ligado pra ele pedindo pra que ele tomasse providências pra que fosse tirada as pessoas em torno do (...), porque os pais estavam reclamando.

Pesquisador: Aham. Nossa.

Cristina: Nossa. E eu disse: “É pra isso que você me chamou aqui?”. Eu disse: “Isso é um caso pontual”.

Pesquisador: Um rum.

Cristina: Ai é que eles disseram que elas estão ficando nuas ali, né. Então, a questão da nudez sempre teve, é um problema sério. O problema é que quem tem a nudez quanto forma de trabalho, geralmente não são as londrinenses, mas a gente tem algumas meninas que gostam de levantar a saia e de se exhibir um pouco mais, né? Enfim, a gente não sabe o porquê, mas deve ter um motivo, né? Sei lá, pra poder tá fazendo esse tipo de situação. Eu, por exemplo, nunca levantei a minha saia. Mas eu sempre soube que a nudez é o que incomoda muito os moradores, né?

Pesquisador: Aham.

Cristina: Tão, pensando que é um caso pontual, eu orientei desta forma. O que aconteceria, né? Se as pessoas tivessem essa atitude de ficar nua? Você não deveria cobrar dela, ou você não tomaria alguma providência, né? Jurídica. Né, então eu acho que é a mesma situação. Porém, existe a questão da prostituição, que é uma profissão. E as pessoas estão ali porque são profissionais do sexo, né? E elas são profissionais do sexo porque isso é um comércio que existe e é sustentado pela própria sociedade, que cria esse comércio. Então não tem porque ser criminalizado.

Pesquisador: Uhum

---

<sup>81</sup> No trecho transcrito, o nome pessoas/instituições foi suprimido para zelar pela sua segurança e privacidade.

Cristina: Né? E aí, né, ele pediu pra que eu tomasse providências, pra que eu organizasse isso, né? Então a prostituição, de alguma forma, ela é organizada.

Pesquisador: Uhum.

Cristina: Só que tem casos pontuais que incomodam os vizinhos, né? Mas isso não é da comunidade trans.

Pesquisador: Sei.

Cristina: Geralmente, quem faz isso são pessoas que tão passando pela cidade. Que não são da cidade, né? Que usam desses artifícios. A gente que é londrinense, a gente cuida da cidade. A gente cuida da vizinhança.

Pesquisador: Entendi.

Cristina: Né? A gente deixa limpinho, né? Tem algumas meninas que ficam fazendo programas na frente, né? Mas elas têm os lugarzinho, elas vão pro motel. Então, você tá entendendo? Elas vão pro Drive-in. Não tem essa coisa de ficar ali, sabe? Aquilo é só um ponto de encontro. Mas sempre houve criminalização sim da sociedade, né?.

Essa tensão e animosidade entre os moradores do Shangri-Lá foi constatada nas entrevistas tanto com integrantes do VS do bairro quanto com profissionais do sexo atuantes, ou que já atuaram na área. As profissionais relatam casos de xingamento, de ofensa e de tentativas de criminalização da atividade, enquanto que os moradores integrantes do VS Shangri-Lá cristalizaram a noção de ordem de que as/os indesejados (como as garotas de programa) não são bem-vindos na vizinhança, adotando, assim, práticas inibidoras da circulação dessas pessoas.

Diante dessa tensão e desse impasse entre as partes envolvidas, Cristina admite, em relato, o envolvimento de algumas profissionais do sexo com uso/tráfico de entorpecentes:

Pesquisador: É nessa pegada que você comentou, tem cliente que chega chapado? Ou com (frase não concluída)?

Cristina: Muito, as drogas são parte dessa estrutura, querido.

Pesquisador: Aham.

Cristina: Eu, por exemplo, tomo muito cuidado com isso. Os clientes chegam com cocaína, com crack pra você, te pagando pra você usar, muitas vezes.

Pesquisador: Quer curtir um barato com você?

Cristina: Às vezes, ele querem levar você em algum lugar pra pegar. Às vezes, eles querem até que você pegue. Eu sempre dizia: “Meu querido, eu não sou traficante”.

Pesquisador: Aham.

Cristina: Você vai e busca.

Pesquisador: Sim.

Cristina: “E eu não uso por dinheiro”. Eu falei: “Eu não uso drogas”, eu sempre disse assim. Né, eu, então, realmente, porque a droga é destrutiva, quando a gente tá na rua, a gente tem que tá consciente, eu sempre tive essa consciência. Mas as meninas não têm tanto. Assim, a droga hoje. Hoje, tem muitas meninas que estão na rua pra sustentar seu vício.

Pesquisador: Sério?

Cristina: E eu tinha muito medo disso. De terminar dessa forma.

Pesquisador: Já entrando nessa seara que você comentou, você acha , não quero nomes nem nada, tem pessoas que acaba virando aviãozinho nessa aí?

Cristina: Sim, a gente tem uma amiga que tá cumprindo pena inclusive por isso. Sério? Por que ela era viciada, aí ela começou a acompanhar os clientes. Aí, os clientes vinham já pra usar cocaína e o crack, já pegavam ela, aí iam pra lá, já se abasteciam e iam pro motel. Aí, é um ciclo vicioso. Até a hora que ela começou a se envolver muito com essas questão. Aí, eu não sei o que aconteceu, porque eu não tenho, né?

Pesquisador: Entendi.

Cristina: Mas ela acabou indo pro sistema carcerário e ficou um tempo lá. Eu não sei se ela tá, inclusive, lá mais.

Pesquisador: Entendi.

Em síntese, as práticas, as tecnologias e a ideia de ordem relacionados à verificação do que se constitui algo/alguém estranho e indesejado para os participantes das experiências de vigilância comunitária do Santa Mônica e do Shangri-Lá demonstraram que o nódulo do VS, às vezes, utiliza-se de processos mais distantes de uma vigilância comunitária baseada no consentimento. Por conseguinte, de maneira, muitas vezes, intimidatória, tem-se o acionamento de alarmes (no VS Santa Mônica e Shangri-Lá) e a abordagem constrangedora de clientes/profissionais do sexo no bairro da Região Central. Isso acaba por distanciar o VS do policiamento por consentimento, que a princípio seria algo esperado de um Projeto de vigilância comunitária, mas também não seria um aspecto que aproxime essas experiências de vigilância do que se entende por um processo de policiamento mais coercitivo, semelhante ao desempenhado pelas forças policiais (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

As vias de circulação das áreas em estudo não se constituem propriedades privadas de massa como como shopping centers, parques temáticos, academias ou locais em que se vende algum produto, ou serviço. Mas as táticas de governança da segurança comunitária em questão possuem alguns aspectos em comum, com a desses espaços, por não se utilizarem da força, e buscarem, de forma indireta (câmeras voltada para rua, placas de área monitorada) desencorajar práticas delituosas (SHEARING; WOOD, 2003).

No entanto, ainda que os indesejados que passem por essas áreas da região central e zona norte da cidade possam ser pessoas em condição de vulnerabilidade, e fora do mercado de trabalho formal, os nódulos de segurança do VS não praticam, banimento, ou coação física para impedir a entrada, ou provocar a saída desses espaços públicos (SHEARING WOOD, 2003).

Percebe-se se então, que a tática do policiamento comunitário do Jd. que existe algo peculiar no que se refere as práticas e utilização de tecnologias para afastar, e excluir o que é estranho na vigilância comunitária do Jd. Shangri-Lá, e do Santa Mônica. A noção de ordem, provindo dessas comunidades, legitima ações de constrangimento e exposição com o intuito de selecionar o tipo de veículo, o tipo de pessoa, e até o lapso temporal que eles podem transitar nas vias públicas destas áreas. Ainda que se trate de um bairro central e movimentando, contendo diversos comércios, redes de telecomunicação, e escolas, como é o caso do Shagri-Lá, a fala da líder Irene ilustra bem esse padrão e ideia de condutas que podem despertar suspeitas, e em última instância legitimar táticas pró ativas de filmagem, ou acionamento de alarme.

O termo “exposição seletiva” é o que melhor define essas práticas e táticas de acionamento de tecnologias, com o fim de restringir/dificultar a circulação de agentes indesejados, e de manter a ordem e o padrão social dessas áreas de classe média, e média-alta da cidade norte paranaense. Pois desde que fujam da ideia de ordem e sejam considerados indesejados pelos integrantes dos nódulos de segurança do VS, esses agentes são observados, muitas vezes por sistemas de câmeras, e seletivamente expostos a práticas de acionamento de alarme, de filmagem com celular, e até xingamentos de maneira intimidatória.

Na próxima seção, recuperando algumas discussões sobre a origem e as modificações operadas no VS e suas práticas/tecnologias, será dado enfoque a algumas das características do VS, já abordadas neste trabalho, para a definição da

mentalidade das experiências comunitárias de vigilância, além de serem evidenciados alguns aspectos que podem dar indicativos sobre o futuro dos programas de vigilância no bairro Shangri-Lá, e na área residencial do Santa Mônica e, porque não, em Londrina.

### **4.3 A mentalidade e Perspectivas futuras do VS Shangri-Lá/Santa Mônica**

As duas experiências analisadas demonstram uma duração considerável, desde junho/ julho de 2010, no Jd. Shangri-Lá, e desde o final de 2011, no Santa Mônica. Ao logo desse tempo, uma diversidade de agentes (moradores, lideranças, guardinhas noturnos e rondas e profissionais do sexo), de instituições (Polícia Militar, empresa de segurança, Imprensa, órgãos<sup>82</sup> e poderes públicos, Igreja e Associação de Moradores), de recursos (financeiro e capital social),<sup>83</sup> bem como de práticas (estratégias de prevenção/ reação a violência e o uso de tecnologias, como plaquinhas VS, apitos, câmeras, alarmes e constrangimento moral) integraram a governança nodal nos programas de vigilância comunitária tanto do Santa Mônica quanto do Shangri-Lá.

As experiências de vigilância comunitária abordadas neste trabalho foram constituídas por iniciativa popular, com recursos próprios e voluntários, revelando uma proatividade da comunidade na prevenção e no combate à criminalidade e à prostituição<sup>84</sup> em âmbito local. A transição da utilização de apito para o acionamento do alarme, nas duas experiências, e o constrangimento de profissionais do sexo e de seus clientes por meio de ofensas e da registro/filmagem com celular (nesse caso, no Shangri-Lá) também revelaram estratégias mais expositivas e, por vezes constrangedoras, de segurança/policiamento comunitário.

Essas ações dos nódulos de segurança se iniciaram, nas duas experiências em estudo, em contextos de criminalidade ou, no caso do Shangri-Lá, de criminalidade e prostituição. Percebe-se, portanto, em ambas as áreas, um foco reativo a situações nocivas para os moradores. No entanto, com o passar do tempo, as práticas e as tecnologias implantadas passaram a ter como foco a antecipação de

---

<sup>82</sup> Foi detectada a prática de envio de ofícios e cobranças para melhorias junto aos órgãos: CEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), e à CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina) na fala das lideranças Irene (Shangri-Lá), e Josmar (Santa Mônica).

<sup>83</sup> Ver nota de rodapé n° 13.

<sup>84</sup> Especificamente no bairro Shangri-Lá.

eventos criminais, ou considerados imorais, com práticas de constrangimento e tentativa de limitação de circulação por meio da exposição seletiva desses estranhos/indesejados àqueles ambientes.

Além disso, os agentes de liderança e participantes dessas experiências de vigilância comunitária, conforme demonstrado na seção anterior, não tinham vínculo com as forças policiais, apesar de contarem com o apoio e a assessoria da Polícia em vários momentos do Programa, tanto no Shangri-Lá quanto no Santa Mônica. Tal qual mencionado na seção 1.1.2 deste trabalho, cada vez mais responsabilidades da governança nodal da segurança foram sendo confiadas/assumidas por agentes não estatais, como membros de comunidades e grupos de vigilância de bairro (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

A experiência do Shangri-Lá conta com mais de 9 anos, a do Santa Mônica, com mais de 7 anos. Há diferenças entre as demandas, as tecnologias e as práticas, sendo lícito dizer que o nódulo de segurança da área residencial da Zona Norte investiu em aparatos mais tecnológicos em algumas de suas ruas (placas de área monitorada, alarmes, câmeras, grupos de WhatsApp e aplicativos de celular) e que possui uma gestão mais pulverizada, distribuída por rua, no que se refere às decisões e às divisões de despesas com a utilização de equipamentos de segurança. Por outro lado, no Shagri-Lá, conforme exposto na seção anterior, apesar das placas de sinalização, do alarme e dos grupos de WhatsApp, as pessoas ainda se valem do mesmo modelo de coordenação e de liderança do começo do programa.

Dessa forma, guardadas as diferenças, de forma geral, os dois Projetos, por meio de regras comunitárias próprias sobre o que é estranho e o que deve ter sua circulação dificultada/restringida, ambos os VS demonstraram um foco maior na antecipação do que na reação a eventos de criminalidade e imoralidade. Assim, valendo-se de agentes leigos (não integrantes das forças policiais e sem conhecimento especializado em segurança), buscou-se o apoio de outros agentes e instituições por meio de suas respectivas Associações de moradores e procedimentos de governança da segurança, às vezes constrangedores de exposição seletiva revelando uma mentalidade de administração/redução de riscos.

Tal qual mencionou Johnston e Shearing (2003) sobre a mentalidade de redução de riscos, ela envolve modelos embutidos de governança à distância, direcionados para o futuro, atingidos por meio de uma negociação específica e mediante o emprego de expedientes de governança menos coercitivos, sendo um tipo

de procedimento, muitas vezes, liderado por não especialistas em segurança (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

A busca de treinamentos e instrução/palestras junto à PM e a implantação de tecnologias e o investimento em práticas que não colocassem o morador em exposição ou em situação de comprometimento de sua integridade física demonstram a ideia de um nódulo de segurança gerido pelos integrantes das comunidades, que investem na observação, no conhecimento socioespacial e no auxílio mútuo com vistas à antecipação de eventos que possam implicar algum risco ou dano para as comunidades.

Entretanto, apesar de atuar na gestão e na antecipação de riscos e de eventos criminais, as experiências do VS Shangri-Lá e do Santa Mônica revelaram uma cor própria, ficando entre o policiamento coercitivo e a ideia de um segurança privada realizada por meio do consentimento. A exposição seletiva dos Programas estudados se dá em via pública, em um contexto de não coerção ou de não utilização da força física, mas ao mesmo tempo elas ocorrem sem que haja consentimento ou negociação prévia, o que é típico de um modelo de segurança privada em espaços de entretenimento/consumo de massa (SHEARING; WOOD, 2003).

Apesar das diferenças e do modus operandi peculiar, os depoimentos dos integrantes das experiências estudadas, em conjunto com as observações de campo e leitura dos documentos produzidos pelas Associações, sugerem que os moradores pensam em um projeto ideal de segurança em suas localidades, revelando uma mentalidade de governança da segurança particular de prevenção de risco, que não dependo do Estado, mas busca, com recursos próprios, o aperfeiçoamento e a melhoria das práticas e das tecnologias de vigilância.

Com relação ao bairro Shangri-Lá, o VS tem a intenção de instalar um sistema de câmeras para monitoramento do movimento da rua a partir da contratação de uma empresa privada. Tudo indica que seria um modelo semelhante ao do Santa Mônica, mas isso ainda depende da aceitação dos vizinhos, conforme entrevista de Leonardo:

Leonardo: Já estão, inclusive o bairro já está se movimentando pra instalar um sistema de câmera.

Pesquisador: Sistema de câmera?

Leonardo: Tem que ver se nós temos a aceitação dos vizinhos, né?

Pesquisador: Entendi. Ah, se vocês falaram que vocês tão querendo articular pra montar um sistema de câmeras?

Leonardo: De câmeras. Tá tendo um levantamento com a Lurdes, inclusive meu vizinho se chama Mauro, ele mexe com isso também.  
Pesquisador: Entendi.

Leonardo: Ela já tá fazendo um levantamento onde o bairro inteiro tá sendo monitorado, eu não sei o custo disso ainda. Quanto vai custar pra cada casa e cada um vai ter acesso, não dentro da casa da pessoa, logicamente, mas a rua.

Pesquisador: Câmeras voltadas pra rua.

Leonardo: Pra rua. Quem quiser uma câmera dentro de casa, faz particular.

Pesquisador: Sei.

Leonardo: O sistema de monitoramento eu não sei como funciona, eu sou meio leigo nisso aí. Mas parece que é uma empresa que cobra aluguel. Instala na rua e cada um paga. Agora se a empresa vai receber, como é que vai ser, quem vai monitorar, agora já não sei.

Aparentemente, em termos de práticas e tecnologias, a moradora Érica, do Santa Mônica, revela o desejo de se aproximar de um modelo de condomínio fechado, não só com relação às câmeras, mas a uma certa “sofisticação”, que inclui colocação de cancelas e estreitamento das entradas das ruas, tal qual o bairro de classe alta da Zona Sul de Londrina, o Bela Suíça:

Pesquisador: Imagino. Você acha então se for pra gente colocar um comparativo. A diferença, a câmera vocês acham que foi um aditivo pro VS? Dá pra dizer isso?

Érica: Sim. Foi um aditivo.

Pesquisador: Aham. Uma tecnologia a mais?

Érica: Uma tecnologia a mais. O nosso sonho (risos). Sabe o Bela Suíça?

Pesquisador: sim.

Érica: (risos). Só que ali o sistema é bem sofisticado, né?

Pesquisador: Há, é mesmo?

Érica: eu acho, ali no Bela Suíça.

Pesquisador: Eu não sei, vou ser bem sincero. Eles têm também câmera, dá pra perceber.

Érica: Tem câmera. Tem cancela. Ali tem, às vezes, até cancela em alguns lugares.

Em um trecho da entrevista com Rodney e Aberto, fica explícito o que seria um modelo de segurança ideal para o Santa Mônica, que, além de limitar a circulação de pessoas e trazer mais proteção para a localidade, ajudaria na valorização dos imóveis da região:

Pesquisador: Entendi. E vocês tem um modelo na cabeça que seria um referência? O que que seria?

Alberto: A intenção nossa quando começamos era fechar o bairro inteiro.

Rodnei: Fechar o bairro.

Alberto: Fechar o bairro inteiro e se possível colocar redutor de velocidade, pelo menos na entrada do bairro. Como se fosse um condomínio mesmo.

Pesquisador: Entendi.

Alberto: Não precisa de quebra-molas lá, redutor de velocidade, aqueles "Tachão". Alguma coisa assim, só pro cara ter que diminuir a velocidade na hora de entrar. Vê se melhorava a segurança dos pedestres e também ajudava pra gente. Porque você posicionava uma câmera melhor nas entradas e conseguiria pegar a placa e esse tipo de coisa.

Rodnei: Isso aí ajudava a valorizar nossos imóveis, segurança de sair de casa tranquilo. Se ia viajar, eu saio tranquilo, mais sairia mais tranquilo ainda. Aí, você sai viajar, cato coisa, não se preocupava tanto. Ai, não é que eu fico com o portão arreganhado aberto, mas você se preocupava menos, e tinha um, aí, melhoraria tudo. O relacionamento na comunidade seria melhor. Mas não é (frase não concluída).

Alberto: O que mais ia melhorar é a valorização.

Rodnei: Ia valorizar bastante. Se você tem uma ideia, tem uma época que tinha um monte de casa vendendo aqui no bairro. Se você andar aqui pro Alpes [Jd. Alpes] vai ver diferença que tem, tem muitas poucas ruas, tem uma rua que tem um câmera, mas não é o mesmo sistema que o nosso, e você olha diferença que é.

De forma geral, a contratação de uma empresa de segurança para o monitoramento residencial ou para a locação de câmeras, alarmes e aplicativo, tal qual já existe no Santa Mônica, demonstra ser uma nova tendência entre os núdulos de vigilância comunitária. Consiste no emprego de práticas/tecnologias capazes de garantir a segurança dos moradores sem expô-los, inibindo, ao mesmo tempo, a circulação de pessoas indesejadas/estranhas.

Estratégias de antecipação da criminalidade embasadas na noção de ordem do que é estranho/indesejado para esses moradores, ao demonstrarem uma mentalidade de minimização de riscos e de controle da circulação de pessoas nessas localidades, ou até de intenção de fechamento do acesso a eles, remete a ideia de pessoas que possuem uma cidadania precária, *denizens*. Esses cidadãos possuem segurança, livre circulação e acesso a produtos e serviços perante os espaços privados de massa desde que preencham os requisitos desse nóculo, como um

capital financeiro, vestimenta e comportamentos apropriados para o ambiente (JOHNSTON; SHEARING, 2003).

Assim, percebe-se que os indesejados e agentes estranhos, por não se enquadrarem no padrão e por não corresponderem à noção de ordem dos integrantes do VS Shangri-Lá e do Santa Mônica, em última instância, não fazem jus ao status de denizens desses locais em estudo, sendo objeto de práticas de exposição seletiva nesses nódulos de segurança, que os constroem e os desestimulam a circular/permanecer naquelas áreas.

Conforme já mencionado, a ideia de um nódulo de segurança capaz de garantir um ambiente totalmente monitorado e seguro em áreas residenciais, as quais, a princípio, deveriam ser lugares de livre circulação, aponta para o futuro das experiências de vigilância comunitária. Ou seja, com características e estratégias peculiares, revelam uma mentalidade da governança da segurança particular de prevenção de risco, que não depende só do Estado e busca, com seus próprios recursos, o aperfeiçoamento e a melhoria das práticas e das tecnologias de vigilância.

## CONCLUSÃO

Este trabalho analisou qual a origem e as características do VS na cidade de Londrina com base na teoria da governança nodal da segurança. Por meio de entrevistas, da análise documental, da participação em reuniões e em protesto pode-se descobrir que as experiências de vigilância do Jd. Shangri-Lá e do Santa Mônica tiveram sua origem dentro das comunidades, com o apoio e o auxílio de instituições como a PM, Associação de Moradores e Igreja, mas foram iniciativas dos seus respectivos moradores, com o intuito de melhorarem a segurança em suas áreas.

O Programa do Shangri-Lá foi pioneiro na vigilância comunitária do tipo VS em Londrina, sendo que, em meados de 2010, o núcleo de segurança promoveu as primeiras reuniões e se organizou por meio de suas lideranças e da ajuda da PM e do Poder Público Municipal. Nesse primeiro momento os moradores se mobilizaram para combater os facilitadores de criminalidade no bairro. O capital social dos integrantes do VS auxiliou no fechamento, em setembro de 2010, das vielas que eram considerados corredores de criminalidade e de prostituição no bairro da área central..

No final de 2011, o Programa VS foi inaugurado no Santa Mônica, também com ajuda da PM, assim como a estrutura e capital social/econômico da Associação dos Moradores dessa comunidade.

No início, ambas as experiências de segurança do VS adotaram as tecnologias do apito e de plaquinhas, fixadas na frente das residências. O apito foi caindo em desuso devido à falta de praticidade e à exposição do seu acionador, sendo este posteriormente substituído pela sirene/alarme acionado por controle remoto. Essa troca foi identificada em meados de 2012, no núcleo do Jd. Shangri-Lá, e no início de 2017, no Santa Mônica.

O núcleo de segurança da área residencial da Zona Norte londrinense realizou uma alteração profunda em seu modelo de segurança. Fizeram a transição de um núcleo de segurança com praticamente duas tecnologias (plaquinha e apito) para um outro, com quatro novas práticas/tecnologias, placas de área monitorada nas ruas, alarme, câmeras e grupos de WhatsApp. Além do número de novas práticas e tecnologias adotadas, o VS Santa Mônica contratou os serviços de uma empresa

privada de segurança, responsável por instalar câmeras e alarmes na área, isso em conjunto com fornecimento de imagens via aplicativo de celular.

Ao longo de seu funcionamento, os nódulos de segurança do VS Shangri-Lá e Santa Mônica se vincularam/interagiram a uma rede de agentes (moradores, lideranças, guardinhas noturnos e rondas e profissionais do sexo) e de instituições (Polícia Militar, empresa de segurança, Imprensa, órgãos e poderes públicos, Igreja e Associação de Moradores) com o intuito de promover a governança da segurança nas áreas de atuação. Por vezes, as práticas e tecnologias utilizadas por esses nódulos revelaram uma noção de ordem comunitária que estabelece um padrão do que é estranho e indesejado nessas áreas, agindo com objetivo de dificultar, ou impedir a circulação/permanência desses agentes (criminosos em potencial, moradores de rua, profissionais do sexo e seus clientes) na áreas em estudo.

Identificou-se que os programas de vigilância comunitária nos bairros da Zona Norte e da Região Central de Londrina têm origens e características de governança distintas da dos programas inicialmente implementados nos Estados Unidos e na Inglaterra. A bibliografia indicou que, na realidade norte-americana e inglesa, as primeiras experiências de vigilância de bairro começaram com o auxílio de autoridades policiais (BENNETT, 1988; BENNETT; HOLLOWAY; FARRINGTON, 2006). Mas as taxas criminais mais elevadas, a maior insegurança e o menor apreço pelos direitos civis existentes no Brasil tendem a conformar projetos de governança da segurança calcados em diferentes tecnologias, recursos e instituições.

Assim, a partir da análise dessa dinâmica de atuação dos nódulos de segurança comunitária do Jd. Shangri-Lá e do Santa Mônica, descobriu-se um modelo diferenciado de governança da segurança. Esses Programas revelaram, por meio de sua ideia de ordem e práticas, um modelo que está entre o tipo ideal de policiamento coercitivo empregado pela polícia e o tipo ideal de policiamento por consentimento usado pela segurança privada. Ou seja, identificou-se práticas de constrangimento por acionamento do alarme, de filmagem e até de ofensa (esses dois últimos no caso das profissionais do sexo e seus clientes no Jd. Shangri-Lá), que denominamos de “exposição seletiva”, praticada contra os estranhos/indesejados para os nódulos de segurança dos VS objetos deste estudo.

Dessa forma, as experiências de vigilância comunitária do Santa Mônica e do Jd. Shangri-Lá, valendo-se de agentes leigos, utilizando de seu capital

social e recursos financeiros próprios, contando com o apoio de outros agentes e instituições (como Associações de moradores, PM, Igreja, empresa de segurança e Poder Público Municipal) e com procedimentos de governança da segurança, por vezes constrangedores de exposição seletiva, revelaram uma mentalidade de administração/redução de riscos tipicamente encontradas no setor privado.

Diante das limitações deste estudo, pode-se cogitar futuros estudos em outras áreas e Programas de vigilância comunitária de Londrina, com objetivo de mapear outras práticas, tecnologias, instituições e mentalidades também com base no aporte teórico da governança nodal. Partindo da experiência de vigilância comunitária do Jd. Bela Suíça, uma área de classe alta na Zona Sul da cidade, com casas imponentes e sistema de segurança elogiado, (com tecnologia de câmeras, lombadas e estreitamento dos acessos)<sup>85</sup>, por exemplo, poder-se futuramente buscar entender o porquê deste Programa ser considerado um modelo a ser seguido, conforme declarou a moradora Érica do Santa Mônica. Além disso, pode-se estabelecer uma comparação entre o bairro da Zona Sul e outro de características iguais em termos de localização e padrão social, mas que não tenham um nódulo de segurança comunitária. Tem-se como possibilidade um inédito estudo de eficácia/efetividade de Programas de vigilância no município de Londrina.

Por fim, reafirma-se a compreensão de que o funcionamento da governança da segurança depende de uma visão mais horizontal e menos estadocêntrica, posto que as experiências de vigilância comunitária desempenham um papel primordial. Os vínculos e as ligações entre os nódulos de segurança comunitária são dinâmicos e diversificados, sendo que nem sempre se desenvolvem de maneira pacífica e sem atritos ou tensões. No entanto, por meio da observação dessas relações, pode-se entender novas ideias de ordem, de utilização de práticas e de tecnologias que de alguma maneira ocupam o espaço da governança estatal.

Sendo assim, é válido ressaltar, que, dentro dos nódulos de segurança comunitária,<sup>86</sup> eventualmente, ocorrem conflitos e se produz ordem, e inúmeros atores operam em uma estrutura de "governança nodal", cujas bases se

---

<sup>85</sup> GONÇALVES, J. Jardim Bela Suíça tem a maior renda do Paraná. **Gazeta do Povo**, 26 nov. 2011. Vida e Cidadania. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/jardim-bela-suica-tem-a-maior-renda-do-parana-9feiax5n0ajvnzbrby9r1i7gu/>>. Acesso em: 29 out. 2019

<sup>86</sup> Trecho citado na p. 10 deste trabalho.

encontram na teoria contemporânea das redes (BURRIS; DRAHOS; SHEARING, 2005).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Crise no sistema de justiça criminal. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 50-51, jun. 2002.

ADORNO, S; CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989. *In*: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). **Violências em tempo de globalização**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 66-90.

BARROS, M. V. F. *et al.* **Atlas Ambiental da cidade de Londrina**. Londrina: IMAP&P UEL, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/SOCIAL/3Salarios.jpg>>. Acesso em: 27 out. 2019.

BENNETT, T. An Assessment of the Design, Implementation and Effectiveness of Neighbourhood Watch in London. **The Howard Journal of Criminal Justice**, v. 27. p. 241-255, 1988.

BENNETT, T.; HOLLOWAY, K.; FARRINGTON, D. Does neighborhood watch reduce crime? A systematic review and meta-analysis. **Journal of Experimental Criminology**, v. 2, p. 437-458, 2006.

BOURDIEU, P. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. G. (eds.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque: Greenwood, 1985. p. 241-58.

BRAITHWAITE, J. The New Regulatory State and the Transformation of Criminology, *In*: GARLAND, D.; SPARKS, R. (eds). **Criminology and Social Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 222-238.

BURRIS, S.; DRAHOS, P.; SHEARING, C. Nodal governance. **Australian Journal of Legal Philosophy**, v. 30, p. 30-58, 2005.

CARREIRA, Fernanda. Solidariedade que gera segurança. **Folha de Londrina**, Londrina, 9 jun. 2011. Cidades. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/vizinho-solidario-gera-resultados-satisfatorios-754180.html>>. Acesso em: 29 set. 2019.

COMELI, Loriani. Imóveis de Londrina tiveram supervalorização em 16 anos. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 ago. 2017. Política. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/imoveis-de-londrina-tiveram-supervalorizacao-em-16-anos-985242.html>>. Acesso em: 05 out. 2019.

DA SILVA LOPES, C. Policing labor: the power of private security guards to search workers in Brazil. **Crime Law And Social Change**, v. 70, p. 1-20, 2018.

DA SILVA, J. F. S. **Justiceiros e Violência Urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

DICIONÁRIO. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DUPONT, B. As redes de segurança. *In*: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (orgs.). **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006. p. 707-708.

FELTRAN, G. S. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-126, 2008.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu Silva. Porto Alegre: Armed, 2009.

FLORQUIN, Nicolas. The Booming Business: private security and small arms. *In*: Small Arms Survey. **Small Arms Survey 2011: states of security**. Cambridge University Press, p.101-133. 2011

FRIGERI, V. Vizinhos solidários ajudam a afastar bandidos: vários bairros de Londrina já aderiram ao projeto, que começou no Jardim Shangri-lá. **G1**, Londrina, [s.d.]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/videos/v/vizinhos-solidarios-ajudam-a-afastar-bandidos/3055940/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

GARLAND, D. **A Cultura do Controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução, apresentação e notas de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GAROFALO, J.; McLEOD, M. The Structure and Operations of Neighborhood Watch Programs in the United States. **Crime & Delinquency**, n. 3, p. 00-00, July 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2009.

HUGLES, G.; EDWARDS, A. **Crime Control and Community**: The new politics of public safety. Cullompton: Willan Publishing, 2002.

IBGE. **Cidades**. Londrina. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>>. Acesso em: 05 out. 2019.

JOHNSTON, L.; SHEARING, C. **Governing Security**: explorations in policing and justice. London: Routledge, 2003.

JONES, T. Governing Security: Pluralization, Privatization, and Polarization in Crime Control and Policing. *In*: MAGUIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. **The Oxford Handbook of Criminology**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 743-768.

KANG, J. H. Participation in the Community Social Control, the Neighborhood Watch Groups: Individual- and Neighborhood-Related Factors. **Crime & Delinquency**, v. 61, n. 2, p. 188-212, 2015.

KEMPA, M.; STENNING, P.; WOOD, J. Policing communal spaces: a reconfiguration of the mass private property hypothesis. **The British Journal of Criminology**, Oxford, p. 562-580, 2004.

LOADER, I.; WALKER, N. **Civilizing security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LOPES, C. J. R.; BATELLA, W. O papel da comunidade na redução da criminalidade e a experiência da rede de vizinhos protegidos. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília, edição 6, n. 6, dez. 2010.

LOPES, C. S. O setor de segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 599-617, 2013.

LOPES, C. S. Segurança privada e direitos civis na cidade de São Paulo. **Sociedade e Estado**, v. 30, n.3, p. 651-671, 2015.

LOPES, C. S. As ferramentas legais universais da segurança privada: um estudo sobre o direito de questionar, usar força física e prender dos seguranças. Dilemas: Revista De Estudos De Conflito E Controle Social, v. 11, n. 1, p. 97-126, 2018.

MACHADO, R. População se une e instala câmeras para aumentar segurança em bairro da zona norte. **Bonde News**, Londrina, 10 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/populacao-se-une-e-instala-cameras-para-aumentar-seguranca-em-bairro-da-zona-norte-439844.html>>. Acesso em: 29 set. 2019.

MANSO, Bruno Paes. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-12122012-105928. Acesso em: 2019-10-31.

MARTINS, J. S. **Linchamentos: justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, D. R.; DURÃO, S. Micro Empreendedorismo: A Força do Trabalho na Segurança Privada. *In: Simpósio Mercados de Proteção e Governança da Segurança*, I., 2019, Londrina. **Anais [...]**. UEL: Londrina, 2019.

PAES-MACHADO, Eduardo; RICCIO-OLIVEIRA, Maria Angélica. O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 91-106, jun. 2009.

PAES-MACHADO, E.; NASCIMENTO, A. M. Conduzindo o perigo: práticas e redes nodulares de governança da segurança entre taxistas. **Diálogos Possíveis**, v. 13, n. 1, p. 263-296, out. 2014.

PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG). **Projeto Vizinho Solidário de Londrina recebe o "Prêmio Londrina de Cidadania 2013"**. Curitiba, dez 2017. Disponível em: <<http://www.conseg.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1002>>. Acesso em: 30 set. 2019. (ERA CONSEG)

ROSENBAUM, D. P. The theory and research behind neighborhood watch: is it a sound fear and crime reduction strategy? **Crime & Delinquency**, Londres, v. 33, n. 1, p. 103-134, jan. 1987.

SHEARING, C.; STENNING, P. Modern Private Security: Its Growth and Implications. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (eds). **Crime and Justice: An Annual Review of Research**. Chicago: University of Chicago Press, p. 193-245, 1981. v. 3.

SHEARING, C.; STENNING, P. Private security: implications for control social. **Social Problems**, v. 30, n. 5, p. 493-506, 1983.

SHEARING, C.; STENNING, P. "From the Panopticon to Disney World: The Development of Discipline". In: Doob, A.N. & Greenspan, E.L. Eds. **Perspectives in Criminal Law: Essays in Honour of John Ll. J. Edwards**. Toronto: Canada Law Book, p. 300-304, 1985.

SHEARING, C.; WOOD, J. Nodal governance, democracy, and the new 'denizens'. **Journal of Law and Society**, Australia, v. 30, n. 3, p. 400-419, 2003.

SINHORETTO, J. Linchamentos: insegurança e revolta popular. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 4, p. 72-92, fev./mar. 2009.

SKOGAN, G. W. Communities, Crime and Neighborhood Organization. **Crime & Delinquency**, v. 35, n. 3, jul. 1989.

STENNING, P. C. Powers and accountability of private police. **European Journal on Criminal Policy and Research**, v.3, p. 325-352, set. 2000.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999.

WHITE, A. The new political economy of private security. **Theoretical Criminology**, Londres, v. 16, n. 1, p. 85-101, 2011.

WOOD, J, DUPONT, B. **Democracy, Society and the Governance of Security**. Cambridge : Cambridge University Press, 2006.

YAMAKI, H. SHANGRI-LÁ, o 'paraíso perdido'. **Folha de Londrina**, Londrina, 25 set. 2010. Opinião. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/opinia/shangri-la-o-paraíso-perdido-726142.html>>. Acesso em: 28 set. 2019.

ZALUAR, A; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, p. 89-100, jul./dez 2007.

ZANETIC, A. Policiamento e segurança privada: duas notas conceituais. **Estudos sociológicos**, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 471-490, 2012.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questões para entrevista das lideranças do VS (VS)

1 - Quando foi criado o VS na sua área?

2 - De quem foi a ideia e por que e como o VS foi criado?

3 - Houve suporte/ orientação da polícia local com fornecimento de algum material escrito, treinamento, reunião inicial de lançamento do programa?

4 - Houve algum tipo de ajuda de custo ao programa por parte do poder público?

5 - Quantos participantes (número de famílias) havia no início do VS e quantos existem hoje?

6 - Quando o participante passa a integrar o grupo, lhe é fornecido algum material escrito com regras ou condutas a serem seguidas em relação ao comportamento a ser adotado diante da criminalidade? Ou é passada alguma orientação via WhatsApp?

7 - Ocorrem reuniões/ treinamentos periódicos com os integrantes do programa? Nessas reuniões, são discutidas ocorrências criminais na área, além de táticas e/ou estratégias de prevenção à criminalidade?

8 - Caso ocorram reuniões periódicas, existe alguma votação ou a oportunidade de fazer sugestões para a melhoria da atuação do grupo no combate à violência/criminalidade?

9 - Qual a fonte de custeio do programa VS na atualidade? (privado, público, misto, com ajuda de alguma associação, por meio de campanhas para arrecadar fundos)

10 - Existe mais algum coordenador/ líder no grupo? Quais as atribuições dos líderes ou do líder?

11 - A Sr.<sup>a</sup>/Sr. possui algum vínculo com as forças policiais, ou possuiu, no passado? Existe algum participante com vínculo com o efetivo policial ou com conhecimento/treinamento específico em segurança?

12 - Qual o tipo de equipamento utilizado para auxiliar nas atividades do VS do bairro? Deixar a(o) entrevistada(o) falar, caso não entenda, dar exemplo (câmeras, alarmes, placas, apitos ou outro).

13 - No caso das imagens captadas por câmeras, existe alguém responsável pela análise dessas imagens? Após a verificação das imagens, o que é feito caso seja identificada alguma atividade/elemento suspeito na vizinhança? Essas imagens são arquivadas? Por quanto tempo?

14 - Existe algum vínculo do VS com empresa de segurança/guarda privado, no sentido de reforçar a segurança na área?

15 - Além das câmeras, alarmes, placas e apitos, existe algum outro aparato tecnológico/símbolo utilizado no VS? (por meio de rondas ou outros serviços).

15 - O que é considerado uma atividade fora do comum e que pode representar alguma ameaça para a vizinhança?

16 - Qual ou quais as atitudes recomendadas ao participante do VS quando este se depara/ou visualiza algum perigo/ameaça de crime na vizinhança?

17 - Já houve alguma autuação em flagrante efetuada por algum integrante do VS? Se sim, relatar.

18 - O grupo possui algum site, está cadastrada em redes sociais ou grupos de comunicação on-line? Os participantes interagem com frequência? Qual a frequência? O que normalmente é discutido nesses grupos?

19 - O conteúdo das interações se restringe a questões de segurança no bairro? O líder do grupo envia/recebe informações à polícia (ou algum outro grupo público privado) sobre eventuais suspeitas de criminalidade na área?

20 - Existe auxílio/vínculo do VS com alguma associação/entidade/instituições religiosa? Que tipo de vínculo/auxílio?

21 - A Sra./Sr. passou a se sentir mais segura(o) após o programa VS ser implantado em seu bairro/rua? Por quê? Acredita que a criminalidade diminuiu?

22- A Sra./Sr. passou a observar mais a movimentação e a prestar mais atenção nas áreas de sua vizinhança desde que o VS foi implantado? Por quê?

23 - A Sra./Sr. passou a acionar mais o 190 desde que se filiou ao VS na sua rua/vizinhança? Por quê?

24 Já foi vítima de algum crime no bairro? Se sim descrever aproximadamente quanto e como se deu? (roubo, furto, quantos criminosos envolvidos)

**ANEXO B**  
**FOTOS SHANGRI-LÁ**

**FOTO 1 – PLACA AMBIENTE MONITORADO – CÂMERAS, EM 14/07/2019**



**Fonte:** autor

**FOTO 2 – VIELA FECHADA – RUA CASTRO ALVES e AV. TIRADENTES, EM 14/07/2019**



**Fonte:** autor

**FOTO 3 – VIELA FECHADA – RUA CASEMIRO DE ABREU E AV. ABELIO BENATTI, EM 14/07/2019**



**Fonte:** autor

**FOTO 4** – PLACA DE AMBIENTE MONITORADO, PLACA VS, CONCERTINA, CERCA, RUA CASTRO ALVES E AV. JOSE DE ALENCAR, EM 14/07/2019



**Fonte:** autor

**FOTO 5** – PROFISSIONAL DO SEXO NA AV. JOSE ALENCAR – DIA 16/07/2019, ÀS 17H30



**Fonte:** autor

**FOTO 6** – PROFISSIONAL DO SEXO, PLACA DE ÁREA MONITORADA NA AVENIDA JOSÉ DE ALECAR – DIAS 16/07/2019, POR VOLTA DAS 17H30



Fonte: autor

**FOTO 7** – PRAÇA DOM PEDRO I – MORADORES, EM 27/07/2019



**Fonte:** autor

FOTO 8 – MERCADO SHANGRI-LÁ, EM 27/07/2019



Fonte: autor

**ANEXO C**  
**FOTOS SANTA MÔNICA**

**FOTO 1 – QUADRA FUTEBOL DE SALÃO ASSOCIAÇÃO SANTA MÔNICA, EM 21/07/2019**



**Fonte:** autor

**FOTO 2 – ASSOCIAÇÃO DO SANTA MÔNICA – PARTE DE FORA E ESTACIONAMENTO, EM 21/07/2019**



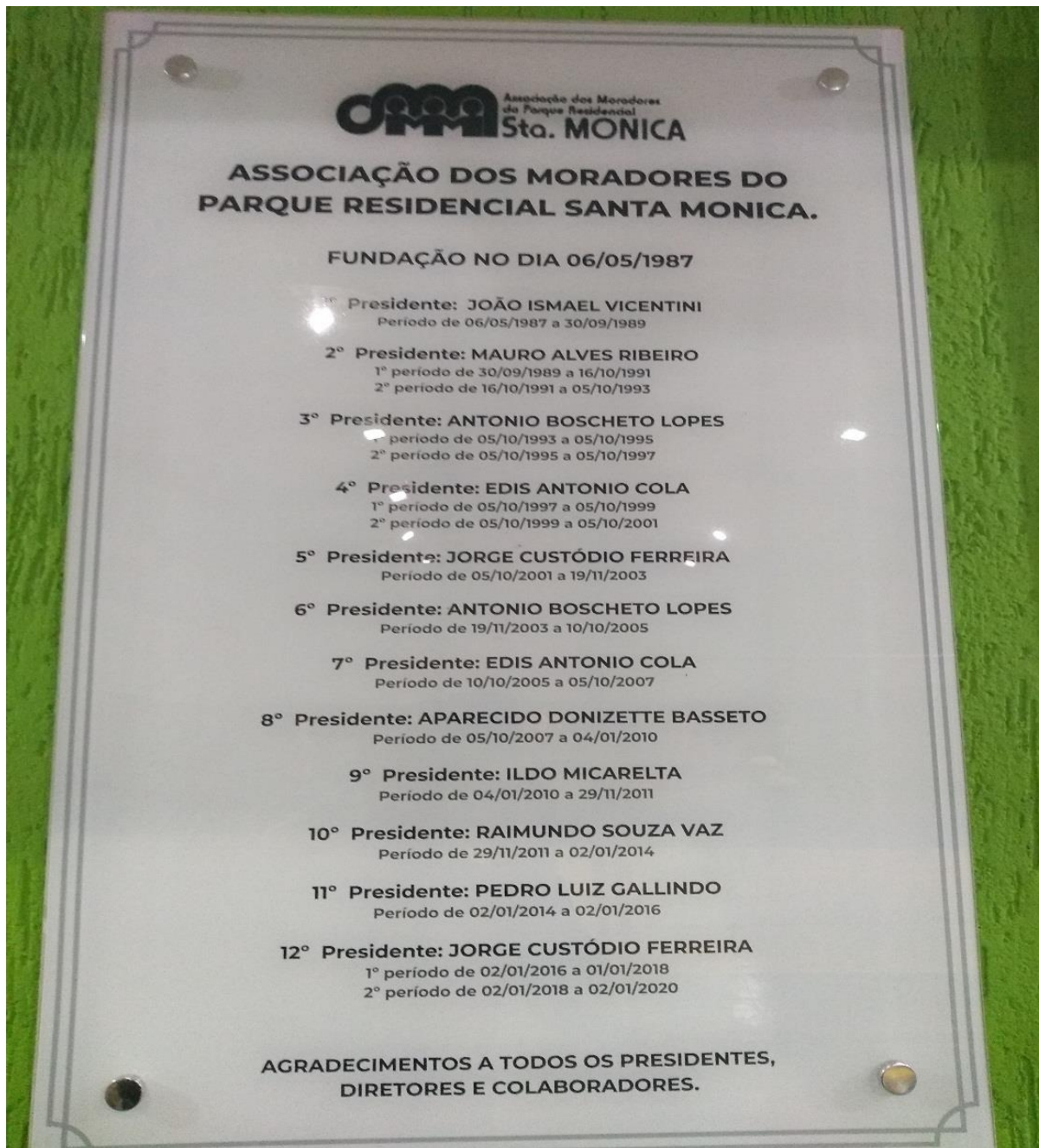
**Fonte:** autor

**FOTO 3 – CAMPO DE FUTEBOL DA ASSOCIAÇÃO DO SANTA MÔNICA – EM 31/07/2019**



**Fonte:** autor

**FOTO 4 – PLACA COM NOME DOS PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO, EM 08/07/2019**



Fonte: autor

FOTO 5 – EMPRESA DE MONITORAMENTO, STA MONICA, EM 20/07/2019



Fonte: autor

**ANEXO D**  
**DOCUMENTOS**

**DOCUMENTO 1 – REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMIGOS DO JD. SHANGRI-LÁ AO PREFEITO SOBRE FUNCIONAMENTO DE CASA NOTURNA, DE MARÇO DE 1994**

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SHANGRI-LÁ "A"  
Caixa Postal 5020 86070-730-LONDRINA-PR

---

Londrina, 26 de Março de 1994.

EXMO. SR.  
DR. LUIZ EDUARDO GHEIDA  
MM.DD. PREFEITO DE LONDRINA-PR

SR. PREFEITO:

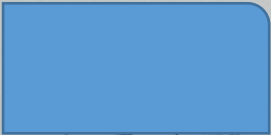
EM NOME DOS MORADORES DO BAIRRO SHANGRI-LÁ "A" E ESPECIFICAMENTE DOS MORADORES DA RUA EUCLIDES DA CUNHA, DESTE BAIRRO, QUEREMOS MOSTRAR, EM APOIO AOS MORADORES REFERIDOS, NOSSO PROTESTO CONTRA A LIBERAÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PARA UMA CASA NOTURNA ESTABELECEMOS EM LOCAL LIMITROFE A UM BAIRRO RESIDENCIAL.

SOLICITAMOS, ENTÃO, CANCELAMENTO DESTES ALVARÁ PARA QUE VENHA A REINAR O DESCANÇO MERECIDO DOS MORADORES DESTE BAIRRO, JÁ TANTAS VEZES DESCARACTERIZADO POR ESTA PREFEITURA, PELAS DIVERSAS SECRETARIAS QUE IGNORAM A LEI DE REZONEAMENTO.

O ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES FOI PROTOCOLADO COM O N° 30165 DE 10/08/94.

CERTOS DE SUA APROVAÇÃO, COLOCAMO-NOS A SEU DISPÔR PARA O ENGRANDECIMENTO DE NOSSA CIDADE.

CORDIALMENTE,

  
Presidente

**DOCUMENTO 2 – INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO JD. SHANGRI-LÁ, JULHO/2011, PÁGINA 1**

INFORMATIVO VII

Londrina, 11 de julho de 2011.

Prezados "VIZINHOS SOLIDÁRIOS".

I. URGE avisá-los que a audiência pública que definirá como nosso bairro ficará a partir do ano que vem, caso seja aprovado pela Câmara os Projetos 398/2010 e 285/2010 e será em outubro e, é imprescindível a presença de todos, para que não façam do Shangri-lá A um novo pólo industrial e comercial. Isto mesmo, até estas atividades estão previstas nas pretensas alterações, pois a proposta para o nosso bairro é o zoneamento ZR8, onde poderão ser implantados aqui desde saunas, casas de massagens, banhos, duchas, bares, restaurantes, boates, danceterais, indústrias, empreiteiras, oficinas mecânicas, prédios comerciais, residenciais, hotéis, dentre outros, conforme anexo. De acordo com reunião com os moradores em nov/2010, assim como através de pesquisas, abaixo assinados, manifestos individuais realizados pela associação, ficou constatado que 95% da população do Shangri-lá A pretende que o bairro permaneça predominantemente residencial. Com base nisto, criamos o Projeto de Lei 119/2011 para substituir as propostas do futuro plano diretor para nosso bairro, sendo o principal objetivo deste nosso projeto a preservação do Shangri-lá A como os moradores querem, delineando onde e quais tipos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços poderão aqui se instalar, sem prejuízo da segurança e da qualidade de vida dos mesmos. É importante salientar também que quando se altera o zoneamento de uma região, nela passando-se a permitir também comércio, indústria e serviços, o IPTU aumenta para o cidadão que apenas mora na região, gerando-lhe sobrecarga tributária.

II. Gostaríamos de pedir-lhes que caso surjam (como surgiu), outros questionários, pesquisas, abaixo assinados e similares sobre o futuro de nosso bairro, promovidos por entidades e/ou políticos, sem a participação da associação, (como fizeram), que entrem imediatamente em contato conosco para que possamos nos inteirar e acompanhar o feito, pois na qualidade de representante do bairro e dos interesses e necessidades dos moradores, precisamos estar atenta a tudo o que esteja acontecendo no Shangri-lá A, principalmente analisando o objetivo, a idoneidade e o alcance de tais pesquisas, assim como da entidade promotora e o interesse da mesma sobre o Shangri-lá A. Alertamos para isto porque, na semana passada, um vereador distribuiu uma correspondência/questionário aos moradores de toda a Rua Castro Alves (e somente a estes), a qual, não esclarecendo-lhes por completo acerca dos novos uso e ocupação previstos no zoneamento ZR8 para o nosso bairro, pois não mencionava coisa alguma acerca da possibilidade de aqui também serem implantadas indústrias e serem construídos prédios, (a informação estava incompleta), pedia-lhes, por outro lado, que respondessem um questionário sobre a Rua Castro Alves em especial. O que resultou foi que muitos moradores nos procuraram com dúvidas se o que estava sendo informado era correto, como também querendo saber por que o tal vereador estava tão preocupado com a Castro Alves, fazendo aquela pesquisa, qual a finalidade da mesma se a própria associação já havia feito (e protocolado junto à Câmara Municipal), uma petição contendo os Instrumentos de Manifestação de Vontade e Opinião dos moradores daqui acerca do Novo Plano Diretor de Londrina. Esclarecemos que, todos os moradores da Castro Alves, após os esclarecimentos que demos, nos entregaram os questionários respondidos para que nós, na qualidade de seus representantes, os entreguemos ao referido vereador na primeira sessão da Câmara desta semana. Outros afirmaram que só entregariam se nos comprometêssemos a fazer cópia do original, pois o questionário e de multipla escolha...; outros se sentiram inseguros ante tanta especulação sobre a Castro Alves... etc. Diante disto, nos comprometemos junto aos moradores de tirar cópia de todos os questionários a nós entregues, assim como também nos comprometemos junto aos assessores do vereador em questão, na sexta dia 08/07, que entregaremos estes questionários pessoalmente ao vereador na terça-feira próxima, dia 12/07, em plenária da Câmara. Esclarecemos ainda aos prezados vizinhos solidários que a diretoria da associação está procurando sempre se informar de todos os aspectos sobre este assunto para que possamos informá-los de forma completa, clara e correta, sendo que encontra-se na sede da associação, sita na Rua Castro Alves, 261, a disposição dos moradores, toda a documentação dos Projetos de Lei, mapas, etc... de como ficará o bairro e a cidade com as alterações previstas no Novo Plano Diretor Participativo. Não deixem de se inteirar, porque nosso futuro, assim como a qualidade de nossa vida, agora está nas mãos dos vereadores e não podemos deixar de mostrar a estes o que queremos para nós e para nosso bairro. Eis porque é **IMPORTANTÍSSIMA A PRESENÇA DE TODOS** na plenária da Câmara, no mês de outubro próximo, para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO NOVO PLANO**

K

## DOCUMENTO 2 – INFORMATIVO DO VS, JULHO/2011, PÁGINA 2

PARTICIPATIVO DE LONDRINA, pois esta será a última oportunidade que teremos para nos manifestar e expressar nossa vontade.

III. Informamos ainda que estamos batalhando junto às autoridades competentes soluções para o problema da coleta de lixo reciclado, assim como para a varrição das ruas, poda das árvores da Av. Pandiá Calógeras e revitalização da praça Dom Pedro I, com implantação da Academias ao Ar livre e Parquinho para nossas crianças.

Caso sintam necessidades de mais informações, estamos à disposição.

Atenciosamente,

[Redacted]  
(Presidente da Associação de Amigos do Jardim Shangri-lá A)

[Redacted]  
(Vice-Presidente da Associação de Amigos do Jardim Shangri-lá A)

### ANEXO

Da Zona Residencial 8 (ZR-8)

Art. 62. São usos permitidos:

- I - Residencial Unifamiliar (RU);
  - II - Residencial Agrupada (RA);
  - III - Residencial Multifamiliar Sobreposta (RMS);
  - IV - Residencial Multifamiliar Horizontal Isolada (RMHI);
  - V - Residencial Multifamiliar Horizontal Agrupada (RMHA);
  - VI - Residencial Multifamiliar Horizontal em Vilas (RMHV);
  - VII - Residencial Multifamiliar Vertical (RMV);
  - VIII - Nas vias coletoras:
- α- Institucional (INS-L);  
 β- Misto;  
 γ- Comércio: CL-1, CL-2, CG-1;  
 δ- Serviço: SP-1, SP-2, SL-1, SL-2, SL-3, SL-4, SL-5, SG-1, SG-2A, SG-3, SG-5, SG-6, SG-7, SG-8, SE-4;  
 ε- Indústria: IND-D.

#### LISTAGEM DAS CATEGORIAS INDUSTRIAIS

Indústria D (IND-D)	
1053-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
109	Fabricação de outros produtos alimentícios (exceto a subclasse 1099-6/04 - Fabricação de gelo comum caso seja utilizada amônia como refrigerante)
173	Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
174	Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
181	Atividade de impressão
182	Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos
183	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte
212	Fabricação de produtos farmacêuticos
321	Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes
322	Fabricação de instrumentos musicais
323	Fabricação de artefatos para pesca e esporte
324	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos
325	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos
329	Fabricação de produtos diversos
331	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos
332	Instalação de máquinas e equipamentos
9601-7	Lavanderias, tinturarias e toalheiros

#### LISTAGEM DAS CATEGORIAS DE USO

I - Uso Comercial
a) CL - Comércio Local

**DOCUMENTO 3 – PAUTA DE REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO MORADORES DO JD. SHANGRI-LÁ, JANEIRO/2016, PÁGINA 1**

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM SHANGRI-L-A

**SUGESTÕES PARA REUNIÃO**

**ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Existem várias luminárias do canteiro central com lâmpadas apagadas, no trecho compreendido entre o Mercado Shangri-Lá e a praça Dom Pedro.

**MENDIGOS NA PRAÇA DOM PEDRO**

Um grande numero de mendigos, inclusive mulheres, tomaram conta dessa praça causando mal estar aos moradores e usuários dos aparelhos para ginástica ali instalados, e àqueles que pretendem caminhar ao redor dessa praça, devido serem incomodados e cenas obscenas.

**BUEIROS COM ÁGUA PARADA**

**De um modo geral quase todos os bueiros apresentam água parada, com perigo de criação de mosquitos da Dengue.**

- 1 – No canteiro central da Av. Pandiá Calógeras, defronte o Edifício Lucilio de Held..
- 2 – Idem, defronte nº 351 lado do imóvel e outro no lado da praça.
- 3 – Idem, na esquina com Av. Rio Branco, localizados no canteiro central e nas esquinas das pistas.
- 4 - Na Visconde de Mauá defronte nº 65 e 66.
- 5 - Na Visconde de Mauá, c/ Travessa Tiradentes.

**BUEIROS TOTALMENTE ENTUPIDOS**

- 1 - Na esquina da Tiradentes com Gustavo Barroso, defronte à VISOAR, antiga DAEL, nº 386, o bueiro foi totalmente cimentado durante a reforma realizada naquele imóvel, pois usavam a calçada para depositar pedras, areia e execução de concreto, que lavado ou pela chuva ,era levado diretamente para o bueiro. Na ocasião, telefonei para a Secretária de Obras, fiscalização, denunciando o fato, mas parece que não deram a mínima atenção.
- 2 - Idem, porem do lado da praça, na esquina.
- 3 - Na Viconde de Mauá, com Rio Branco, com lixo jogado talvez do Posto ou de algum lanchero ambulante.
- 4 - Na Visconde de Mauá, próximo à porta de entrada central do Mercado.
- 5 - Idem, próximo do retorno, proximo ao nº 283.
- 6 - Idem, defronte ( lateral) da casa nº 283.
- 7 - No lado da praça, defronte o TWIN TOWERS.

**DOCUMENTO 3 – PAUTA DE REUNIÃO, JANEIRO/2016, PÁGINA 2**

**Continuação:**

**DETRITOS JOGADOS NO ASFALTO.**

**Defrente ao nº 122,** existe muito detrito proveniente da decomposição do asfalto, que foi se acumulando, após cada vez que é feito o tapa buracos.

**SUJEIRA**

**Na esquina da Gustavo Barro com Tiradentes, lado da praça, onde o bueiro** está totalmente entupido, existe um saco plástico com detritos, terra e vegetação que está até brotando , ou caiu do caminhão de lixo ou foi jogado propositalmente por alguém.

**PODE DE ÁRVORES**

**Já cansei de reivindicar diretamente ou através da Associação, que seja feita a poda das árvores, sem ser atendido. No mês de agosto de 2014, este no local um caminhão com equipe da Sema, que iniciou os trabalhos no lado da pista Norte sentido Cambe tendo eu conversado com o encarregado, que me afirmou que dia seguinte iriam executar a poda do, outro lado (par), mas no entanto, foram mais um dia ( no horário da Prefeitura), cortaram mais alguns galhos, do mesmo e nunca mais apareceram. Os galhos estão tocando os cabos de energia que alimentam minha residência, e os cabos telefônicos, estando sujeito à quebra do poste de entrada de energia e dos cabos.**

**ASFALTO**

O asfalto existente, de boa qualidade, da década de 1950, já recapeado, necessita de novo recape, especialmente na pista Norte, sentido ruas Maringá, por onde transitam os ônibus, pois está bem esburacado.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

**De uma maneira geral, esse setor do bairro, está razoavelmente bem atendido, salvo as ressalvas acima.**

**28/01/2016**

